



Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ

RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2010

Rio de Janeiro, 31 de maio 2011





Secretaria de Portos

Companhia Docas do Rio de Janeiro

Relatório de Gestão do exercício de 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010, e da Portaria nº 33, de 16/12/2010 – Ciset/CC/PR.

Superintendência de Planejamento e Avaliação

Diretoria de Planejamento e Relações Comerciais

Rio de Janeiro, 30 de maio de 2011



Relatório Anual de Gestão da CDRJ – 2010

Sumário

PARTE A – CONTEÚDO GERAL	4
1. Identificação da Unidade Jurisdicionada	4
2. Objetivos e metas institucionais	5
a) Responsabilidades institucionais da unidade:	5
I – Competência Institucional;	5
II – Objetivos Estratégicos;	5
b) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais	5
I – Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida;	5
II – Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício;	6
c) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade:	9
I – Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ;	12
II – Execução física das ações realizadas pela UJ;	13
d) Desempenho Orçamentário e Financeiro:	31
I – Programação Orçamentária das Despesas;	31
II – Execução Orçamentária das Despesas;	33
III – Indicadores Institucionais;	37
3. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	39
4. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	39
5. Informações sobre recursos humanos da unidade	39
a) Composição do quadro de servidores ativos e; d) Custos associados à manutenção dos recursos humanos;	39
b) Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas;	44
c) Composição do quadro de estagiários;	44
e) Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços;	45
f) Indicadores gerenciais sobre recursos humanos.	45
6. Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência.	45
7. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios estão disponíveis e atualizadas no SIASG e no SICONV.	46

8. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.	47
9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ, contemplando os seguintes aspectos:	47
10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras.	49
11. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ.	49
12. Informações sobre a gestão da tecnologia da informação (TI) da UJ, contemplando os seguintes aspectos:	51
a) Planejamento da área;	51
b) Perfil dos recursos humanos envolvidos;.....	51
c) Segurança da informação;.....	51
d) Desenvolvimento e produção de sistemas;	51
e) Contratação e gestão de bens e serviços de TI.....	51
14. Informações sobre Renúncia Tributária.	51
15. Informações sobre providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a UJ se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.	52
16. Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.	56
17. Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.	71
PARTE B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO	81
3) Demonstrações Contábeis previstas na Lei nº 6404/76, incluindo as notas explicativas.	81
4) Informações sobre a composição acionária do capital social, indicando os principais acionistas e respectivos percentuais de participação, assim como a posição da UJ como detentora de investimento permanente em outras sociedades (investidora).	95
5) Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis, quando a legislação dispuser a respeito.	96
PARTE C – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS	98
12) Informações sobre a remuneração paga aos administradores da unidade jurisdicionada, membros da diretoria estatutária, do conselho de administração e do conselho fiscal	98
36) Unidades Jurisdicionadas patrocinadoras de entidade fechada de previdência complementar.	99
I. Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas, em especial quanto à correta aplicação dos recursos repassados e à conformidade com a legislação pertinente e com os objetivos a que se destinam... ..	99
II. Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício com base no disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001	106

Relatório Anual de Gestão da CDRJ – 2010

Anexo II à Decisão Normativa TCU Nº 107, de 27 de outubro de 2010.

PARTE A – CONTEÚDO GERAL

1. Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Nome Completo da Unidade e Sigla	Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ	
CNPJ	42.266.890/0001-28	
Natureza Jurídica	Sociedade de Economia Mista	
Vinculação Ministerial	Secretaria de Portos – SEP (Medida Provisória nº 483, de 24/03/2010)	
Endereço Completo da Sede	Rua do Acre, 21 – Centro – Rio de Janeiro RJ – CEP 20081-000 Tel: (21) 2219-8600 Fax: (21) 2219-8544	
Endereço da Página Institucional na <i>Internet</i>	www.portosrio.gov.br	
Normativos de criação, definição de competências e Estrutura Organizacional, regimento interno ou estatuto da unidade de que trata o Relatório de Gestão e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	A CDRJ teve autorizada sua constituição com a publicação do Decreto-Lei nº 256, de 28.02.1967. A Companhia tem por objetivo realizar, direta ou indiretamente, em harmonia com as metas definidas pela Secretaria de Portos – SEP, a administração e a exploração comercial dos portos organizados e demais instalações portuárias do Estado do Rio de Janeiro. Para complementação dos serviços estabelecidos pela legislação em vigor, podem também ser desenvolvidas atividades afins, conexas e acessórias, industriais, comerciais e de prestação de serviços. É regida pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76 e suas alterações), no que lhe for aplicável, pelo seu Estatuto Social e pela Lei nº 8.630/93, segundo a qual a empresa passou a exercer a função de Autoridade Portuária dos Portos do Rio de Janeiro, Itaguaí, Niterói e Angra dos Reis.	
Código de a UJ Titular do Relatório	396001	
Código das UJ Abrangidas	Não Consolida outras Unidades.	
Situação da Unidade quanto ao Funcionamento	Em Funcionamento.	
Função de Governo Predominante	Comércio e Serviços.	
Tipo de Atividade	Operações Portuárias ou Autoridade Portuária	
Unidades Gestoras Utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ	396001
Código na LOA da UJ	Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ	211

2. Objetivos e metas institucionais

a) Responsabilidades institucionais da unidade:

I – Competência Institucional;

A Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ é a Autoridade Portuária responsável pela gestão do Complexo Portuário do Rio de Janeiro, que compreende os portos públicos do Rio de Janeiro, Itaguaí, Niterói e Angra dos Reis.

O papel institucional da Companhia consiste fundamentalmente no desenvolvimento de projetos e programas focados no constante aprimoramento das infraestruturas de acesso aquaviário, de acostagem, e, inclusive, terrestre, promovendo a competitividade dos portos por ela administrados e, por conseguinte, dos custos logísticos inerentes aos bens movimentados por intermédio de suas instalações.

Para complementação dos serviços estabelecidos pela legislação em vigor, podem também ser desenvolvidas atividades afins, conexas e acessórias, industriais, comerciais e de prestação de serviços. É regida pela Lei das Sociedades por Ações (Lei no 6.404/76 e suas alterações), no que lhe for aplicável, pelo seu Estatuto Social e pela Lei no 8.630/93, segundo a qual a empresa passou a exercer a função de Autoridade Portuária dos Portos do Rio de Janeiro, Itaguaí, Niterói e Angra dos Reis.

II – Objetivos Estratégicos;

Em estrita consonância com as diretrizes do Governo Federal, consubstanciada nas metas estratégicas estabelecidas pela Secretaria de Portos da Presidência da República – SEP/PR, a CDRJ vem desenvolvendo diversas ações de cunho administrativo, financeiro e organizacional, com vistas a expandir os resultados operacionais da Companhia. Por conseguinte, foram adotadas medidas no intuito de promover a racionalização de atividades e o melhor aproveitamento da força de trabalho da Empresa. As seguintes linhas de atuação estratégica foram adotadas:

- *Recuperação da Infraestrutura Operacional e de Apoio;*
- *Manutenção da Segurança nos Portos;*
- *Valorização e Promoção da Gestão de Pessoas;*
- *Desenvolvimento das Relações Comerciais e Novos Negócios;*
- *Recuperação Econômico-Financeira;*
- *Adequação da Infraestrutura Portuária;*
- *Desenvolvimento da Política Ambiental, de Saúde e da Segurança do Trabalho;*
- *Implantação do Planejamento Estratégico e Sistemas de Avaliação por Desempenho;*
- *Integração com as Esferas Governamentais.*

b) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais

I – Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida;

Como desdobramento da implantação da “Gestão Portuária por Resultados – GPPR” iniciou-se o mapeamento dos processos organizacionais, subsídio para a revisão do Plano Básico da Organização da Companhia. Com isso, pretende-se reposicionar o direcionamento estratégico da CDRJ, alinhado às suas atribuições como Autoridade Portuária.

Instituiu-se também a Divisão Diretiva e Normativa (DIVNOR), com a principal atribuição de estruturar um Escritório de Gerenciamento dos Processos Organizacionais, o qual será responsável por rever e redefinir os indicadores de desempenho, metas corporativas e suas formas de controle e avaliação. Deu-se início, também, à estruturação da Cadeia de Valor da Companhia e à elaboração do Mapa Estratégico, o qual servirá de base para a implantação do Balanced Scorecard (BSC), em atendimento à Portaria SEP/PR nº 214, publicada no DOU, de 11 de setembro de 2008.

II – Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício;

No tocante à recuperação da infraestrutura operacional e de apoio, foram tomadas medidas como a aquisição de microcomputadores e a implantação de rede de impressão corporativa. Também se encontram em revisão os sites da CDRJ e a Intranet. Foi realizada a execução parcial do Plano de Recuperação da Infraestrutura Predial, com a substituição de mobiliários e aparelhos de ar condicionado, modernização dos elevadores do Edifício Sede da Companhia, manutenção dos elevadores do Prédio da Superintendência do Porto do Rio de Janeiro, serviços de pintura e troca de piso das instalações do Edifício Sede da Companhia.

Como medida de segurança ambiental, a Companhia manteve o funcionamento do Centro de Atendimento a Emergências - CAE, no Porto do Rio de Janeiro, com a finalidade precípua de pronto atendimento às emergências ambientais, como conter derramamentos de óleo e derivados, bem como retirá-los das águas da Baía de Guanabara.

Foi realizado Concurso Público para o preenchimento de vagas dos empregos de Especialista Portuário e cadastro de reserva para os empregos de Técnico de Serviços Portuário, de formação específica, e Guarda Portuário. Procedeu-se à admissão de 69 (sessenta e nove) Especialistas Portuários e 02 (dois) Técnicos de Serviços Portuários. Deu-se o enquadramento no Plano de Carreira, Empregos e Salários – PCES, com efeitos retroativos a junho/2009, para os ocupantes dos empregos de Especialista Portuário e Técnico de Serviços Portuários. Foi concedido 1% de produtividade aos empregados, haja vista o aumento da receita operacional. Implementaram-se novos benefícios sociais, pactuados no Acordo Coletivo de Trabalho 2009 – 2011. Foi instituído um sistema visando uma melhor apuração dos fatores de desempenho individual, para alicerçar as progressões e promoções dos empregados e, também, a capacitação daqueles cujos índices não alcançarem os níveis estabelecidos.

Dentre as ações realizadas com o objetivo de atrair novos clientes e parceiros comerciais para os Portos da CDRJ podemos destacar as negociações para o arrendamento dos Terminais de Minérios e de Granéis Sólidos do Porto de Itaguaí, do Terminal de Produtos Siderúrgicos da Gamboa, do Terminal Papeleiro e de Carga Geral, além do Terminal de Granéis Líquidos do Porto do Rio de Janeiro, com base no desenvolvimento de estudos de um novo PDZ para o Porto do Rio. Destaca-se também a repactuação contratual para modernização das instalações do Porto de Angra dos Reis.

Foi dado início ao levantamento do Perfil Operacional do Cais Público do Porto do Rio de Janeiro, com o objetivo de obter um panorama operacional para balizar as ações futuras de arrendamento e exploração. Iniciou-se um projeto de reestruturação do modelo tarifário da CDRJ, visando analisar, elaborar e consolidar um modelo tarifário mais adequado à realidade da Autoridade Portuária. Tem-se avançado nos estudos para a modernização e revitalização do Terminal de Passageiros do Porto do Rio. Foram encaminhadas para aprovação na ANTAQ as negociações feitas para adequar os terminais de contêineres e o terminal “Roll-On/Roll-Off” do Porto do Rio de Janeiro às novas demandas do transporte marítimo de cargas, aliada à eliminação de pendências contratuais, visando o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos. Em relação ao Porto de Itaguaí, foram encaminhadas para aprovação da ANTAQ as negociações feitas para o desenvolvimento dos terminais de carvão e de contêineres, adequando-o às novas demandas do transporte marítimo de cargas, inclusive mediante a realização de diversos investimentos em equipamentos e infraestrutura

por parte dos arrendatários. No Porto de Angra dos Reis, foi feita a transferência do arrendamento e proposta de desenvolvimento do terminal adequando-o às atividades de apoio ao “Offshore”, além da eliminação de pendências contratuais.

A consolidação do processo de parcelamento, em fase conclusiva, junto à Secretaria da Receita Federal, possibilitou o prolongamento de prazos das dívidas fiscal e previdenciária compatíveis com a capacidade financeira da Companhia. As obrigações contratuais assumidas pela CDRJ junto ao Instituto de Seguridade Social – PORTUS, mediante repasses de recursos oriundos do Governo Federal, foram efetivados regularmente contribuindo em grande parte para o saneamento do passivo no exercício. Continua em processo de discussão judicial o equacionamento das penhoras relativas às operações de leasing herdadas da extinta PORTOBRÁS. A parceria entre a CDRJ e o Município do Rio de Janeiro, por meio do “Termo de Ajuste de Contas e Quitação”, proporcionou a redução de débito na dívida ativa municipal da ordem de R\$ 25 milhões.

No Porto de Itaguaí realizou-se: a recuperação da pavimentação das vias internas do Porto; recuperação de cercas de segurança para as áreas internas do Porto; pavimentação da pista 500 do Porto; sondagens subaquáticas por jet-probe na área de influência do corpo rochoso existente no canal de acesso ao Porto; caracterização morfo-acústica do corpo rochoso existente no canal de acesso ao Porto; e ampliação da rede de drenagem superficial na área do complexo administrativo do Porto.

Elaborou-se o Projeto Básico de Reforço Estrutural do Cais da Gamboa e do Cais de São Cristóvão para aumento de calado no Porto do Rio de Janeiro e o Projeto Básico para a Construção do Píer de Atracação destinado a Navios de Passageiros no Porto do Rio de Janeiro. Iniciou-se o procedimento licitatório para a contratação dos seguintes serviços: construção do Píer de Atracação destinado a navios de passageiros no Porto do Rio de Janeiro; consultoria e Estudos Ambientais para a dragagem de áreas de fundeio no acesso aquaviário ao Porto de Itaguaí; caracterização geológico-geotécnica do corpo rochoso existente no canal de acesso ao Porto de Itaguaí; além da manutenção do balizamento náutico dos Portos da CDRJ.

A CDRJ deu continuidade às atividades de enquadramento no Sistema de Licenciamento Ambiental com o Instituto Estadual do Ambiente – INEA, bem como, à obtenção das licenças ambientais para ações de dragagens de seus Portos, com recursos provenientes do PAC. Continuou em funcionamento o Centro de Atendimento a Emergências (CAE) do Porto do Rio de Janeiro. Deu-se prosseguimento à regularização dos processos das licenças de operação, junto ao INEA, dos quatro portos administrados pela Companhia (Rio de Janeiro, Itaguaí, Angra dos Reis e Niterói).

Foram tomadas medidas para garantir o cumprimento da Portaria SEP nº 104, de 29 de abril de 2009, visando à implantação do Sistema de Gestão Integrada de Meio Ambiente, Saúde e Segurança - SIGA, da CDRJ. Foi firmado com o Instituto Estadual do Ambiente – INEA um termo de cooperação técnica, para regular as atividades desenvolvidas pelas duas instituições, visando o intercâmbio de informações e conhecimento e o desenvolvimento de programas, projetos e atividades com foco na adequação ambiental das atividades portuária e marítima, além da implementação de ações de gestão de qualidade ambiental.

A CDRJ atendeu todas as solicitações da ANTAQ no que se refere ao Sistema de Desempenho Portuário (SDP), resultado de um esforço realizado por meio de uma “força-tarefa” designada pela Diretoria Executiva para tal finalidade, que garantiu, pela primeira vez, que os dados integrantes do Anuário da ANTAQ do ano de 2010, fossem imputados diretamente do banco de dados da Agência reguladora.

Como desdobramento da implantação da “Gestão Portuária por Resultados – GPPR” iniciou-se o mapeamento dos processos organizacionais da CDRJ, subsídio para a revisão do Plano Básico da Organização. Com isso, pretende-se reposicionar o direcionamento estratégico da Companhia, alinhado às suas atribuições como Autoridade Portuária. Instituiu-se na CDRJ uma unidade organizacional cuja principal atribuição será estruturar um Escritório de Gerenciamento dos

Processos Organizacionais, o qual será responsável por rever e redefinir os indicadores de desempenho, metas corporativas e suas formas de controle e avaliação. Deu-se início, também, à estruturação da Cadeia de Valor da Companhia e à elaboração do Mapa Estratégico, o qual servirá de base para a implantação do Balanced Scorecard (BSC), em atendimento à Portaria SEP/PR nº 214, publicada no DOU, de 11 de setembro de 2008.

Em parceria com a Secretaria de Portos – SEP, no âmbito do Plano Nacional de Dragagem – PND, com recursos do PAC na ordem de R\$80 milhões, foi concluída a primeira fase de dragagem para aprofundamento do canal de acesso ao Porto de Itaguaí, passando de 14,5m para 17,5m de profundidade. A expectativa é que a movimentação desse Porto aumente até 50% devido ao novo calado.

A dragagem do Porto de Angra dos Reis foi finalizada no mês de novembro e a profundidade do canal de acesso ao terminal portuário passou de 8,5m para 10m. A iniciativa faz parte do Programa Nacional de Dragagem (PND), da Secretaria de Portos (SEP), com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Foram dragados 68 mil metros cúbicos. No intuito de sensibilizar o público envolvido nas atividades para as principais questões ambientais, foi implementado um Programa de Educação Ambiental destinado aos tripulantes brasileiros e estrangeiros das dragas Virgínia, Hang Ju 3001, Hang Ju 1007 e Volzee, sendo esta última a que encerrou os trabalhos.

Deu-se início à implantação do Projeto Porto sem Papel, da SEP, o qual informatiza e integra os procedimentos, na medida em que promove a comunicação de dados entre os agentes intervenientes no processo portuário, eliminando o trâmite de 112 documentos, em diversas vias, e 935 informações em duplicidade junto às seis autoridades anuentes (Polícia Federal, Anvisa, Delegacia da Receita Federal, Vigiagro e Autoridade Portuária), preservando todos os seus aspectos inerentes ao sigilo e a segurança das informações nele produzidas. O objetivo é reduzir, em média, 25% o tempo de estadia dos navios nos portos.

O projeto “Porto Maravilha” – da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro – vem sendo viabilizado pelos Governos Federal, Estadual, Municipal e pela CDRJ, visando o resgate urbano, econômico e social da região portuária do Rio de Janeiro, de extrema relevância histórica, para que se transforme em um pólo de cultura, entretenimento, indústria e habitação, sem interferir na área pública do Porto.

Para viabilizar o Projeto “Porto Maravilha”, foi realizada a Cessão de Direito Real de Uso do Pier Mauá (molhe Oscar Weinschenk) à Prefeitura do Rio de Janeiro por 25 anos, renováveis por mais 25, com cobrança de aluguel e realização de encontro de contas em relação às dívidas ativas da CDRJ. No primeiro encontro de contas, realizado em 2010, foram abatidas dívidas de IPTU dos imóveis da Companhia com a Prefeitura do Rio de Janeiro.

Como parte integrante do apoio da CDRJ ao projeto “Porto Maravilha”, foi concluído o novo Acesso Viário ao Porto do Rio, com 3 km de extensão, que vai desviar pelo menos 1.300 caminhões e carretas por dia da Av. Brasil, desafogando o trânsito numa das principais vias da cidade e facilitando o acesso à área de contêineres do Porto. O valor total do investimento foi de R\$25 milhões, dos quais, R\$8 milhões foram financiados pela CDRJ e o restante pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro e pelo BNDES.

c) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade:

Programa: 0807 - Investimento das Empresas Estatais em Infraestrutura de Apoio

Gerente de Programa

Analista Setorial SPI: Indefinido

Objetivo de Governo

Objetivo Setorial

Órgão: 92000 – Atividades Padronizadas

Tipo de Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais

Justificativa: Programa de Investimento das Empresas Estatais em Infraestrutura de Apoio

Objetivo: Dotar a área administrativa de condições necessárias para prestar adequado suporte à área operacional

Público Alvo: Governo

Estratégia de Implementação: Programa de apoio às políticas públicas e áreas especiais.

Endereço Internet do Programa

Programa: 1458 - Vetor Logístico Leste

Gerente de Programa: Luiz Antonio Pagot

Analista Setorial SPI

Objetivo de Governo: Implantar uma infraestrutura eficiente e integradora do Território Nacional

Objetivo Setorial: Ampliar a capacidade de transporte terrestre e das vias navegáveis interiores

Órgão: 39000 - Ministério dos Transportes

Tipo de Programa: Finalístico

Justificativa

Em abril de 2007, o Ministério dos Transportes divulgou o chamado Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT), resultado de esforço de retomada do planejamento público de médio e longo prazo para o setor. O PNLT foi idealizado para embasar a formulação do PPA 2008/2011 e promover as primeiras indicações de investimentos para o PPA 2012/2015 e os ensaios de organização dos planos subsequentes até 2023, horizonte das explorações socioeconômicas elaboradas pelo Estudo. Contudo, sua primeira aplicação prática foi a seleção dos empreendimentos

na área de transportes a integrar o chamado Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), anunciado em janeiro de 2007, no escopo do qual estão todos os principais investimentos federais para provimento de infra-estrutura econômica e social. Portanto, o PNLT é referência para o PAC e deve sê-lo para a consolidação das escolhas públicas expressas no Plano Plurianual. O PNLT foi concebido com o intuito de: promover o aumento da eficiência produtiva em áreas consolidadas; induzir o desenvolvimento de áreas de expansão de fronteira agrícola e mineral; reduzir as desigualdades regionais em áreas deprimidas; e integrar a região sul-americana. Para lograr superar o desafio, o PNLT foi estruturado em duas principais explorações a partir de dados sobre produção, logística e transportes no nível microrregional. A primeira delas consiste em uma modelagem socioeconômica dinâmica do País, que analisa as implicações espaciais das megatendências da economia brasileira no período de 2007 a 2023, com destaque para a demanda por serviços de transporte. Foram realizadas projeções de oferta e demanda para 80 (oitenta) tipos de produto em cada uma das 558 (quinhentos e cinquenta e oito) microrregiões do Brasil por meio da aplicação de um modelo computável de equilíbrio econômico geral sobre um cenário referencial para o ano-base, considerando as características do sistema econômico atual e sua evolução recente, e conhecimentos sobre como os espaços econômicos se inter-relacionam. Assim, foram criados cenários futuros que expressam déficits e superávits (relações de produção e consumo) entre as microrregiões homogêneas, pecuniariamente representados, para cada produto analisado, para os anos-horizonte do Estudo: 2007, 2011, 2015, 2019 e 2023. A segunda simulação foi feita com o emprego do modelo clássico de simulação de transporte de quatro etapas: geração, distribuição, divisão modal e alocação. As duas primeiras etapas, fortemente associadas à modelagem da demanda por transportes, foram apoiadas nos resultados da etapa anterior. A divisão modal e a alocação, mais associadas à modelagem da oferta de transportes e de seus custos, se apoiaram em dados e parâmetros derivados de pesquisa de campo (fonte primária) e estudos precedentes (fonte secundária). A partir de então, desenvolveu-se uma nova proposta de organização espacial do País, na qual as microrregiões homogêneas foram agrupadas em função da superposição georreferenciada de fatores representativos das suas características, quais fossem: as impedâncias ambientais, as similaridades socioeconômicas, as perspectivas de integração e inter-relacionamento (corredores de transportes) e as funções de transporte, identificadas a partir da análise de isocustos em relação aos principais portos concentradores de carga do País. Dessa análise, resultaram sete agrupamentos, aos quais se convencionou chamar de vetores logísticos. Embora os quatro critérios tenham sido avaliados conjuntamente, cada vetor teve determinantes mais fortes, seja na predominância socioeconômica (Sul, Leste e Nordeste Setentrional), na incidência de bioma (Amazônico) ou nas bacias de captação (em todos os casos). No Vetor Leste predominam atividades de média tecnologia impulsionadas pelos recursos naturais de minérios. Contém os biomas Cerrado a oeste e Mata Atlântica a leste, abrangendo parcelas das macrorregiões Centro-Oeste e Sudeste. E estrutura-se em uma bacia de captação rumo aos portos de Vitória, Rio de Janeiro e Itaguaí. Os vetores não possuem limites rígidos, pois em suas áreas limítrofes há uma mescla de bases produtivas, custos de acessos aos portos ou biomas e densidades de unidades de conservação que posicionam os territórios ora em um, ora em outro vetor. Por esta razão, os programas a compor o PPA foram estruturados de forma a que os limites espaciais dos vetores se aproximassem de uma divisão geopolítica propícia à convergência das intervenções federais com escolhas subnacionais e, portanto, fossem mais afetos ao pacto federativo. Neste caso, dada a dinâmica diversa nos fluxos de transporte, o programa engloba a porção norte do estado de Goiás, inclusive a BR-070, que delimita espacialmente o Vetor, mas exclui as BRs 153 e 414, em virtude do seu caráter longitudinal, abarcadas pelo Vetor Centro-Sudeste.

Objetivo: Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região do DF, dos estados de MG, ES e RJ e nordeste do estado de GO

Público Alvo: Usuários de transporte no Distrito Federal e nos Estados de Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro

Estratégia de Implementação

Priorizar as obras estruturantes definidas no PNLT e referendadas no PAC, contratando a sua execução diretamente, destacando recursos para a mobilização do Departamento de Engenharia e Construção do Comando do Exército ou, em casos excepcionais, celebrando convênios para a transferência voluntária de recursos para execução pelos entes subnacionais. Os princípios norteadores da seleção dos investimentos foram a manutenção dos ativos estratégicos, a

finalização dos projetos em fase de implantação e a redução dos gargalos em infraestrutura de transportes. Especial atenção será dada para a diversificação modal na matriz de transportes brasileira, focando nas possibilidades de fomentar operações intermodais. As formas tradicionais de contratação para manutenção dos ativos estratégicos serão gradativamente substituídas por modalidades contratuais que prevêm a aferição de resultados dos serviços prestados, amparados por contratos de maior duração. Logo, o contratado deve promover a recuperação inicial da capacidade operacional do bem objeto de intervenção, após o que deve intervir preventiva e rotineiramente para manter as características técnicas definidas no projeto de engenharia que originou sua implantação. Por esta diretriz, os serviços de manutenção de rodovia e de canais de navegação serão atestados pelos resultados físicos que apresentarem as inspeções sobre níveis de rugosidade e ocorrência de fissuras por quilômetro ou pela profundidade e geometria apresentados em sondagens e levantamentos batimétricos. Também serão perseguidas formas mais efetivas de participação privada nos empreendimentos com maior atratividade econômica, por meio da formalização de Parcerias Público-Privadas e da concessão de obras e da exploração comercial da infra-estrutura de transportes por empreendedores privados. A estratégia de gestão prevê o monitoramento de cada serviço que compõe o empreendimento, por meio do acompanhamento da execução física e financeira dos contratos, e a aferição do andamento e da qualidade das obras e serviços é pressuposto para habilitar o empreendimento a receber novo aporte orçamentário. Por fim, o alcance e a percepção dos resultados pelo público-alvo serão mensurados por uma cesta de indicadores que se ocupam das principais preocupações afetas à função Transporte. O cálculo dos índices correspondentes será possível a partir da composição de um banco de dados georreferenciados, amparado metodologicamente por explorações acadêmicas em importantes centros de ensino e desenvolvimento científico e tecnológico, de sorte a conferir credibilidade e frequência adequada à avaliação do alcance do programa. Os dados e os indicadores serão agregados espacialmente no menor nível capaz de expressar os fluxos de transporte e deverão ser agrupados até o corte adequado para dar suporte às decisões sobre política nacional de transportes no nível estratégico. O desafio nesse processo de criação de instrumentos de aferição do impacto das políticas de transporte é que este conduza à elaboração de um indicador-síntese, o Índice de Desenvolvimento de Transportes, capaz de expressar de forma objetiva o grau de desenvolvimento das diversas áreas no tocante ao setor de transportes, com a agregação espacial que se mostrar mais adequada a cada análise.

Endereço Internet do Programa

I – Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ;

Programa:	0807 - Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio		
Gerente do Programa:			
Analista Setorial			
SPI:	SPI - Indefinido		
Total de Localizadores do Programa (inclusive sem produto e/ou unidade de medida)			
			181
Execução Física dos Localizadores de Gasto de Ações Orçamentárias e Não-orçamentárias com produto e unidade de medida			
Qtde de Localizadores com produto e unidade de medida			
			35
<i>* Fórmula: Percentual de execução física = qtde de localizadores com registro de execução física / qtde de localizadores com registro de execução financeira.</i>			
Execução Financeira			
Ações Orçamentárias			
LOA + Créditos	Empenhado	Liquidado/Realizado	%
3.902.264.988,00	0	2.985.657.556,00	76,51

Programa:	1458 - Vetor Logístico Leste		
Gerente do Programa:	Luiz Antonio Pagot		
Analista Setorial			
SPI:			
Total de Localizadores do Programa (inclusive sem produto e/ou unidade de medida)			
			152
Execução Física dos Localizadores de Gasto de Ações Orçamentárias e Não-orçamentárias com produto e unidade de medida			
Qtde de Localizadores com produto e unidade de medida			
			141
Localizadores de Ações Orçamentárias com Execução Financeira			
			94
			102 (109%)
Localizadores de Ações Orçamentárias com Registro de Execução Física			
<i>* Fórmula: Percentual de execução física = qtde de localizadores com registro de execução física / qtde de localizadores com registro de execução financeira.</i>			
Execução Financeira			
Ações Orçamentárias			
LOA + Créditos	Empenhado	Liquidado/Realizado	%
3.943.561.185,00	3.428.567.983,79	1.997.703.617,95	50,66

II – Execução física das ações realizadas pela UJ;

1) Projeto: 26.784.1458. 10VS.0033		
Ação: Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS-Code) no Porto de Itaguaí		
Finalidade: Dotar as instalações portuárias do Porto de Itaguaí de condições de segurança e prevenção à ameaça de ataques terroristas e outros ilícitos que comprometam sua atividade.		
Valor do Projeto – R\$ 22.422.668,00	Realizado até 2009 – R\$ 4.622.406,91	
Orçamento Fiscal 2010	R\$ 3.000.000,00 (Lei 12.214-suplemento B, de 23/02/2010)	
Geração Própria	R\$ 10.000,00 (Lei 12.214-suplemento B, de 23/02/2010)	
Saldo Financeiro	R\$ 6.191.107,00 (Decreto s/nº, de 11/05/2010)	
Créditos aprovados em 2010:	R\$ 9.201.107,00	Meta Física: 40,0 %
Recursos Disponíveis	R\$ 6.191.107,00	
Total compromissado	R\$ 7.810.211,34	
Realizado em 2010:	R\$ 4.387.244,10	Execução Física: 19,1 %

Resultados Alcançados até 2009: Instalação e fornecimento de equipamentos para implantação do Sistema Integrado de Segurança (SIS) – contrato 107/2005; Obras de reforma do prédio da SUPGUA no ITAPOR – contrato 109/2005; Aquisição de micro-ônibus para a SUPGUA no ITAPOR – contrato 105/2005; aquisição de boias de sinalização náutica para o canal de acesso do Porto de Itaguaí; construção de cercas para casas de transferências de energia; Pagamento da 1ª a 9ª medições da Siemens, referente à implantação do SIS-ITAPOR; Aquisição de grupo gerador para a superintendência da guarda portuária; Obra de fechamento das guaritas do ITAPOR; Construção de muro fronteiro do Vilar de Coqueiros; Logon Construções e Consultoria Técnica em Engenharia Ltda – 2ª e 3ª medições referentes à adequação das instalações de acesso do Porto de Itaguaí – ISPS-CODE; Aquisição de 30.000 cartões de identificação – O.F 040/2008. Pagamento da 1ª a 5ª medições do contrato 037/2009 com a Construtora W.V. LTDA, referente à ampliação da portaria principal do Porto de Itaguaí; Construtora W.V. LTDA – Termo de rescisão amigável 069/2009 referente ao contrato 027/2008.

Resultados Alcançados em 2010: Ampliação da Portaria Principal do Porto de Itaguaí – contrato C-SUPJUR 037/2009 com a Construtora W.V. LTDA – pagamento da 6ª a 13ª medições e reajustamentos da 12ª e 13ª medições.

Complementação do balizamento do canal de acesso ao Porto de Itaguaí – contrato C-SUPJUR 059/2010 com RIO INTERPORT CONSULT. ENGENHARIA LTDA – pagamento da 1ª medição.

A Realizar

1-Projeto Centro de Controle Operacional (CCO) – não foi iniciado procedimento licitatório.

2-Contratação dos serviços de pavimentação da portaria principal do ITAPOR – em fase de homologação.

3-Construção de Guaritas de Vigilância nas cercanias do Porto de Itaguaí – não foi iniciado procedimento licitatório.

2) Projeto: 26.784.1458.10VW.0033		
Ação: Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS-Code) no Porto do RJ		
Finalidade: Dotar as instalações portuárias do Porto do Rio de Janeiro de condições de segurança e prevenção à ameaça de ataques terroristas e outros ilícitos que comprometam sua atividade.		
Valor do Projeto - R\$ 28.558.431,00	Realizado até 2009 – R\$ 11.186.685,00	
Orçamento Fiscal 2010	R\$ 3.000.000,00 (Lei 12.214-suplemento B, de 23/02/2010)	
Geração Própria	R\$ 10.000,00 (Lei 12.214-suplemento B, de 23/02/2010)	
Saldo Financeiro	R\$ 9.307.592,00 (Decreto s/nº, de 11/05/2010)	
Saldo Financeiro – Cancelamento	R\$ -900.000,00 (Decreto s/nº, de 14/09/2010)	
Saldo Financeiro – Cancelamento	R\$ -742.046,00 (Medida Provisória nº 515, de 28/12/2010)	
Créditos aprovados em 2010:	R\$ 10.675.546,00	Meta Física: 38,0 %
Recursos Disponíveis	R\$ 7.665.546,00	
Total compromissado	R\$ 3.369.980,63	
Realizado em 2010:	R\$ 121.567,07	Execução Física: 0,4 %

Resultados Alcançados até 2009: Aquisição de 170 pistolas marca TAURUS calibre 38 e munições; aquisição de 30 aparelhos de ar condicionado para a SUPGUA; Obras de adaptação do prédio da guarda, custas cartonarias e lavratura de três procurações – contrato 016/2006; aquisição de sistema de controle de acesso e de segurança aos portos do RJ; serviço de assessoria técnica na implantação do ISPS-CODE nos portos do RJ; aquisição de seis veículos do tipo pick-up cabine dupla; aquisição de binóculos para visão noturna; aquisição de 12 bancos tipo longarina, sendo 9 de 3 lugares e 3 de 5 lugares; aquisição de doze rádio comunicadores; aquisição de um aparelho de TV de 29” e um vídeo cassete de 7 cabeças; aquisição de 50 cadeiras tipo secretária; aquisição de 3 cadeiras tipo diretor espaldar alto, 4 cadeiras tipo diretor espaldar médio, 20 cadeiras tipo chefia, 12 mesas tipo chefia, 1 mesa redonda para reunião e 50 poltronas de auditório com prancheta; aquisição de 2 armários de aço; aquisição de seis aparelhos de faxes à laser com copiadora e identificador de chamadas; aquisição de software de identificação para a SUPGUA; aquisição de seis motos para SUPGUA; aquisição de material de informática; projeto de adaptação do prédio da SUPGUA para o ISPS-CODE; aquisição de máquina fragmentadora de papel; aquisição de no-break; implantação do ISPS-CODE nos portos do RJ e Itaguaí; aquisição de armários de aço; aquisição de câmera qeb para SUPGUA; aquisição de máquina fotográfica e filmadora; aquisição de impressora de etiquetas; aquisição de equipamentos de ginástica; aquisição de mesas e armários; aquisição de 19 bebedouros; aquisição de microcomputadores; contratação dos serviços de pavimentação asfáltica e infraestrutura de iluminação no Porto do RJ – Constr WV Ltda; construção, reforma e adaptação das portarias do Porto do RJ firmado como Giver Engenharia Ltda – contrato 108/2005; aquisição de bóias de sinalização náutica para os portos do Rio e Niterói; aquisição de 21 conjuntos de defensas, visando a segurança de embarcações e instalações portuárias; Implantação da sinalização horizontal de áreas adjacentes ao RIOPOR; obras de fechamento de guaritas; Implantação de bóias de sinalização náutica no RIOPOR; serviços de podas de árvores no Porto do Rio; Projeto para integração de sistemas de segurança portuária e aduaneira; Projeto executivo da nova sede da SUPGUA para atendimento ao ISPS-CODE; Projeto de engenharia do VTS-Monitoramento do tráfego marítimo; Pagamento das 1ª a 9ª medições da Siemens, referente a implantação do Sistema Integrado de Segurança - SIS-RIOPOR; Despesas com projeto do sistema de iluminação no RIOPOR; Aquisição de 4 Bastões Anti-tumulto; Pagamento da 2ª parcela de cartões de aproximação; Pagamento da

3ª medição do projeto de monitoramento das embarcações dentro das áreas do Porto Organizado; Aquisição de grupo gerador para a superintendência da guarda portuária; Pagamento da 1ª medição do Sistema de GIS, do RIOPOR; Pagamento da 1ª e 2ª medições do contrato 086/2009 com a Hansalufbild Geo Informações Ltda, referente ao Projeto de implantação de um sistema de informações geo referenciais; Pagamento referente ao 1º termo aditivo do contrato 086/2009.

Resultados Alcançados em 2010: Construção da Sede da Guarda Portuária – contrato C-SUPJUR 027/2010 com MPE MONTAGENS E PROJETOS ESPECIAIS S/A – pagamento da 1ª a 3ª medições.

Fornecimento e instalação de proteção e segurança para o armazém 15 do porto do Rio de Janeiro – contrato C-SUPJUR 068/2010 com NOVA QUADRANTE SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA – pagamento da medição única.

A Realizar
1-Implantação do Sistema de iluminação no Porto do Rio de Janeiro – não foi iniciado procedimento licitatório.
2-Projeto Centro de Controle Operacional (CCO) – não foi iniciado procedimento licitatório.
3-Implantação de dispositivos de segurança para acesso de pedestres no portão 24 do RIOPOR – contrato assinado.
4-Complementação do Sistema de Controle de Tráfego marítimo – não foi iniciado procedimento licitatório.
5-Construção da nova sede da Guarda Portuária – licitação concluída.

3) Projeto: 26.784.1458.11HG.0033

Ação: Implantação do sistema de defensas no Porto do Rio de Janeiro

Finalidade: Destina-se a dotar o Porto do Rio de Janeiro de melhores condições para atracação dos navios e proteção do paramento do cais em conformidade com a Lei 8.630/93.

Valor do Projeto - R\$ 10.000.000,00	Realizado até 2009 – R\$ 4.200.000,00	
Orçamento Fiscal 2010	R\$ 3.000.000,00 (Lei 12.214-suplemento B, de 23/02/2010)	
Geração Própria	R\$ 10.000,00 (Lei 12.214-suplemento B, de 23/02/2010)	
Saldo Financeiro	R\$ 1.900.000,00 (Decreto s/nº, de 30/01/10)	
Saldo Financeiro	R\$ 742.046,00 (Medida Provisória nº 515, de 28/12/2010)	
Créditos aprovados em 2010:	R\$ 5.652.046,00	Meta Física: 56,0%
Recursos Disponíveis	R\$ 5.642.046,00	
Total compromissado	R\$ 5.642.046,00	
Realizado em 2010:	R\$ 5.642.046,00	Execução Física: 56,0 %

Resultados Alcançados até 2009: Pagamento da 1ª a 7ª medições do contrato 023/2006 referente à fabricação, transporte e montagem de defensas no Porto do Rio de Janeiro, firmado com a Ponta Leste Angra Atividades Subaquáticas.

Resultados Alcançados em 2010: Fornecimento e instalação de defensas para o Porto do Rio de Janeiro – contrato C-SUPJUR 099/2009 com COPABO INFRAESTRUTURA MARÍTIMA LTDA – pagamento da 1ª a 12ª medições.

A Realizar

Aquisição das primeiras defensas sobressalentes. O Edital encontra-se em elaboração.

4) Projeto: 26.784.1458.12IE.0033

Ação: Recuperação do sistema viário interno do Porto de Itaguaí

Finalidade: Pavimentação asfáltica da pista de acesso interno ao portão da Ilha da Madeira do Porto de Itaguaí.

Valor do Projeto - R\$ 4.000.000,00

Realizado até 2009 – R\$ 1.986.246,00

Orçamento Fiscal 2010

R\$ 1.000.000,00 (Lei 12.214-suplemento B, de 23/02/2010)

Geração Própria

R\$ 10.000,00 (Lei 12.214-suplemento B, de 23/02/2010)

Saldo Financeiro

R\$ 840.725,00 (Decreto s/nº, de 30/01/10)

Créditos aprovados em 2010:

R\$ 1.850.725,00

Meta Física: 35,0 %

Recursos Disponíveis

R\$ 1.332.273,56

Total compromissado

R\$ 1.333.388,65

Realizado em 2010:

R\$ 1.332.231,93

Execução Física: 25,2 %

Resultados Alcançados até 2009: Serviços de recuperação e implantação da pavimentação asfáltica na pista interna de acesso à Ilha da Madeira no Porto de Itaguaí.

Resultados Alcançados em 2010: Pavimentação da pista 500 do Porto de Itaguaí – contrato C-SUPJUR 106/2009 com CONSTRUTORA W.V. LTDA – pagamento da 1ª a 4ª medições, respectivos reajustamentos e 1º Termo Aditivo.

Pavimentação da pista 200 do Porto de Itaguaí – contrato C-SUPJUR 051/2010 com CONSTRUTORA W.V. LTDA – pagamento da 1ª e 2ª medições.

A Realizar

A ação encontra-se em fase de elaboração de Edital.

5) Projeto: 26.784.1458.12IF.0033		
Ação: Adequação das instalações de controle de transportes de carga no Porto de Itaguaí		
Finalidade: Pavimentação asfáltica da pista de acesso interno ao portão da Ilha da Madeira do Porto de Itaguaí.		
Valor do Projeto - R\$ 1.500.000,00	Realizado até 2009 – R\$ 617.084,00	
Geração Própria	R\$ 100.000,00 (Lei 12.214-suplemento B, de 23/02/2010)	
Saldo Financeiro	R\$ 450.194,00 (Decreto s/nº, de 30/01/10)	
Saldo Financeiro – Cancelamento	R\$ -450.194,00 (Medida Provisória nº 515, de 28/12/2010)	
Créditos aprovados em 2010:	R\$ 100.000,00	Meta Física: 11,4 %
Recursos Disponíveis	R\$ 0,00	
Total compromissado	R\$ 0,00	
Realizado em 2010:	R\$ 0,00	Execução Física: 0,0 %

Resultados Alcançados até 2009: Pagamento dos serviços referentes ao fornecimento, montagem, instalação e aferição de balança para controle de carga e pesagem de veículo e mercadoria – SATEC IND E COM LTDA - contrato 33/2005.

Resultados Alcançados em 2010: Não há realizações no exercício.

A Realizar

Os créditos referentes ao saldo financeiro foram transferidos para a ação **12IG**.

6) Projeto: 26.784.1458.12IG.0033		
Ação: Implantação do Centro Avançado de Controle de Tráfego do Porto de Itaguaí		
Finalidade: Criação de Truck Center para desenvolver as atividades de obtenção de permissões de acesso junto à Guarda Portuária, vistoria das carretas, pesagem e apoio logístico para os caminhoneiros.		
Valor do Projeto - R\$ 7.000.000,00	Realizado até 2009 – R\$ 0,00	
Geração Própria	R\$ 100.000,00 (Lei 12.214-suplemento B, de 23/02/2010)	
Saldo Financeiro	R\$ 1.000.000,00 (Decreto s/nº, de 30/01/10)	
Saldo Financeiro	R\$ 2.032.923,00 (Medida Provisória nº 515, de 28/12/2010)	
Créditos aprovados em 2010:	R\$ 3.132.923,00	Meta Física: 28,0 %
Recursos Disponíveis	R\$ 3.032.923,00	

Total comprometido	R\$	0,00	
Realizado em 2010:	R\$	0,00	Execução Física: 0,0 %

Resultados Alcançados em 2010: Não há realizações no exercício.

A Realizar
1-Implantação do Truck Center – projeto básico concluído com valor inicial de R\$ 6.918.708,20 . Não foi possível iniciar a implantação, em virtude do valor aprovado ser de R\$ 1.000.000,00 .
2-Está considerado no Projeto da LOA para 2011 o valor de R\$ 7.000.000,00 .
3-A ação obteve remanejamento de recursos financeiros totalizando R\$ 2.032.923,00 .

7) Projeto: 26.784.1458.12IL.0033

Ação: Construção Subestação de Energia Elétrica no Porto do Rio de Janeiro

Finalidade: Construção de nova subestação principal para o Porto do Rio de Janeiro.

Valor do Projeto - R\$ 700.000,00	Realizado até 2009 – R\$ 671.564,27	
Saldo Financeiro 2004	R\$ 38.127,00 (Decreto s/nº, de 30/01/10)	
Saldo Financeiro – Cancelamento	R\$ -38.127,00 (Decreto s/nº, de 28/10/10)	
Créditos aprovados em 2010:	R\$ 0,00	Meta Física: 0,0 %
Recursos Disponíveis	R\$ 0,00	
Total comprometido	R\$ 0,00	
Realizado em 2010:	R\$ 0,00	Execução Física: 0,0 %

Resultados Alcançados até 2009: Pagamento da 16ª e 17ª medições e reajustamentos do contrato 043/98, referente à construção de subestação no Porto do Rio de Janeiro, firmado com a SIEMENS.

Resultados Alcançados em 2010: Não há realizações no exercício.

A Realizar
Os créditos referentes ao saldo financeiro foram transferidos para a ação 3E74 .

8) Projeto: 26.784.1458.20BA.0033		
Ação: Prevenção, Preparação e Enfrentamento para a Pandemia de Influenza		
Valor do Projeto: R\$ 70.000,00	Realizado até 2009 – R\$ 0,00	
Geração Própria	R\$ 100.000,00 (Lei 12.214-suplemento B, de 23/02/2010)	
Saldo Financeiro	R\$ 777.000,00 (Medida Provisória nº 515, de 28/12/2010)	
Créditos aprovados em 2010:	R\$ 877.000,00	Meta Física: 15,0 unid
Recursos disponíveis	R\$ 777.000,00	
Total compromissado	R\$ 55.018,00	
Realizado em 2010:	R\$ 0,00	Execução Física: 0,0 unid

Resultados Alcançados em 2010: Não há realizações no exercício.

A Realizar

Aquisição de mobiliário e equipamentos de vídeo conferência, para a sala de situação.

9) Projeto: 26.784.1458.13IE		
Ação: Modernização de Elevadores da Sede da CDRJ e do Porto do Rio de Janeiro.		
Finalidade: Modernizar o sistema de comando e controle dos elevadores instalados no Edifício Sede da CDRJ e dos elevadores instalados no Porto do Rio de Janeiro, substituindo os painéis de comando a relé, através da instalação de painéis eletrônicos capazes de oferecer ao usuário melhor desempenho, conforto e segurança.		
Valor do Projeto: R\$ 740.000,00		
Geração Própria	R\$ 740.000,00 (Lei 12.214-suplemento B, de 23/02/2010)	
Créditos aprovados em 2010:	R\$ 740.000,00	Meta Física: 2 unid
Recursos Disponíveis	R\$ 391.900,00	
Total compromissado	R\$ 726.660,00	
Realizado em 2010:	R\$ 290.830,00	Execução Física: 0,8 unid

Resultados Alcançados em 2010: Serviço de modernização dos elevadores do Edifício Sede da CDRJ – contrato C-SUPJUR 097/2009 com ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A – pagamento da 1ª a 4ª parcelas e respectivos reajustamentos.

A Realizar

Pagamento das demais parcelas referentes ao contrato C-SUPJUR 097/2009 e modernização dos elevadores do Porto do Rio de Janeiro.

10) Projeto: 26.784.1458.3338.0033		
Ação: Construção de Terminal de Minério no Porto de Itaguaí		
Finalidade: Construção de Terminal de Minério do Porto de Itaguaí.		
Valor do Projeto - R\$ 2.470.563,00	Realizado até 2009 – R\$ 747.177,00	
Geração Própria	R\$ 100.000,00 (Lei 12.214-suplemento B, de 23/02/2010)	
Saldo Financeiro	R\$ 72.473,00 (Decreto s/nº, de 30/01/10)	
Créditos aprovados em 2010:	R\$ 172.473,00	Meta Física: 5,0 %
Recursos Disponíveis	R\$ 146.079,35	
Total compromissado	R\$ 146.079,35	
Realizado em 2010:	R\$ 146.079,35	Execução Física: 4,2 %

Resultados Alcançados até 2009: Pagamento da 1ª a 8ª medições referentes à revitalização e à implementação da iluminação viária no Porto de Itaguaí; Pagamento da 1ª a 3ª medições – Recuperação e pavimentação asfáltica da pista de Itaguaí - contrato 87/2007; Pagamento da 1ª, 2ª e 3ª medições da contratação dos serviços de rede de abastecimento da água do ITAPOR - contrato 26/2008; Pagamento da 1ª e 2ª medições - Alimentação externa do complexo administrativo e portão da Ilha da Madeira do Porto de Itaguaí - contrato nº 070/2008.

Resultados Alcançados em 2010: Serviços de ampliação da rede de drenagem superficial na área do complexo administrativo do Porto de Itaguaí – contrato C-SUPJUR 007/2009 com CONSTRUTORA W.V. LTDA – pagamento da 1ª a 4ª medições e respectivos reajustamentos.

A Realizar
Concluído.

11) Projeto: 26.784.1458.3340.0033		
Ação: Construção de Terminal de Contêiner no Porto do Rio de Janeiro		
Finalidade: Ampliação e Recuperação das instalações portuárias do terminal de contêineres do Porto do Rio de Janeiro.		
Valor do Projeto - R\$ 635.536,00	Realizado até 2009 – R\$ 452.056,00	
Geração Própria	R\$ 100.000,00 (Lei 12.214-suplemento B, de 23/02/2010)	
Saldo Financeiro	R\$ 183.480,00 (Decreto s/nº, de 30/01/10)	
Saldo Financeiro – Cancelamento	R\$ -183.480,00 (Medida Provisória nº 515, de 28/12/2010)	
Créditos aprovados em 2010:	R\$ 100.000,00	Meta Física: 5,3 %
Recursos Disponíveis	R\$ 0,00	
Total compromissado	R\$ 0,00	
Realizado em 2010:	R\$ 0,00	Execução Física: 0,0 %

Resultados Alcançados até 2009: Pagamento da 131ª e 132ª medições e respectivos reajustamentos do contrato C-DEPJUR N°041/88.

Resultados Alcançados em 2010: Não há realizações no exercício.

A Realizar

Os créditos referentes ao saldo financeiro foram transferidos para a ação **12IG**.

12) Projeto: 26.784.1458.3341

Ação: Desapropriação para expansão de área no SETPOR (SUPJUR)

Finalidade: Desapropriação de áreas com a finalidade de salvaguardar o patrimônio da CDRJ, visando à expansão do Porto de Itaguaí.

Valor do Projeto: R\$ 1.795.000,00

Geração Própria	R\$ 600.000,00 (Lei 12.214-suplemento B, de 23/02/2010)	
Créditos aprovados em 2010:	R\$ 600.000,00	Meta Física: 5.200,0 m²
Recursos Disponíveis	R\$ 346.621,30	
Total compromissado	R\$ 346.621,30	
Realizado em 2010:	R\$ 346.552,51	Execução Física: 3.003,5 m²

Resultados Alcançados em 2010: Pagamento de custas judiciais e desapropriações relativas ao Porto de Itaguaí (RJ).

13) Projeto: 26.784.1458.3E70.0033

Ação: Recuperação do Acesso Rodoferroviário do Porto do Rio de Janeiro

Finalidade: Melhorar os acessos rodoviários e desobstruir o ramal ferroviário Arará/Jacarezinho de acesso ao Porto do Rio de Janeiro.

Valor do Projeto - R\$ 10.000.000,00	Realizado até 2009 – R\$ 4.867.272,00	
Geração Própria	R\$ 863.761,00 (Lei 12.214-suplemento B, de 23/02/2010)	
Saldo Financeiro	R\$ 5.115.028,00 (Decreto s/nº, de 30/01/10)	
Saldo Financeiro – Cancelamento	R\$ -1.399.249,00 (Medida Provisória nº 515, de 28/12/2010)	
Créditos aprovados em 2010:	R\$ 4.579.540,00	Meta Física: 56,0 %
Recursos Disponíveis	R\$ 4.479.540,00	
Total compromissado	R\$ 0,00	
Realizado em 2010:	R\$ 0,00	Execução Física: 0,0 %

Resultados Alcançados até 2009: Convênio Ferroviário - Pagamento das indenizações cobertas da 1ª a 6ª prestações de contas – Convênio de Apoio Técnico e Financeiro relativo às indenizações de 350 famílias – C-SUPJUR 79/2005 Concluído; Convênio Rodoviário - 1ª e 2ª Prestação de Contas apresentada pela Prefeitura do Rio de Janeiro – 1ª e 2ª medições dos serviços de obras do acesso viário ao Porto do Rio de Janeiro, pela Delta Construções S.A em andamento.

Resultados Alcançados em 2010: Não há realizações no exercício.

A Realizar

1-Prestação de contas referente ao convênio com a Prefeitura para o acesso rodoviário.

2-Parte dos créditos referentes ao saldo financeiro foi transferido para a ação **12IG** totalizando **R\$ 1.399.249,00**.

14) Projeto: 26.784.1458.3E72.0033

Ação: Implantação de Balanças no Porto do Rio de Janeiro

Finalidade: Implantação de balanças para controle de carga e pesagem de veículos e/ou mercadorias.

Valor do Projeto - R\$ 515.890,00	Realizado até 2009 – R\$ 118.597,39	
Orçamento Fiscal 2010	R\$ 103.178,00	(Lei 12.214-suplemento B, de 23/02/2010)
Saldo Financeiro	R\$ 73.429,00	(Decreto s/nº, de 30/01/10)
Saldo Financeiro – Cancelamento	R\$ -73.429,00	(Decreto s/nº, de 28/10/10)
Créditos aprovados em 2010:	R\$ 103.178,00	Meta Física: 19,8 %
Recursos Disponíveis	R\$ 0,00	
Total compromissado	R\$ 0,00	
Realizado em 2010:	R\$ 0,00	Execução Física: 0,0 %

Resultados Alcançados até 2009: Pagamento da 1ª a 8ª medições – fornecimento, montagem, instalação e aferição de balanças para controle de carga e pesagem de veículo e mercadoria – SATEC IND E COM LTDA – C-SUPJUR 33/2005 Concluído.

Resultados Alcançados em 2010: Não há realizações no exercício.

A Realizar

Os créditos referentes ao saldo financeiro foram transferidos para a ação **3E74**.

15) Projeto: 26.784.1458.3E74.0033

Ação: Ampliação da rede elétrica do Porto do Rio de Janeiro

Finalidade: Ampliar a capacidade e modernizar o sistema de energia elétrica e a iluminação do porto do Rio para atender com qualidade o aumento do consumo interno oriundo dos novos arrendamentos a serem contratados. Nível de iluminação adequado às exigências do ISPS-Code.

Valor do Projeto - R\$ 8.000.000,00	Realizado até 2009 – R\$ 2.697.968,36	
Geração Própria	R\$ 10.000,00 (Lei 12.214-suplemento B, de 23/02/2010)	
Orçamento Fiscal 2010	R\$ 2.301.621,00 (Lei 12.214-suplemento B, de 23/02/2010)	
Saldo Financeiro	R\$ 231.124,00 (Decreto s/nº, de 30/01/10)	
Saldo Financeiro	R\$ 111.556,00 (Decreto s/nº, de 28/10/10)	
Créditos aprovados em 2010:	R\$ 2.654.301,00	Meta Física: 32,0 %
Recursos Disponíveis	R\$ 342.680,00	
Total comprometido	R\$ 231.124,00	
Realizado em 2010:	R\$ 0,00	Execução Física: 0,0 %

Resultados Alcançados até 2009: Pagamento da 1ª a 11ª medições e reajustamentos referentes à recuperação e modernização do sistema elétrico de média tensão do Porto do Rio de Janeiro – C-SUPJUR 098/2006.

Resultados Alcançados em 2010: Não há realizações no exercício.

A Realizar

1-Construção de rede subterrânea de alta tensão no trecho entre a Sub 17/18 e SE-CS;

2-Rede de cabeamento para o sistema de supervisão e monitoramento das subestações elétricas do Porto do Rio de Janeiro.

16) Projeto: 26.784.0807.4101

Ação: Manutenção e adequação de bens imóveis

Finalidade: Realizar despesas com manutenção e obras de adequação que prolonguem a vida útil dos bens imóveis e melhorem a qualidade dos serviços prestados aos usuários.

Valor do Projeto: #ATIVIDADE#

Geração Própria	R\$ 1.000.000,00 (Lei 12.214-suplemento B, de 23/02/2010)	
Créditos aprovados em 2010:	R\$ 1.000.000,00	Meta Física: 100,0 %
Recursos Disponíveis	R\$ 594.734,96	
Total comprometido	R\$ 595.536,86	
Realizado em 2010:	R\$ 579.734,96	Execução Física: 58,0 %

Resultados Alcançados em 2010: Demolição do armazém 22 do Porto do Rio de Janeiro – contrato C-SUPJUR 088/2009 com CRAFT ENGENHARIA LTDA – pagamento da 1ª a 7ª medições.

17) Projeto: 26.784.0807.4102		
Ação: Manutenção adequação bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos.		
Finalidade: Realizar despesas com manutenção e obras de adequação que prolonguem a vida útil dos bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos proporcionando melhor qualidade dos serviços prestados aos usuários.		
Valor do Projeto: #ATIVIDADE#		
Geração Própria	R\$ 1.300.000,00 (Lei 12.214-suplemento B, de 23/02/2010)	
Créditos aprovados em 2010:	R\$ 1.300.000,00	Meta Física: 100,0 %
Recursos Disponíveis	R\$ 753.968,00	
Total comprometido	R\$ 1.125.238,30	
Realizado em 2010:	R\$ 752.727,71	Execução Física: 57,9 %

Resultados Alcançados em 2010:		
1-Aquisição de mobiliários, conforme OF 96/2009: BORTOLINE INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA. NF 81558.		
2-Aquisição de 4 aparelhos de ar-condicionado Split, conforme C-SUPJUR 049/2009: Refrigeração CGAIR Ltda-ME. NF 0429.		
3-Aquisição de mobiliários, conforme OF 97/2009: GIROFLEX S/A. NF-e 133590 E 133591.		
4-Aquisição de arquivos e estantes de aço, conforme OF 03/2010: M.C. FERREIRA COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA. NF 001.		
5-Aquisição de Câmera Digital, conforme OF 16/2010. NF 1755.		
6-Aquisição de aparelhos de ar-condicionado, conforme OF 29/2010: ARTICO COMÉRCIO DE REFRIGERAÇÃO LTDA. NFs 612 e 614.		
7-Aquisição de mobiliários, conforme OF 33/2010. NF-e 1454.		
8-Aquisição de 5 aparelhos de ar-condicionado, conforme OF 29/2010: ARTICO COMÉRCIO DE REFRIGERAÇÃO LTDA. NF 632		
9-Aquisição de mobiliários – OF 34/2010. NF 2051.		
10-Aquisição de 5 aparelhos de ar-condicionado, conforme OF 29/2010: ARTICO COMÉRCIO DE REFRIGERAÇÃO LTDA. NF 650.		
11-Aquisição de aparelhos de ar-condicionado Split, conforme OF 51/2010: CLIMA RIO 2004 COM. E SERV. DE REFRIGERAÇÃO LTDA. NF 044466		
12-Aquisição de duas unidades de condicionadores de ar tipo Split Dutado 30.000BTUs, conforme Termo Aditivo do Contrato C-SUPJUR 49/2009.		
13-Aquisição de Bombas de Sucção, conforme Nota Fiscal 000498: FARWARE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.		
14-Aquisição de cafeteira industrial, conforme OF 61/2010: ROTA COMERCIAL SERVICE LTDA. NF 650.		
15-Aquisição de furadeira, conforme OF 60/2010. Nota Fiscal 36.		
16-Aquisição de cadeiras giratórias, conforme OF 65/2010. NF 9043.		
17-Aquisição de mesas e gaveteiros, conforme OF 66/2010. NF 4304.		
18-Aquisição de condicionadores de ar, conforme OF 080/2010: CLIMA RIO 2004 COM. E SERV. DE REFRIGERAÇÃO LTDA. NF 48793.		
19-Aquisição de 100 aparelhos telefônicos, conforme OF 83/2010: ODERCO DISTRIBUIDORA DE ELETRÔNICOS LTDA. NF 5318.		
20-Aquisição de compressor com motor, conforme OF 88/2010: COMERCIAL SÃO DOMINGOS DE MÁQUINAS E FERRAMENTOS LTDA. NF 18338.		

18) Projeto: 26.784.0807.4103		
Ação: Manutenção e Adequação Ativos Informática e Teleprocessamento		
Finalidade: Realizar despesas com manutenção, adequação e aquisição de bens nas áreas de informática, informação e teleprocessamento que prolonguem a vida útil dos ativos de informática nas respectivas áreas e propiciem melhor qualidade dos serviços prestados aos usuários.		

Valor do Projeto: #ATIVIDADE#		
Geração Própria	R\$ 700.000,00 (Lei 12.214-suplemento B, de 23/02/2010)	
Créditos aprovados em 2010:	R\$ 700.000,00	Meta Física: 100,0 %
Recursos Disponíveis	R\$ 296.945,00	
Total compromissado	R\$ 468.504,00	
Realizado em 2010:	R\$ 296.945,00	Execução Física: 42,4 %

Resultados Alcançados em 2010:

1-Aquisição de 12 impressoras multifuncionais, conforme OF 70/2009: IMAGEM INFORMÁTICA LTDA. NF 4288.
2-Aquisição de 31 computadores, conforme OF 09/2010: ARQUIMEDES AUTOMAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA.
3-Aquisição de projetores, conforme OF 69/2009: PARTNERS TI INFORMÁTICA E DISTRIBUIÇÃO LTDA. NF 600.
4-Aquisição de 100 computadores, conforme OF 57/2010: SASE SYSTEM INFORMÁTICA LTDA. NF 1467.
5-Aquisição de tela de projeção retrátil, conforme OF 67/2010: VITEC COM, MANUF, IMPORT E EXPORT PROD AUDIOVISUAIS. NF 1312.

19) Projeto: 26.784.1458.6504.0033

Ação: Estudos e Projetos para Racionalização da Operação Portuária e Proteção ao Meio Ambiente

Finalidade: Proceder a estudos de viabilidade técnica, comercial e ambiental para subsidiar os projetos de aprofundamento dos Portos e os arrendamentos de áreas.

Valor do Projeto: #ATIVIDADE#	Realizado até 2009 – R\$ 2.844.058,00	
Orçamento Fiscal 2010	R\$ 2.000.000,00 (Lei 12.214-suplemento B, de 23/02/2010)	
Geração Própria	R\$ 10.000,00 (Lei 12.214-suplemento B, de 23/02/2010)	
Saldo Financeiro	R\$ 509.956,00 (Decreto s/nº, de 11/05/2010)	
Restos a Pagar	R\$ 1.257.920,00 (Decreto s/nº, de 11/05/2010)	
Créditos aprovados em 2010:	R\$ 3.777.876,00	Meta Física: 24,0 unid
Recursos Disponíveis	R\$ 509.956,00	
Total compromissado	R\$ 713.400,00	
Realizado em 2010:	R\$ 0,00	Execução Física: 0,0 unid

Resultados Alcançados até 2009: Pagamento referente a estudos geotécnicos no canal de acesso ao porto de Itaguaí; Pagamento das parcelas do convênio C-SUPJUR 108/2006 com o CENTRAN – Ministério da Defesa.

Resultados Alcançados em 2010: Não há realizações no exercício.

A Realizar
1-Consultoria com foco na Análise e Desenvolvimento de Projetos Básicos e Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) de empreendimentos portuários - Processo encaminhado para análise do setor jurídico da CDRJ.
2-Consultoria com foco na Análise e Avaliação dos Ativos Imobiliários da CDRJ - Termo de referência em elaboração pela Divisão de Análise de Mercado e Novos Negócios da CDRJ.
3-Consultoria com foco na Análise e Avaliação da Infraestrutura Tarifária da CDRJ - Enviado para análise e decisão da Diretoria Executiva da CDRJ.
4-Consultoria para o Desenvolvimento de Sistemas de Informação e Implantação de Instrumentos de Gestão - Termo de referência em elaboração pela Divisão de Tecnologia da Informação da CDRJ.

20) Projeto: 26.784.1458.7376.0033		
Ação: Dragagem do Canal de Acesso da Bacia de Evolução do Porto de Itaguaí		
Finalidade: Alargar trecho do canal de acesso com 150 metros de largura e aprofundar o calado para 20 metros, decorrentes da demanda crescente de cargas ao porto, tais como: minério, carvão, soja e contêineres.		
Valor do Projeto – R\$ 380.733.300,00	Realizado até 2009 – R\$ 104.103.699,80	
Geração Própria	R\$ 100.000,00 (Lei 12.214-suplemento B, de 23/02/2010)	
Saldo Financeiro	R\$ 1.896.300,00 (Decreto s/nº, de 11/05/2010)	
Créditos aprovados em 2010:	R\$ 1.996.300,00	Meta Física: 20,0 mil m³
Recursos disponíveis	R\$ 1.896.300,00	
Total compromissado	R\$ 1.862.624,23	
Realizado em 2010:	R\$ 448.002,23	Execução Física: 4,5 mil m³

Resultados Alcançados até 2009: Pagamento da 1ª a 10ª medições e respectivos reajustes do contrato com a firma Bandeirantes – dragagem de infraestrutura aquaviário de acesso ao Porto de Itaguaí – DEP JUR 18/2000; Pagamento da 1ª a 10ª medições do contrato com a firma Ster Engenharia Ltda – Dragagem do acesso aquaviário do Porto de Itaguaí – C-SUP JUR 035/2008.

Resultados Alcançados em 2010: Serviços de caracterização morfo-acústica do corpo rochoso existente no canal de acesso ao Porto de Itaguaí – contrato C-SUP JUR 028/2010 com MICROARS CONSULTORIA E PROJETOS LTDA – pagamento da 1ª a 3ª medições.

Serviços de sondagens subaquáticas por jet-probe na área de influência do corpo rochoso existente no canal de acesso ao Porto de Itaguaí-contrato C-SUP JUR 041/2010 com HIDROTOPO CONSULTORIA E PROJETOS LTDA - pagamento da medição única.

A Realizar	
1-Consultoria e estudos ambientais para dragagem de áreas de fundeio no acesso aquaviário ao Porto de Itaguaí – em fase de homologação.	
2-Characterização geológico-geotécnica do corpo rochoso existente no canal de acesso ao Porto de Itaguaí (RJ) – sessão inaugural prevista para dia 28/02/2011.	

21) Projeto: 26.784.1458.7E69.0033		
Ação: Dragagem de Aprofundamento no Porto do Rio de Janeiro		
Valor do Projeto - R\$ 9.708.980,00	Realizado até 2009 – R\$ 0,00	
Geração Própria	R\$ 100.000,00 (Lei 12.214-suplemento B, de 23/02/2010)	
Créditos aprovados em 2010:	R\$ 100.000,00	Meta Física: 1,0 mil m³
Recursos Disponíveis	R\$ 0,00	
Total compromissado	R\$ 0,00	
Realizado em 2010:	R\$ 0,00	Execução Física: 0,0 mil m³

Resultados Alcançados em 2010: Não há realizações no exercício.

A Realizar	
Ação será cancelada em razão do Plano Nacional de Dragagem do Governo Federal.	

22) Projeto: 26.784.1458.7390.0033		
Ação: Implantação do Sistema de Sinalização Náutica do Porto de Itaguaí		
Finalidade: Implantação de sinalização náutica de alto desempenho e durabilidade para a segurança da navegação nos canais e bacias de evolução do acesso aquaviário do Porto de Itaguaí, em cumprimento aos ditames da Lei 8630/93.		
Valor do Projeto - R\$ 4.000.000,00	Realizado até 2009 – R\$ 1.240.000,00	
Orçamento Fiscal 2010	R\$ 1.760.000,00 (Lei 12.214-suplemento B, de 23/02/2010)	
Créditos aprovados em 2010:	R\$ 1.760.000,00	Meta Física: 44,0 %
Recursos Disponíveis	R\$ 0,00	
Total compromissado	R\$ 0,00	
Realizado em 2010:	R\$ 0,00	Execução Física: 0,0 %

Resultados Alcançados até 2009: Fornecimento de equipamentos de sinalização náutica para o Porto de Itaguaí.

Resultados Alcançados em 2010: Não há realizações no exercício.

A Realizar

Não há expectativa para utilização dos créditos para este exercício. Serviço de sinalização náutica no ITAPOR será realizado pela ação 10VS, no total de R\$ 3.172.897,73.

23) Projeto: 26.784.1458.7412.0033

Ação: Obras de Demarcação e Proteção das áreas do Porto de Itaguaí

Finalidade: Limitar, cercar e proteger os limites da área do Porto Organizado de Itaguaí.

Valor do Projeto - R\$ 2.133.000,00

Realizado até 2009 – R\$ 0,00

Orçamento Fiscal 2010

R\$ 2.133.000,00 (Lei 12.214-suplemento B, de 23/02/2010)

Créditos aprovados em 2010:

R\$ 2.133.000,00

Meta Física: 100,0 unid

Recursos Disponíveis

R\$ 0,00

Total compromissado

R\$ 0,00

Realizado em 2010:

R\$ 0,00

Execução Física: 0,0 unid

Resultados Alcançados em 2010: Não há realizações no exercício.

A Realizar

Previsão de fornecimento e instalação de cercas para proteção de áreas no Porto de Itaguaí (RJ).

24) Projeto: 26.784.1458.100Y

Ação: Recuperação e pavimentação das vias internas - RIOPOR

Finalidade: Promover a drenagem de águas pluviais e recuperação da pavimentação a fim de evitar a formação de poças, melhorando a segurança no trânsito de veículos rodoviários e ferroviários.

Valor do Projeto - R\$ 2.900.000,00

Realizado até 2009 – R\$ 699.275,00

Geração Própria

R\$ 2.200.000,00 (Lei 12.214-suplemento B, de 23/02/2010)

Créditos aprovados em 2010:

R\$ 2.200.000,00

Meta Física: 76,0 %

Recursos Disponíveis

R\$ 0,00

Total compromissado

R\$ 0,00

Realizado em 2010:

R\$ 0,00

Execução Física: 0,0 %

Resultados Alcançados até 2009: Pagamento da 1ª a 6ª medições do contrato C-SUPJUR 117/08 – Recuperação da pavimentação de áreas internas do Porto do Rio de Janeiro.

Resultados Alcançados em 2010: Não há realizações no exercício.

25) Projeto: 26.784.1458.12LI.0033		
Ação: Implantação de 3 Píeres de Atracação no Porto do Rio de Janeiro (RJ)		
Finalidade: Atender à demanda do turismo marítimo, melhorando a qualidade do atendimento ao embarque e desembarque de passageiros e tripulantes e atracação de navios.		
Valor do Projeto - R\$ 314.000.000,00	Realizado até 2009 – R\$ 0,00	
Orçamento Fiscal 2010	R\$ 31.000.000,00 (Lei nº 12.370, de 29/12/2010)	
Créditos aprovados em 2010:	R\$ 31.000.000,00	Meta Física: 10,0 %
Recursos Disponíveis	R\$ 0,00	
Total comprometido	R\$ 31.000.000,00	
Realizado em 2010:	R\$ 0,00	Execução Física: 0,0 %

Resultados Alcançados em 2010: Não há realizações no exercício.

A Realizar

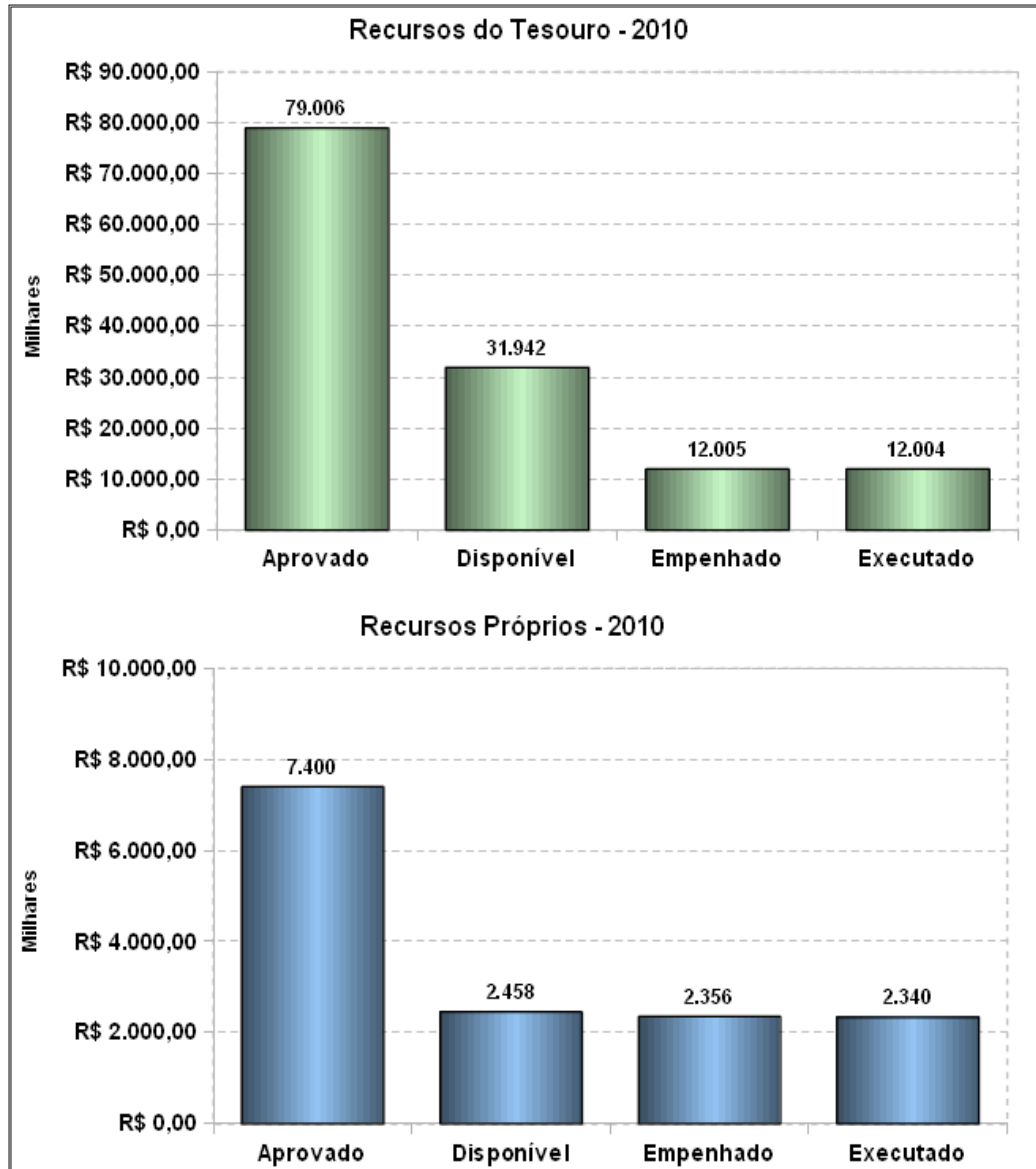
Contratação dos serviços de ampliação do terminal de passageiros do Porto do Rio de Janeiro – em fase de procedimento licitatório – concorrência 06/2010.

Valores aprovados em 2010

Base Legal	Suplementação	Cancelamento	Total Aprovado
Lei nº 12.214/2010 (LOA)	R\$ 25.697.799	R\$ 0	R\$ 25.697.799
Decreto s/nº, de 27/01/2010	R\$ 9.768.341	R\$ 0	R\$ 9.768.341
Decreto s/nº, de 11/05/2010	R\$ 19.162.875	R\$ 0	R\$ 19.162.875
Decreto s/nº, de 14/09/2010	R\$ 900.000	(R\$ 900.000)	R\$ 0
Decreto s/nº, de 28/10/2010	R\$ 411.556	(R\$ 411.556)	R\$ 0
Medida Provisória nº 515, de 28/12/2010	R\$ 3.551.969	(R\$ 2.774.969)	R\$ 777.000
Lei nº 12.370, de 29/12/2010	R\$ 31.000.000	R\$ 0	R\$ 31.000.000
TOTAL	R\$ 90.492.540	(R\$ 4.086.525)	R\$ 86.406.015

Valores realizados em 2010

No exercício foram realizados **16,6%** do total aprovado, perfazendo um montante de **R\$ 14.343.960,86**.



	Lei + Créditos	Compromissado	Disponível	Empenhado	Realizado
TOTAL RECURSOS PRÓPRIOS	7.400.000,00	3.336.166,81	2.457.775,61	2.356.465,32	2.340.396,53
TOTAL RECURSOS DO TESOURO	79.006.015,37	52.090.265,85	31.941.844,56	12.004.721,05	12.003.564,33
TOTAL GERAL	86.406.015,37	55.426.432,66	34.399.620,17	14.361.186,37	14.343.960,86

d) Desempenho Orçamentário e Financeiro:

I – Programação Orçamentária das Despesas;

Programação Orçamentária de Despesas Correntes

QUADRO A.2.4 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes					
		1 - Pessoal e Encargos Sociais		2 - Juros e Encargos da Dívida		3 - Outras Despesas Correntes	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
PDG	Dotação Proposta pela UO	79.685.174	95.570.876	1.200.000	886.984	159.959.287	112.985.428
	Aprovado	77.700.000	95.570.876	1.200.000	886.984	76.312.354	112.985.428
	1ª R eprogramação Proposta pela UO	95.367.650	210.432.750	1.200.000	886.984	156.535.797	285.823.554
	1ª R eprogramação Aprovada	95.367.650	95.570.876	1.200.000	886.984	148.935.055	133.625.881
	2ª R eprogramação Proposta pela UO	95.367.650	126.173.927	1.200.000	886.984	176.827.434	397.204.303
	2ª R eprogramação Aprovada	192.656.524	126.673.927	1.200.000	886.984	367.238.560	396.704.303

Programação Orçamentária de Despesas de Capital

QUADRO A.2.5 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas de Capital						
		4 - Investimentos		5 - Inversões Financeiras		6 - Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação Proposta pela UO	269.590.616	334.079.042	-	-	1.650.000	1.422.612	
	PLOA	7.700.000	25.697.799	-	-	1.650.000	1.422.612	
	LOA	7.700.000	25.697.799	-	-	1.650.000	1.422.612	
CRÉDITOS	Suplementares	17.015.836	20.474.431	-	-	-	-	
	Especiais	Abertos	52.475.903	31.000.000	-	-	-	-
		Reabertos	10.415.980	9.768.341	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	70.000	3.551.969	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados		(1.500.000)	(4.086.525)	-	-	-	-	
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		86.177.719	86.406.015	-	-	1.650.000	1.422.612	

Quadro Resumo da Programação de Despesas

QUADRO A.2.6 – RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
PDG	Dotação Proposta pela UO	240.844.461	209.443.288	-	-	-	-	
	Aprovado	155.212.354	209.443.288	-	-	-	-	
	1ª Reprogramação Proposta pela UO	253.103.447	497.143.288	-	-	-	-	
	1ª Reprogramação Aprovada	245.502.705	230.083.741	-	-	-	-	
	2ª Reprogramação Proposta pela UO	273.395.084	524.265.214	-	-	-	-	
	2ª Reprogramação Aprovada	561.095.084	524.265.214	-	-	-	-	
LOA	Dotação Proposta pela UO	-	-	271.240.616	335.501.654	-	-	
	PLA	-	-	9.350.000	27.120.411	-	-	
	LOA	-	-	9.350.000	27.120.411	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	-	-	17.015.836	20.474.431	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	52.475.903	31.000.000	-	-
		Reabertos	-	-	10.415.980	9.768.341	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	70.000	3.551.969	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	-	-	(1.500.000)	(4.086.525)	-	-	
Outras Operações	-	-	-	-	-	-		
Total		-	-	87.827.719	87.828.627	-	-	

Valores Aprovados para o exercício de 2010

Em R\$

Decretos	PDG	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
6.997/2009	Dotação Inicial	209.443.228	27.120.411	236.563.639
7.180/2010	1ª Reprogramação	230.083.741	56.828.627	286.912.368
7.417/2010	2ª Reprogramação	524.265.214	87.828.627	612.093.841

O Decreto nº 6.997/2009 aprovou o PDG para o exercício de 2010 no valor de R\$ 236,5 milhões.

O Decreto nº 7.180/2010 autorizou a primeira reprogramação dos valores do PDG para 2010, totalizando R\$ 286,9 milhões.

O Decreto nº 7.417/2010 autorizou a segunda e última reprogramação dos valores do PDG para 2010, totalizando R\$ 612,0 milhões.

Esse montante é representado pelos Dispendios Correntes (despesas com pessoal, material de consumo, serviços de terceiros e encargos diversos) e Dispendios de Capital (amortização da dívida externa e ações de investimentos com recursos próprios e com recursos do tesouro) num total de R\$ 524,3 milhões e R\$ 87,8 milhões, respectivamente.

No exercício de 2010 foi promovido ajuste na dotação de Despesas Correntes para regularização de despesas judiciais, cíveis e trabalhistas; no grupo de Pessoal ajustando os valores aprovados ao

acordo do coletivo, período 2009/2010; recursos repassados pelo Tesouro como Participação da União no Capital.

Em Despesas de Capital, promovido ajuste para regularização dos diversos créditos aberto no decorrer do exercício. Dos recursos aprovados na LOA/2010 como Recursos do Tesouro para Investimentos foram efetivamente repassados 7%, ou seja, R\$ 3,4 milhões e, integralmente executados.

Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

QUADRO A.2.9 – DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	-	-	96.271.175	119.284.265	-	-	74.325.080	95.681.225
241000 Pessoal	-	-	96.271.175	119.284.265	-	-	74.325.080	95.681.225
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	931.350	608.271	-	-	934.934	565.301
246000 Juros	-	-	931.350	608.271	-	-	934.934	565.301
3 – Outras Despesas Correntes	-	-	158.291.111	297.427.946	-	-	145.092.550	244.957.856
243000 Serviços de Terceiros	-	-	21.613.771	25.618.468	-	-	23.803.851	26.042.438
245000 Tributos e Encargos Parafiscais	-	-	19.854.808	34.223.291	-	-	16.437.986	9.261.404
249000 Outros Dispendios Correntes	-	-	108.988.108	230.150.048	-	-	96.225.231	203.151.300
Demais elementos do grupo	-	-	7.834.424	7.436.139	-	-	8.625.482	6.502.714
Total	-	-	255.493.636	417.320.482	-	-	220.352.564	341.204.382

*Os códigos dos elementos de despesa são aqueles relacionados no SIEST.

II – Execução Orçamentária das Despesas;

Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Despesas de Capital

QUADRO A.2.10 – DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos	-	-	43.403.902	14.343.961	-	-	35.164.206	16.602.461
222000 Investimentos	-	-	43.403.902	14.343.961	-	-	35.164.206	16.602.461
5 – Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
6 – Amortização da Dívida	-	-	1.406.724	1.068.775	-	-	1.406.724	1.068.775
221000 Amortização	-	-	1.406.724	1.068.775	-	-	1.406.724	1.068.775
Total	-	-	44.810.626	15.412.736	-	-	36.570.930	17.671.236

INVESTIMENTOS

Base Legal	Suplementação	Cancelamento	Total Aprovado
Lei 12.214/2010 (LOA)	R\$ 25.697.799	-	R\$ 25.697.799
Decreto s/nº, de 27/01/2010	R\$ 9.768.341	-	R\$ 9.768.341
Decreto s/nº, de 11/05/2010	R\$ 19.162.875	-	R\$ 19.162.875
Decreto s/nº, de 14/09/2010	R\$ 900.000	(R\$ 900.000)	-
Decreto s/nº, de 28/10/2010	R\$ 411.556	(R\$ 411.556)	-
Med. Prov. nº 515/2010, de 28/12/2010	R\$ 3.551.969	(R\$ 2.774.969)	R\$ 777.000
Lei 12.370/2010, de 29/12/2010	R\$ 31.000.000	-	R\$ 31.000.000
TOTAL	R\$ 90.492.540	(R\$ 4.086.525)	R\$ 86.406.015

Fixado pela Lei 12.214 de 26 de janeiro de 2010 (LOA-10) para o Orçamento de Investimentos o valor de R\$ 25,7 milhões, sendo R\$ 18,3 milhões com recursos do Tesouro e R\$ 7,4 milhões com recursos próprios.

O detalhamento do Orçamento de Investimentos foi divulgado como Suplemento “B” da Lei 12.214/10 (LOA-10) em 23/02/2010.

Os Decretos s/nº, de 27/01/2010 e 11/05/2010, reabriram créditos referentes a saldos financeiros de exercícios anteriores, apurados no exercício de 2009.

Os Decretos s/nº, de 14/09/2010, 28/10/2010 e a MP nº 515/2010, autorizaram o remanejamento entre diversas ações de investimentos, sendo que a MP também reabriu o saldo financeiro referente a ação da Pandemia de Influenza (20BA).

E por fim, a Lei 12.370 de 29/12/2010 autorizou o Aumento de Capital com Recursos do Tesouro e a abertura da ação para Implantação de 3 Píeres de Atracação no Porto do Rio de Janeiro (12LI).

Apresentou execução de R\$ 14,3 milhões (17%). Baixa execução ocasionada pelos seguintes fatos:

1. Diversos processos de investimentos permanecem em fase de licitação;
2. Os remanejamentos foram efetivados neste exercício visando sua aplicação em 2011;
3. Outros processos aguardando a liberação dos recursos aprovados na LOA/2010 e;
4. Aberturas de créditos publicados em dezembro/2010

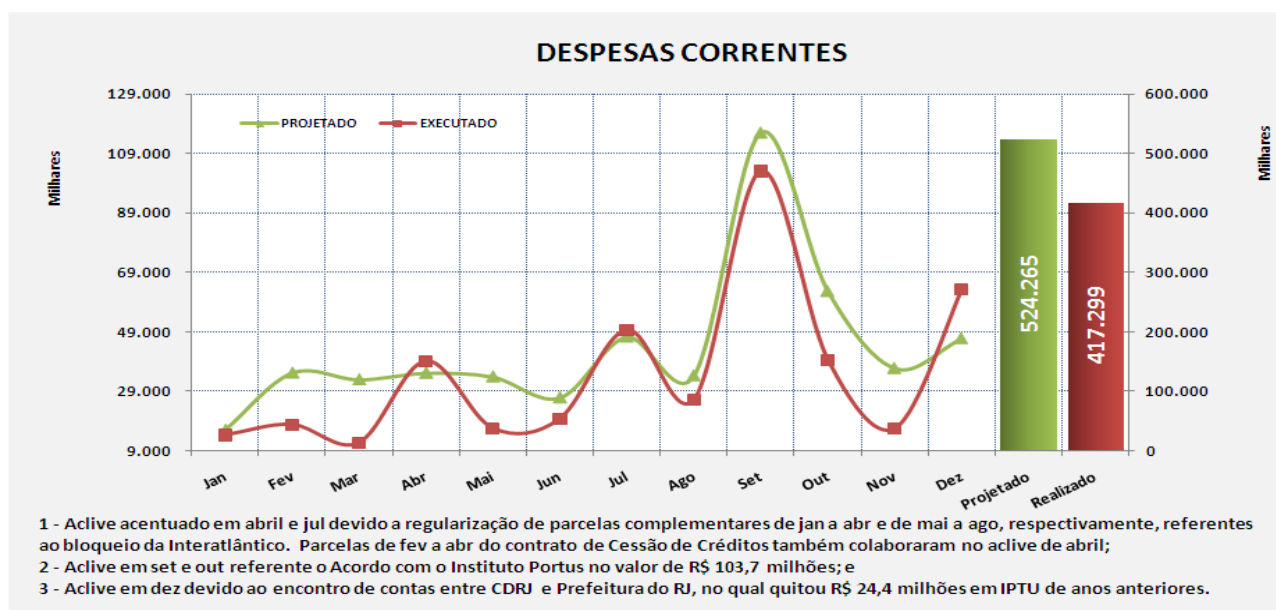
Todo recurso repassado no exercício foi integralmente aplicado. Do saldo financeiro de exercícios anteriores foram efetivamente realizados 30% e, R\$ 4,0 milhões remanejados para aplicação em 2011 em nova ação.

Dispêndios

Despesas Correntes

A execução total dos Dispêndios Correntes representou 79% da dotação reprogramada de R\$ 524,2 milhões, alcançando R\$ 417,3 milhões.

Na composição dos gastos, as despesas com maior relevância foram com Pessoal, Dívidas Judiciais, Cíveis e Trabalhistas e Acordo com Instituto de Seguridade Portus, que juntas representaram 82,4% do total realizado.



Pessoal

Dotação inicial de R\$ 126,6 milhões. Foram executados R\$ 119,3 milhões, correspondendo a 94%, do previsto estando dentro da margem de previsão para o exercício. Foi aplicado em junho o índice de correção salarial de 1%, conforme acordo coletivo de trabalho de 2009, válido por dois anos e, em abril promovido reenquadramento no Plano de Cargos Salários e Empregos.

Juros da Dívida Externa

Correspondente a duas parcelas anuais e fixas, em abril e setembro, dos contratos com o BIB e DMLP. Executados R\$ 0,6 milhões.

Outras Despesas Correntes

Serviços de Terceiros

Executado R\$ 25,6 milhões. Baixa execução, 64% do limite autorizado para o exercício, chegando a dezembro com diversos processos iniciados, porém não chegando à conclusão de contratação.

Foram executados R\$ 16,0 milhões em Dispendios Indiretos de Pessoal, R\$ 8,3 milhões em Prest de Serviços Técnicos, sendo destes R\$ 4,6 milhões em Manutenção e Conservação e, R\$ 1,3 milhões nos demais Serviços de Terceiros.

Tributos e Encargos Parafiscais

Executados R\$ 34,2 milhões (140%). Extrapolação de dotação decorrente do encontro de contas no valor de R\$ 24,3 milhões, efetivado entre a CDRJ e a Prefeitura do Rio, relativo à quitação de impostos por parte da CDRJ e de locação de áreas por parte da Prefeitura do Rio, encontro de contas não previsto anteriormente.

Cabe mencionar o ajuste realizado nos valores mensais da apropriação do PIS/PASEP e CONFIS do Porto de Itaguaí, revendo os cálculos de apuração, ficando o realizado abaixo da previsão.

Demais Dispendios Correntes

Dotação de R\$ 322,9 milhões para o grupo, tendo como valores relevantes o Acordo com Instituto Portus e os diversos bloqueios judiciais, cíveis e trabalhistas, em execução.

Foram executados no período R\$ 230,1 milhões representando 71% da dotação inicial aprovada para este Grupo. Segue abaixo a discriminação dos subgrupos e as respectivas execuções.

Dívida Judicial.

Dívida Judicial Trabalhista – Dotação aprovada de R\$ 25,0 milhões. Tendo uma execução de R\$ 23,8 milhões. A execução dessa rubrica deve-se principalmente a dois bloqueios judiciais iniciados em final do ano 2009: 1) Proc. 00991-1992-002-01-00-5 da 2ª VT/RJ – R\$ 11,0 milhões; e 2) Proc. 00698-1990-038-01-00-6 da 38ª VT/RJ – R\$ 10,3 milhões.

Dívida Judicial Cível – Dotação aprovada de R\$ 99,9 milhões, tendo sido executados R\$ 86,5 milhões (87%). 86% dessa execução foram para regularização do processo nº 1998.001.185286-0-11ª VC de JP MORGAM e CIAM, responsável pelo bloqueio de 40% da receita corrente direto na arrecadação, encontra-se ainda em vigor, embora o valor do Mandado Judicial determinando o bloqueio junto aos arrendatários até o montante da execução, de R\$ 135,7 milhões, já tenha sido cumprido em 2009. Até o momento a CDRJ não conseguiu a interrupção judicial do referido mandado. Espera-se a sua suspensão em 2011.

Acordo PORTUS – acordo firmado entre o Instituto Portus a CDRJ e a SEP com previsão de parcela em 2010 de R\$ 135,2 milhões. Valor executado de R\$ 80,0 milhões em setembro e 23,7 milhões em outubro, com Recursos do Tesouro repassados para saneamento financeiro. Foi autorizado no Decreto nº 7.417/2010 (2ª reprogramação) o valor de R\$ 31,5 milhões, porém não houve o repasse financeiro.

Aluguéis – Executados R\$ 849,6 mil (62%). Registrados no exercício, os contratos de característica “continuado”, oriundos do exercício de 2009: Viaturas, Equip. Radio Telec. e Telefonia, Sistema de Segurança Eletrônica, Maquinas Copiadoras e Sanitários Químicos.

Multas e Encargos Financeiros – Executados R\$ 2,7 milhões. Apresentou uma execução de 6%, estando dentro do previsto, sendo a dotação base de R\$ 3,0 milhões que foram somados na

Reprogramação a R\$ 45,5 milhões relativos a recursos do tesouro para saneamento financeiro para quitação de multas com débitos tributários, porém como não efetivado o repasse financeiro, não foi concretizada a quitação.

Diversos Dispêndios Correntes – Executados R\$ 12,6 milhões, representando 80% da Dotação aprovada de R\$ 15,8 milhões. Nesse Grupo classificam-se as seguintes despesas: Desp. Miúdas, Seguros de Bens e de Pessoal, Despesas Legais e Judiciais e Contratos de Cessão de Crédito.

Demais Elementos do Grupo de Despesas Correntes

Utilidades e Serviços - Valores executados totalizaram R\$ 7,0 milhões (88% do total aprovado para a rubrica), denota-se, a ocorrência de uma redução de despesa com relação à previsão de média mensal para o exercício.

Material - Executados R\$ 389.471,00. Despesas para manutenção de estoque de almoxarifado

III – Indicadores Institucionais;

Dados Gerais do indicador			
Objetivo do indicador	Receita por Empregado		
Tipo	Quantitativo		
Área Responsável	Diretoria de Administração, Finanças e Recursos Humanos		
Fórmula de cálculo e método de medição	Receita operacional líquida / Nº Empregados		
Fonte dos Dados	Sistema de Orçamento - INTRANET / RH		
Evolução dos resultados do indicador			
Meta para o exercício de 2010		Resultados no exercícios anteriores	
Prevista	Realizada	2009	2008
248	266	239	213
Descrição do indicador			
<p>O indicador é válido pois, permite analisar o quanto cada funcionário contribui em média para a receita geral. Destaca-se ainda a possibilidade do seu uso no auxílio à tomada de decisões gerenciais. O indicador é facilmente mensurável, podendo ser auditado com facilidade, uma vez que seus dados são extraídos do sistema de orçamento e do controle efetuado pela área de Recursos Humanos. Por fim, quanto à sua economicidade, tem-se que o mesmo é medido de forma rotineira e constante por técnicos da companhia, de modo que o custo efetivo da geração desta informação não é relevante.</p>			

Dados Gerais do indicador			
Objetivo do indicador	Margem EBITDA		
Tipo	Quantitativo		
Área Responsável	Diretoria de Administração, Finanças e Recursos Humanos		
Fórmula de cálculo e método de medição	EBITDA / Receita operacional líquida		
Fonte dos Dados	Sistema de Orçamento - INTRANET		
Evolução dos resultados do indicador			
Meta para o exercício de 2010		Resultados no exercícios anteriores	
Prevista	Realizada	2009	2008
0,12	-0,365	0,11	0,07
Descrição do indicador			
<p>Este indicador apresenta alto grau de utilidade para subsidiar a tomada de decisão na CDRJ, servindo assim para que se possam determinar diretrizes de trabalho adequadas para o cumprimento de metas futuras. Quanto a mensurabilidade, ele apresenta resultados positivos nas 3 vertentes de avaliação: complexidade, auditabilidade e economicidade. Na 1ª vertente, destaca-se que o conceito do indicador tem sido entendido pela maioria dos funcionários, já quanto a auditabilidade e ao custo para gerar o indicador, ressalta-se que o mesmo faz parte do conjunto de indicadores de gestão da companhia, e por isso tem acompanhamento rotineiro, o que significa a fácil determinação dos dados, gerando baixos custos, e a possibilidade de auditoria.</p>			

Dados Gerais do indicador			
Objetivo do indicador	Retorno sobre Patrimônio Líquido		
Tipo	Quantitativo		
Área Responsável	Diretoria de Administração, Finanças e Recursos Humanos		
Fórmula de cálculo e método de medição	Lucro Líquido Contábil / Patrimônio Líquido		
Fonte dos Dados	Sistema de Orçamento - INTRANET		
Evolução dos resultados do indicador			
Meta para o exercício de 2010		Resultados no exercícios anteriores	
Prevista	Realizada	2009	2008
0,042	0,619	0,04	2,16
Descrição do indicador			
<p>No que se refere a utilidade, devido a questões particulares da CDRJ, o indicador não serve para auxílio à tomada de decisão gerencial, uma vez que ambas as variáveis da empresa são negativas, causando assim uma distorção no resultado. Para solucionar tal situação, é necessário que o governo aumente o capital aportado. Quanto a mensurabilidade, este indicador apresenta um grau de complexidade maior que os demais. Pode ser auditado e, por ser feito na área de contabilidade rotineiramente, não gera custos adicionais para a companhia.</p>			

Dados Gerais do indicador			
Objetivo do indicador	Assiduidade		
Tipo	Quantitativo		
Área Responsável	Diretoria de Administração, Finanças e Recursos Humanos		
Fórmula de cálculo e método de medição	Horas trabalhadas (sem hora extra) / Total de horas		
Fonte dos Dados			
Evolução dos resultados do indicador			
Meta para o exercício de 2010		Resultados no exercícios anteriores	
Prevista	Realizada	2009	2008
100%	95%	97%	96%
Descrição do indicador			
<p>A utilidade desse indicador se dá por permitir que a direção da companhia avalie o cumprimento da jornada de trabalho. Contudo, a meta estabelecida desconsidera problemas de saúde ou de outra natureza, que permitem a ausência do empregado, ainda que a mesma seja justificada. Quanto a mensurabilidade, este indicador é de fácil compreensão, ou seja, apresenta baixa complexidade, pode ser auditado e por ser calculado com base no controle de ponto, não gera custos adicionais para a companhia.</p>			

Dados Gerais do indicador			
Objetivo do indicador	Acidentes		
Tipo	Quantitativo		
Área Responsável	Diretoria de Administração, Finanças e Recursos Humanos		
Fórmula de cálculo e método de medição	Nº acidentes / Nº empregados		
Fonte dos Dados	SUPMAM (CATs) e SUPREC		
Evolução dos resultados do indicador			
Meta para o exercício de 2010		Resultados no exercícios anteriores	
Prevista	Realizada	2009	2008
3	4,3	7,7	3
Descrição do indicador			
<p>No que se refere a utilidade o indicador serve para auxílio à tomada de decisão gerencial. Contudo, ressalta-se que o mesmo poderia ser aprimorado gerando pesos distintos entre funcionários próprios e dos arrendatários e entre pessoal administrativo e de operação. Quanto a mensurabilidade, este indicador apresenta facilidade de compreensão, que denota baixa complexidade, e pode ser facilmente auditado e por ser calculado com base na emissão de CAT'S, não gera custos adicionais para a companhia.</p>			

Dados Gerais do indicador			
Objetivo do indicador	Evolução da Movimentação de Carga		
Tipo	Quantitativo		
Área Responsável	Diretoria de Planejamento e Relações Comerciais		
Fórmula de cálculo e método de medição	Carga movimentada 2010 / Carga movimentada 2009		
Fonte dos Dados	Supervia de Dados		
Evolução dos resultados do indicador			
Meta para o exercício de 2010		Resultados no exercícios anteriores	
Prevista	Realizada	2009	2008
5,3	9,17	0,7	17,2
Descrição do indicador			
Este indicador tem alto viés estratégico, o qual permite subsidiar a tomada de decisão gerencial e avaliar o desempenho operacional da Companhia. No tocante a mensurabilidade, este indicador é de baixa complexidade de coleta e consolidação, dado que as informações podem ser obtidas diretamente nos sistemas de informações.			

3. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

No tocante ao exercício de 2010, a CDRJ reconheceu a importância de R\$ 326,9 milhões relativa à dívida oriunda de contribuições patronais em atraso com o Instituto de Seguridade Social – PORTUS e a registrou em seu passivo, porém, sem data de pagamento e forma definidas. Tal compromisso consta das Notas Explicativas 2010 – item 10.

4. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

5. Informações sobre recursos humanos da unidade

a) Composição do quadro de servidores ativos e; d) Custos associados à manutenção dos recursos humanos;

Obs.: A composição das quantidades e correspondentes valores de despesas foi obtida em consulta aos Sistemas de Recursos Humanos, e encontra-se disponível para consultas.

Descrição	2008		2009		2010	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Servidores Ativos do quadro próprio em exercício na Unidade	-	-	-	-	-	-
Funcionários Contratados – CLT em exercício na Unidade	817	81.133.209,41	859	100.006.000,64	906	122.816.879,76
Total Pessoal Próprio	817	81.133.209,41	859	100.006.000,64	906	122.816.879,76

Descrição:	2008		2009		2010	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo	23	2.980.249,54	22	3.231.750,41	27	5.561.455,92

Obs.: Apresentamos, a seguir, a lista nominal dos ocupantes de cargos comissionados – sem vínculo – posição em dezembro/2010.

Cargos Comissionados - Extra Quadro				
Base: dezembro/2010				
	Reg.	Nome	Cargo Comissionado	Lotação
1	09302	WELLINGTON BELLAS DE QUEIROZ	ASSESSOR	DIRGES
2	09303	GABRIELA ADRIANA PINELL CAMPAGNA	SUPERINTENDENTE	SUPLAN
3	09304	JORGE COSTA	ASSESSOR	DIRPLA
4	09305	VITOR HUGO PEREIRA MARQUES	ASSESSOR	DIRPRE
5	09306	FRANCISCO JOSÉ DE ALMEIDA SILVA	GERENTE	GERANG
6	09307	CLAUDEMIR DE MEDEIROS COMARU	CHEFE DE GABINETE	GABPRE
7	09310	ADRIANA CRISTINA SAMPAIO CARNEIRO	ASSESSOR	ASSCOM
8	09314	SERGIO DE ALMEIDA MATTOS	SUPERINTENDENTE	SUPMAM
9	09316	MARIA VIRGINIA DA COSTA ERTHAL	SECRETÁRIO DE DIRETORIA	DIRPLA
10	09323	MARIA CRISTINA DA SILVA RAMALHO	ASSESSOR	DIRPRE
11	09324	MARINA COSTA GIANINI DE ARAUJO	ASSESSOR	DIRPLA
12	09344	ANNE GRACY DOS SANTOS ANDRADE	ENCARREGADO	DIAPES
13	09352	EDUARDO GOMES DA SILVA	SUPERINTENDENTE	SUPADM
14	09353	LIVIO DE ANDRADE LUNA DA SILVA	ASSESSOR	DIRARH
15	09370	MAURICIO FERNANDES DE MORAES	GERENTE	DICOSO
16	09377	RAPHAEL REIMOL DOMENECH	SUPERINTENDENTE	SUPCOM
17	09378	SAMUEL JOSÉ DE ESCOBAR MASSENA FAYAD	ASSESSOR	ASSPRO
18	09390	AURELIO DE JESUS COSTA MOREIRA	SUPERINTENDENTE	SUPINF
19	09391	ENIO DA SILVA FONSECA	GERENTE	CEPORT
20	09393	ADALMIR JOSÉ DE SOUZA	ASSESSOR	DIRPRE
21	09394	ARISTARTE GONÇALVES LEITE JUNIOR	SUPERINTENDENTE	SUPJUR
22	09464	ALFEU DE SOUZA CARDOSO	SUPERINTENDENTE	SUPGUA
23	09465	ROSANGELA BRITO LEMOS	ASSESSOR	DIRARH
24	09468	ROBERTO FERNANDES DIMA	ENCARREGADO	DIVAVA
25	09902	JORGE LUIZ DE MELLO	DIRETOR PRESIDENTE	CDRJ
26	09904	AILTON FERNANDO DIAS	DIRETOR	CDRJ
27	09905	ELIANE PINTO BARBOSA	DIRETOR	CDRJ

Descrição:	2008		2009		2010	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus	2	204.684,36	4	262.644,74	4	551.887,60
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, sem ônus	-	-	-	-	-	-
Total Pessoal Requisitado, em exercício na Unidade	2	204.684,36	4	262.644,74	4	551.887,60

Obs.: Os requisitados no exercício de 2008, tratam-se, respectivamente, do Superintendente de Meio Ambiente, Engenheiro Sérgio de Almeida Mattos, oriundo da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente - FEEMA, do Diretor de Administração e Recursos Humanos, Engenheiro Ailton Fernando Dias, cedido pela Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN.

No exercício de 2009 mantiveram-se os já citados e foram requisitados o Advogado Maurício Fernandes de Moraes, que atuou como Superintendente Jurídico e na Guarda Portuária e é funcionário da CEDAE/Governo do Estado do Rio de Janeiro, o Engenheiro Enio da Silva Fonseca, para a gerência da Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos e o Engenheiro Aurélio de Jesus Costa Moreira, para a Superintendência de Administração. Esses dois últimos são provenientes da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN.

EMPREGADOS CEDIDOS

Descrição:	2008		2009		2010	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Cedido pela Unidade, com ônus	63	8.162.228,15	60	7.732.379,65	88	22.434.888,44
Pessoal Cedido pela Unidade, sem ônus	3	427.185,04	1	65.291,15	1	78.184,47
Total Pessoal Cedido, em exercício na Unidade	66	8.589.413,19	61	7.797.670,80	89	22.513.072,91

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS – ANTAQ

	REG.	EMPREGADO CEDIDO	CESSÃO (TIPO)
01	7968	Marcos Maia Porto	COM ÔNUS
02	8667	Demetrio Gomes de Bezerra	
03	8674	Geraldo Magela Esteves dos Reis	
04	8683	Luiz de Souza Cavalcanti	
05	8686	Márcio Ferreira Vianna	
06	8691	Maurino Janes	
07	8700	Washington Antunes de Abreu	
08	8719	Marco Antônio Dechichi	
09	8726	José Eduardo Madeira Magalhães	
10	8730	Itacir Cardoso Coelho	
11	8731	Antônio Gentil Neto	
12	8762	Maria Luiza Almeida Gusmão	
13	8765	Sonia Maria Peixoto de Lima	

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES – ANTT

	REG.	EMPREGADO CEDIDO	CESSÃO (TIPO)
01	08681	Ligia Maria de Oliveira Barros	COM ÔNUS
02	08707	Marcos Antônio Lima das Neves	
03	08723	Maria de Lurdes dos Santos	
04	08724	Montesquieu Targino Alves	

INSTITUTO DE SEGURIDADE PORTUS

	REG.	EMPREGADO CEDIDO	CESSÃO (TIPO)
01	06019	José Camilo de Faria	COM ÔNUS

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA – ESG

	REG.	EMPREGADO CEDIDO	CESSÃO (TIPO)
01	08028	Laura Maria Corrêa de Sá Freire	COM ÔNUS

SECRETARIA ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA – SC

	REG.	EMPREGADO CEDIDO	CESSÃO (TIPO)
01	08032	Luís Antonio Braga Martins	COM ÔNUS

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE/BSB

	REG.	EMPREGADO CEDIDO	CESSÃO (TIPO)
1	8755	Cassandra Costa Albuquerque	COM ÔNUS

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - MT/BSB

	REG.	EMPREGADO CEDIDO	CESSÃO (TIPO)
01	8668	Denise de Velasco Oliveira	C O M Ô N U S
02	8680	Leomar Dutra de Moraes	
03	8697	Regina Lucia Pereira Carmona	
04	8703	José Alexandre Santiago Vieira	
05	8705	Clóvis Baraúna Vieira	
06	8727	Pedro Carlos Antão	
07	8728	Eduardo Ferreira de Sena	
08	8733	Clarivaldo Carlos de Alcântara	
09	8739	Silvia do Couto Gontijo	
10	8743	Maria Goretti N. Lemos Teixeira	
11	8757	Eurico Ferreira de Lemos Junior	
12	8760	Márcia Marise Dias Pisco Pinheiro	
13	8764	Tânia Maria F. e Fernandes	
14	8767	Armando Ribeiro Moreira	
15	8736	Iesa Maria F. de Sá Barbuda	

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT

	REG.	EMPREGADO CEDIDO	CESSÃO (TIPO)
1	8695	Paulo Roberto Coelho de Godoy	COM ÔNUS
2	8754	Ana Maria da Silva Schietti	

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO 1

	REG.	EMPREGADO CEDIDO	CESSÃO (TIPO)
1	7510	Adilson Ribeiro de Lima	COM ÔNUS

CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA II

	REG.	EMPREGADO CEDIDO	CESSÃO (TIPO)
1	9374	Roberta Jesus de Carvalho	COM ÔNUS

CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

	REG.	EMPREGADO CEDIDO	CESSÃO (TIPO)
1	7988	Antonio Paulo dos Santos Pinto	C O M Ô N U S
2	8001	Denise Paravato Tavares da Silva	
3	8004	Domenico Accetta	
4	8062	Paulo César da Silva Freire	
5	8064	Paulo César Maiorano	
6	8085	Wagner Santos Scisinio Dias	
7	8672	Alexandre Augusto F. Ferreira Vilaça	
8	8677	João Alexandre Rio dos Reis	
9	8685	Luiz Ricardo Konarski	
10	8690	Martinho Cândido Veloso dos Santos	
11	8698	Ricardo Tadeu Gonzaga de Campos	
12	8702	Fernando Antonio Carvalho Baldiotti	
13	8704	Marcos Paulo Bogossian	
14	8716	Fernando Victor Castanheira de Carvalho	
15	8717	José Ricardo Ruschel dos Santos	
16	8718	Hebert Gualberto de Souza	
17	8720	Luís Cláudio Menezes de Andrade	
18	8725	Ricardo de Almeida Maia	
19	8732	Ana Lucia Claro de Sena	

	2010	
	Qtde	Despesa
Pessoal envolvido em ações finalísticas da Unidade	208	28.247.882,34
Pessoal envolvido em ações de suporte da Unidade	698	94.568.997,42
Total Geral	906	122.816.879,76

b) Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas;

	Quantidade	Valor dispendido/ano (R\$)
Servidores inativos*	609	11.131.157,72
Pensionistas	45	487.479,10

* Como servidores inativos foram considerados os ex-empregados que recebem a complementação de aposentadoria.

c) Composição do quadro de estagiários;

Descrição:	2008		2009		2010	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Estagiários	98	378.852,00	83	327.462,77	99	485.082,89

e) Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços;

Descrição:	2008		2009		2010	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	67	947.946,48	69	1.074.995,60	69	1.138.205,30
Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	02	26.620,32	02	37.406,40	02	40.107,42
Pessoal Terceirizado Outras atividades	08	219.098,88	11	296.865,04	11	318.595,56

f) Indicadores gerenciais sobre recursos humanos.

Assiduidade: É a relação entre o nº de horas trabalhadas e o nº de horas trabalhadas previstas

Unidade: %

Otimização de Hora-Extra: É a relação entre o dispêndio total com hora-extra e o dispêndio total da folha.

Unidade: %

Acidentes de Trabalho: É a relação entre o total de trabalhadores acidentados e o total de trabalhadores.

Unidade: %

Acidentes de Trabalho Fatais: É a relação entre o nº de óbitos e o total de trabalhadores acidentados.

Unidade: %

Indicador	Em %		
	2010	2009	Δ %
Assiduidade	95,0	96,9	-2%
Otimização de Hora-Extra	11,4	13,8	-17%
Acidentes de Trabalho	4,3	7,7	-44%
Acidentes de Trabalho Fatais	0,0	0,0	-

6. Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência.

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

7. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios estão disponíveis e atualizadas no SIASG e no SICONV.



**Presidência da República
Secretaria de Portos
Companhia Docas do Rio de Janeiro
Superintendência Jurídica**



DESPACHO/DICTRA.

Ref: CI - SUPLAN N° 11551/2011.

Senhor Superintendente Jurídico,

1. Através da CI em epígrafe, a SUPLAN solicita a informação constante às folhas 2, mais precisamente no que tange ao Item 7. Em verdade, depreende-se que a informação solicitada no mencionado Item 7 é a seguinte: "Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios estão disponíveis e atualizadas no SIASG e no SICONV".

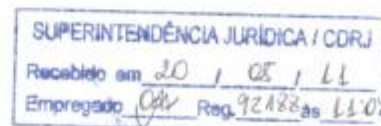
2. Assim, em resposta ao indagado pela SUPLAN no Item 7, cumpre-me informar o seguinte: Segundo informações da DINFOR, a CDRJ, neste momento, está cadastrando os contratos e convênios no seu banco de dados interno. Somente após a conclusão desse cadastramento será possível enviar tais informações ao SIASG e SICONV.

3. Cumpre acrescentar que segundo a DINFOR, a mesma está com projeto em andamento no sentido de exportar estes mesmos dados referentes a contratos e convênios para o portal denominado "TRANSPARÊNCIA PÚBLICA". Aliás, consigno que nesse sentido a DINFOR vem interagindo com a DIVCOL e a DICTRA.

É o que me cumpre informar.

Respeitosamente,


**Luiz Stefano Rosado Fantappié
Gerente da DICTRA 19/05/2011.**



8. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

Apenas um empregado ocupante de emprego comissionado não cumpriu o estabelecido na OS DIRPRE 017/2010, de 01 de julho de 2010, que determina aos empregados ocupantes de emprego comissionado, ainda que em substituição, a apresentação anual da cópia da declaração completa apresentada à Secretaria da Receita Federal. Os procedimentos administrativos necessários estão sendo analisados em âmbito de Diretoria.

Quanto ao tratamento dado à documentação recebida, a mesma encontra-se sob a guarda da Superintendência de Recursos Humanos, com acesso restrito aos auditores respeitando o sigilo das informações nela contidas.

Nenhuma entrada de sumário foi encontrada.

9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ, contemplando os seguintes aspectos:

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Considerações gerais:					
<u>LEGENDA</u>					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras.

A CDRJ não costuma adotar critérios de sustentabilidade ambiental em seus editais de aquisição de bens, materiais e serviços, conforme prevê a IN nº 01 de 19/01/2010, do MPOG. A orientação da Companhia é que sejam elaboradas, no próximo exercício, ações visando à redução do consumo de água e energia, a economicidade na manutenção, a utilização de materiais e tecnologias que reduzam o impacto ambiental, a aquisição de equipamentos com classificação classe A pelo Inmetro e pela ISO 14.000.

11. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ.

Regularização de imóveis junto à SPU, INCRA e Prefeituras

Acompanhamento processual junto a SRPU/RJ, INCRA e Secretarias Municipais de Fazenda, por meio de procuração e/ou Portaria DIRPRE com força de procuração, visando à regularização das pendências existentes em relação a Domínio Útil, no caso dos imóveis foreiros à União Federal e, IPTU no caso das divergências com as Autoridades Tributárias Municipais.

Superintendência Regional do Patrimônio da União no Estado do Rio de Janeiro

- Processo nº 10768.022008/97-51 – Praça Getúlio Vargas, 197 – Porto de Angra dos Reis – RIP 5801.0100630-60.

Acompanhamento visando à retificação requerida da área do imóvel, passando de 96.200,00m² para 88.839,00m², bem como, do logradouro passando de Praça Lopes Trovão s/nº para Praça Getúlio Vargas nº 197, em harmonia com o Registro Geral de Imóveis e Prefeitura Municipal de Angra dos Reis;

- Processo nº 04967.001513/2005-93 – Desdobramento do RIP 5801.0100627-65 – Enseada de São Bento, Lotes 1, 2 e 4.

Acompanhamento visando a atribuição de RIP's, específicos para cada um dos lotes, em harmonia com o Registro Geral de Imóveis;

- Processo nº 05018.007118/2003-44 – Rua Santo Cristo, 33.

Gestões visando a regularização do domínio útil junto à SRPU/RJ via Contrato de Aforamento, para obtenção da regularização do imóvel junto ao RGI;

- Processo 10768.007658/97-21 – Rua Silvino Montenegro, 20.

Após regularização da titularidade do imóvel junto ao Cartório do 2º RGI em favor da CDRJ, requerida sua regularização junto à SRPU/RJ, via averbação no Contrato de Aforamento;

- Processo nº 10768.033895/91-98 – Rua General Gurjão, 166.

Gestões visando à regularização junto à SRPU/RJ e RGI do domínio útil da fração acrescida de marinha e parte alodial da área de 20.997,69m² utilizada pelo INPH;

- Processo nº 10768.013738/96-61 – Av. Feliciano Sodré, 215 – Porto de Niterói.

Gestões junto à SRPU/RJ visando à regularização das Áreas 5, 7, 8 e 8A identificadas, respectivamente, pelos RIP's nºs 5865.0005225-49, 5865.0005226-20, 5865.0005227-00 e 5865.0005228-91 visando à celebração dos correspondentes Contratos de Aforamento;

- Processo nº 71.80.062126-47 e Processo INCRA nº 2148.0004647/84-99 – Rodovia Washington Luiz, km 7 – Duque de Caxias.

Gestões junto ao INCRA visando à lavratura de Escritura de Doação de área de 123.035,50m² à União Federal, área esta a ser desmembrada de área de maior porção com 5.092.000,00m², objeto de permuta realizada no ano de 1978 entre a extinta Companhia Brasileira de Dragagem e a União Federal, representada pelo Ministério da Marinha;

- Processo nº 10768.010658/87-27 – 25 (vinte e cinco) trechos de faixas de linhas férreas, construídos pela antiga APRJ no início do Século XX, por ocasião das obras de modernização do Porto do Rio de Janeiro, para servirem de acesso ferroviário, visando à movimentação das mercadorias embarcadas e desembarcadas no Porto.

Gestões realizadas visando à regularização do domínio útil dos referidos trechos, de acordo com os termos do Decreto-Lei 256/67 (Decreto de extinção da APRJ e Constituição da CDRJ);

- Processo nº 10768.007400/00-29 – Trecho de Faixa de Linhas Férreas com frentes para Rua Cordeiro da Graça, 158 e Av. Cidade de Lima. (Invadido).

Gestões junto à SRPU/RJ, com a interveniência da Procuradoria Geral da República, uma vez que a CDRJ não possui a titularidade do imóvel, visando o cancelamento do RIP 6001.0103336-07, concedido indevidamente pela SRPU/RJ à firma Brasil Park Estacionamento, Garagem e Serviço Ltda., à revelia da CDRJ;

- Processo nº 04967.014203/2005-39 – Ilha da Pombeba (Em frente ao Cais de São Cristóvão).

Gestões junto à SRPU/RJ, em face do interesse da CDRJ no domínio útil da citada Ilha e evitando futura cessão da mesma à iniciativa privada, uma vez que a Triunfo Operadora Portuária demonstrou interesse na ocupação da mesma junto àquela Repartição Federal. Acompanhamento da CARTA-DIRPLA nº 17481/2010, protocolada sob o nº 04967.014034/2010-02, reiterando o interesse da CDRJ sobre o domínio útil da ilha;

- Processo 04967.013664/2010-51 – Estrada Joaquim Fernandes, 120.

Requerida em 31/08/2010 alocação de créditos do exercício de 2010 pago em cota única, cuja alocação já foi processada pela SPU;

- Processo nº 10768.015352/96-85 – Av. Brasil, s/n, lado par, prolongamento da Rua da Igrejinha.

Acompanhamento da CARTA-DIRPLA nº 26714/2010, protocolada na SRPU/RJ sob o nº 04967.021615/2010-92, requerendo a priorização da cessão do trecho de linhas férreas, contíguo aos lotes nº 1 e 2 do PAL 45197;

- Processo nº 04967.014035/2010-49 - Ilha do Francês e Ilha gerada por despejos de aterro hidráulico durante as obras de construção do Porto de Itaguaí.

Acompanhamento do processo administrativo gerado a partir da CARTA-DIRPLA Nº 17480/2010, de 31/08/2010, requerendo à SRPU/RJ o domínio útil das ilhas;

12. Informações sobre a gestão da tecnologia da informação (TI) da UJ, contemplando os seguintes aspectos:

a) Planejamento da área;

Encontra-se em fase de elaboração um Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, para o triênio 2011-2014, abrangendo aspectos como a capacitação do quadro de servidores e a melhoria dos processos de governança e de gestão da segurança da informação. Este plano tem como objetivo alinhar as ações de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC ao objetivos estratégicos institucionais da CDRJ.

b) Perfil dos recursos humanos envolvidos;

A DINFOR possui em seu quadro 03 (três) Especialistas Portuários (oriundos do concurso público realizado em 2010) e 06 (seis) Técnicos de Serviços Portuários.

c) Segurança da informação;

A CDRJ não implementou formalmente os processos corporativos de segurança da informação.

d) Desenvolvimento e produção de sistemas;

A CDRJ não desenvolve sistemas de informação no âmbito interno.

e) Contratação e gestão de bens e serviços de TI.

A CDRJ elabora e monitora a execução técnica dos serviços contratados, bem como dos bens de TI adquiridos, por meio do acompanhamento e fiscalização dos contratos existentes.

14. Informações sobre Renúncia Tributária.

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

15. Informações sobre providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a UJ se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.

15.1 – Deliberações do TCU atendidas no exercício

O Quadro A.15.1 abaixo contempla as informações sobre as providências adotadas pelos órgãos e entidades jurisdicionados ao TCU para atender às suas deliberações estando estruturadas em dois blocos de informação: Unidade Jurisdicionada e Deliberações do TCU, dividido o segundo bloco em duas partes complementares: Deliberações expedidas pelo TCU, que identifica a determinação ou a recomendação lavrada pelo TCU, a nível de item do Acórdão, e Providências Adotadas, que apresenta as informações do gestor sobre as providências adotadas para dar cumprimento ao Acórdão.

QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ					-
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
-	029.031.2009-9	1039/2010	9.2	RE	Ofício nº 1311/2010
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ					-
Descrição da Deliberação:					
Conhecer do documento de fls. ½ do v. Principal destes autos como representação, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art. 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno, para, no mérito, considerá-la improcedente; Comunicar esta decisão à CDRJ.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
					-
Síntese da providência adotada:					
A Companhia tomou conhecimento do referido Acórdão.					
Síntese dos resultados obtidos					
-					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
-					

15.2 – Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

O Quadro A.15.2 abaixo contém as justificativas para o não atendimento às deliberações do TCU e possui a mesma estrutura informacional contemplada no Quadro A.11.1 descrito anteriormente, com exceção dos campos Síntese da providência adotada e Síntese dos Resultados Obtidos que são substituídos pelo campo Justificativa para o seu não cumprimento, que compreende as justificativas do setor responsável pelo não cumprimento da deliberação expedida pelo Tribunal.

QUADRO A.15.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro					-
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
-	016.152/2007-0	594/2010	1.6; 1.7; 1.8	RE	Ofício nº 110/2010
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
CDRJ					-
Descrição da Deliberação:					
Recomendar à CDRJ, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/92 c/c art. 250, III, do Regimento Interno, a revogação do processo de arrendamento do Terminal Portuário de Minério de Ferro no Porto de Itaguaí/RJ, Edital de Concorrência 001/2007, haja vista a desatualização dos estudos de viabilidade; Informar à CDRJ que, no caso de realização de procedimento licitatório para o arrendamento supra, após a aprovação do licenciamento ambiental, nos termos da Instrução Normativa TCU 27/1998, apresente a esta Corte novos estudos de viabilidade econômico-financeira do empreendimento, com a devida aprovação da Agência Reguladora, visando a compatibilizar a data base e as premissas adotadas com a data a ser fixada para o certame licitações; Alertar à CDRJ quanto ao cumprimento do art.21, § 4º, da Lei 8.666/93 após a elaboração dos novos estudos de viabilidade, caso decida pela continuação do processo referenciado.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
DIRPLA/SUPCOM/DIVETA					-
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Providência em andamento.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
-					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro					-
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
-	025.044/2008-0	6626/2010	1.5.1	DE	Ofício nº 2288/2010
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
CDRJ					-
Descrição da Deliberação:					
Determinar à Companhia Docas do Rio de Janeiro S.A. – CDRJ que, com fundamento no art.208, §2º do Regimento Interno/TCU, elabore e envie para esta Corte, no prazo de 90 (noventa) dias, plano de ação, com definição de datas de início e de fim, com o objetivo de conhecer a situação das ações trabalhistas que tramitam na Justiça do Trabalho envolvendo a Companhia e a situação dos valores a receber em					

função das faturas vencidas, de modo que possa ser corretamente apropriado nos demonstrativos contábeis as provisões relativas ao passivo trabalhista e a devedores duvidosos.

Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
DIRPRE/DIRARH	-

Justificativa para o seu não cumprimento:

Em andamento

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:	Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro	-

Deliberações do TCU

Deliberações expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
-	015.206/2006-0	7326/2010	9.3	DE	Ofício nº 2409/2010

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
CDRJ	-

Descrição da Deliberação:

Determinar à Companhia Docas do Rio de Janeiro S.A. que informe a este Tribunal, com relação à tomada de contas especial instaurada pela Portaria DIRPRE nº 118/2006, relativa ao contrato de arrendamento C-Depjur nº 86/1998, celebrado com a Moinhos Cruzeiro do Sul S.A., no prazo de 90 (noventa) dias:

o total do débito apurado e a data de sua ocorrência; o nome(s) e CPF(s) do(s) responsável(is) pelo pagamento do débito; como o débito está sendo pago pelo(s) responsável(s), se pela via administrativa ou judicial; a data de início do ressarcimento do débito; o valor efetivamente recebido, discriminando as parcelas pagas e respectivas datas de pagamento, acompanhadas dos documentos comprobatórios; se existe contestação do débito por parte dos responsáveis, seja de natureza administrativa ou judicial, com informação, em caso positivo, acerca da situação do processo; e o nome e o CPF do responsável pelo acompanhamento do pagamento do débito.

Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
DIRPLA	-

Justificativa para o seu não cumprimento:

Em andamento

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:	Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro	-

Deliberações do TCU

Deliberações expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
-	012.326/2005-7	6962/2010	1.5	RE	Ofício nº 2396/2010
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
CDRJ					-
Descrição da Deliberação:					
<p>Recomendar à Companhia Docas do Rio de Janeiro que evite incorrer nas seguintes impropriedades constatadas no Relatório de Auditoria da CGU/RJ, referentes às contas do exercício de 2004: deficiência no controle das determinações formuladas pelo TCU à Companhia conforme tratado no item 4.1.2.1 do Relatório de Auditoria da CGU/RJ; falhas na definição de metas a serem alcançadas conforme tratado no item 5.1.1.1 do Relatório de Auditoria da CGU/RJ; ausência de indicadores conforme tratado no item 5.2.1.1 do Relatório de Auditoria da CGU/RJ; execução de despesas em montante superior ao autorizado no Programa de Dispêndios Globais – PDG, conforme tratado no item 6.1.1.1 do Relatório de Auditoria da CGU/RJ; deficiências nos controles relativos a contas a receber, conforme tratado no item 7.1.1.1 do Relatório de Auditoria da CGU/RJ; deficiências nos controles relativos às ações trabalhistas conforme tratado no item 7.2.3.1 do Relatório de Auditoria da CGU/RJ; inexistência de inventário de bens móveis e ausência de abertura de processo de sindicância visando à apuração de responsabilidades quanto ao desaparecimento de bens, conforme tratado no item 8.1.1.1 do Relatório de Auditoria da CGU/RJ; ausência de controle dos valores dos débitos referentes a domínio útil, foro e taxa de ocupação, conforme tratado no item 8.2.1.1 do Relatório de Auditoria da CGU/RJ; deficiências nos controles relativos à cessão de pessoal e não cumprimento do artigo 10 do Decreto nº 4.050/01 (retorno de empregado cedido), conforme tratado no item 9.1.2.2 do Relatório de Auditoria da CGU/RJ; horas extras concedidas com habitualidade e em quantidade superior ao permitido pela CLT, conforme tratado no item 9.2.2.1 do Relatório de Auditoria da CGU/RJ; impropriedades decorrentes do não atendimento ao disposto em diversos artigos da Lei nº 8.666/93, conforme tratado no item 10.1.1.1 do Relatório de Auditoria da CGU/RJ; impropriedades no acompanhamento do arrendamento do Terminal de Contêineres II do Porto do Rio de Janeiro, conforme tratado no item 10.3.1.1 do Relatório de Auditoria da CGU/RJ; falhas de controle na execução de convênio, conforme tratado no item 10.3.2.1 do Relatório de Auditoria da CGU/RJ.</p>					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
DIRPRE, DIRPLA e DIRARH					-
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Em andamento					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro					-
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
-	011.464/2002-4	7550/2010	1.5	RE	Ofício nº 2425/2010
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
CDRJ					-

Descrição da Deliberação:	
<p>Alertar à Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ com relação às seguintes impropriedades constatadas no Relatório de Auditoria da CGU/RJ, referentes às contas do exercício de 2001: recolhimento de encargos, contribuições e tributos com a incidência de multas e juros, decorrente da não observância do princípio da eficiência insculpido no art. 37 da Constituição Federal, conforme relatado no subtítulo 7.1.1.1, fls. 248/249, do Relatório de Auditoria da Gestão da CGU/RJ; precariedade dos controles da CDRJ, tanto direto quanto de escritórios de advocacia terceirizados, relativos ao seu passivo trabalhista, decorrente do descumprimento do art. 67 da Lei 8.666/93, consoante constatação descrita no subtítulo 7.1.2.1, fls. 248/251, do Relatório de Auditoria da Gestão da CGU/RJ; precariedade dos controles da CDRJ relativos à utilização dos seus imóveis por terceiros, decorrente do descumprimento do art. 67 da Lei 8.666/93, conforme relatado no subtítulo 8.2.1.1, fls. 251/252, do Relatório de Auditoria de Gestão da CGU/RJ; elevado número de horas-extra, ferindo a legislação vigente por descaracterizar a extraordinariedade dos serviços, decorrente da não observância do intervalo mínimo de descanso entre jornadas consecutivas de trabalho fixado no art. 66 da CLT, consoante constatação descrita no subtítulo 9.2.1.1, fls. 253/254, do Relatório de Auditoria de Gestão da CGU/RJ; inadimplência da CDRJ com a Entidade Fechada de Previdência Privada PORTUS, decorrente de não ter honrado o Termo de Confissão de nº 04/98, conforme relatado no subtítulo 9.3.1, fls. 254/255, do Relatório de Auditoria de Gestão da CGU/RJ.</p>	
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
DIRPRE, DIRARH	-
Justificativa para o seu não cumprimento:	
As respostas estão em andamento e dentro do prazo	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fato positivo, nem negativo, o processo está em andamento.	

16. Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.

16.1 – Recomendações do Órgão de Controle Interno atendidas no exercício

O **Quadro A.16.1** abaixo contém as informações sobre as providências adotadas pelos órgãos e entidades jurisdicionados para atender às recomendações expedidas pelo OCI que as fiscaliza estando estruturadas em dois (2) blocos de informação: **Unidade Jurisdicionada e Recomendações do OCI**, dividido o segundo bloco em duas partes complementares, quais sejam: **Recomendações expedidas pelo OCI**, que identifica a recomendação expedida pelo OCI, e **Providências Adotadas**, que apresenta as informações do gestor sobre as providências adotadas para dar cumprimento à recomendação.

QUADRO A.16.1 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	32/2008	1 a do Anexo	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Descrição da Recomendação:			
Retirar do contrato as cláusulas 2ª e 4ª, mediante Termo Aditivo, para que não haja possibilidade de prorrogação contratual e reajustamento dos contratos.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
SUPJUR			
Síntese da providência adotada:			
Será elaborado o competente termo aditivo ao contrato nº 019/2008, nos exatos termos sugeridos pela Ciset.			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	32/2008	1 "b" e 1 "c" do Anexo	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Descrição da Recomendação:			
Emitir parecer jurídico acerca da análise que a Superintendência Jurídica realizar nos processos licitatórios.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
SUPJUR			
Síntese da providência adotada:			
Tenho a informar que os processos analisados pela Ciset, são anteriores à minha assunção ao cargo de Superintendente Jurídico da CDRJ, a qual se deu em dezembro de 2007, sendo certo que a partir desta data foi por mim determinado que todos os processos licitatórios devem conter parecer jurídico consubstanciado, o que, desde então vem sendo rigorosamente cumprido.			

Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	32/2008	2.1 do Anexo	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Descrição da Recomendação:			
Organizar e atualizar as pastas funcionais dos empregados da Companhia com documentos requeridos na “Relação de Documentos Exigidos para Admissão na Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ”.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
SUPREC			
Síntese da providência adotada:			
A Superintendência de Recursos Humanos, através da DIAPES, iniciou a verificação das pastas funcionais e está emitindo Comunicações Internas às demais Superintendências da CDRJ, a fim de que os empregados possam encaminhar a documentação necessária à organização e atualização de suas pastas.			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	32/2008	2.2 do Anexo	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Descrição da Recomendação:			
Adotar medidas efetivas no sentido de promover a diminuição da concessão de horas-extras no âmbito da Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ.			
Providências Adotadas			

Setor responsável pela implementação			Código SIORG
SUPREC			
Síntese da providência adotada:			
A Superintendência de Recursos Humanos, órgão responsável pelo processamento e pagamento das horas extras que são efetuadas pelos diversos órgãos da CDRJ mensalmente, sob o crivo e autorização das Chefias Imediatas desses órgãos, devidamente homologadas pelos Diretores de cada área, está encaminhando à Diretoria Executiva a recomendação dessa Ciset/PR, mediante Comunicação Interna.			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	32/2008	2.5 do Anexo	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Descrição da Recomendação:			
Disciplinar e organizar um setor que seja responsável pela instauração e condução dos processos disciplinares no âmbito da Companhia Docas do Rio de Janeiro.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
GABPRE			
Síntese da providência adotada:			
Apresentação do assunto à Diretoria Executiva com vistas ao estabelecimento do Setor que cuidará do controle dos processos disciplinares no âmbito da Companhia Docas do Rio de Janeiro.			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	32/2008	4 "a" do anexo	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			-

Descrição da Recomendação:	
Recomendação 001: Adotar, tempestivamente, providências com vistas a sanar as impropriedades apontadas pela Comissão Permanente de Verificação Patrimonial-CPVP.	
Recomendação 002: Promover a conciliação e ajuste da diferença verificada entre os valores do Balancete/2007 e o Inventário de Bens Patrimoniais	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
DIVPAT	-
Síntese da providência adotada:	
<p>Recomendação 001:</p> <p>GABPRE – Existe Sindicância Administrativa instaurada pela SUPGUA e pedido de esclarecimento através da CI-CPVP nº 3096/2008.</p> <p>SUPJUR – Inventário não concluído em que pese as ações da CPVP e da Divisão de Patrimônio.</p> <p>SUPGUA - Inventário não concluído em que pese as ações da CPVP e da Divisão de Patrimônio.</p> <p>DICOSO - Inventário não concluído em que pese as ações da CPVP e da Divisão de Patrimônio.</p> <p>DISENG – Inventário Patrimonial concluído e Termo de Responsabilidade assinado. Itens faltantes sob apuração mediante sindicância a cargo da SUPGUA.</p> <p>DIAPES – Inventário Patrimonial concluído e Termo de Responsabilidade assinado. Itens tidos como faltantes encontram-se no Centro Médico Hélio da Costa Ferreira mantido pelo Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários dos Portos do Estado do Rio de Janeiro – Avenida Rodrigues Alves 129 fds – Contrato C_DEPJUR nº 50/2004.</p> <p>GERANG – Sindicância Administrativa nº 004/2006 promovida pela SUPGUA para apurar o desaparecimento do bem 382 0003. A conclusão do Inventário Patrimonial carece de resposta do Gerente do Porto de Angra dos Reis na CI-CPVP nº 3099/2008</p> <p>DISERV – Inventário Patrimonial concluído e Termo de Responsabilidade assinado. Itens faltantes 090 0001 e 090 0002 estão sub judice em processo promovido pela CDRJ X METALNAVE a carga da SUPJUR</p> <p>DIFITE – Inventário Patrimonial concluído e Termo de Responsabilidade assinado. Itens tidos como faltantes estão sendo objeto de nova verificação através da CI-CPVP nº 3094/2008.</p> <p>DICOOP – Inventário Patrimonial concluído e Termo de Responsabilidade assinado.</p> <p>DIFISC - Inventário Patrimonial concluído e Termo de Responsabilidade assinado.</p> <p>DIFCON - Inventário Patrimonial concluído e Termo de Responsabilidade assinado.</p> <p>A Divisão de Patrimônio, através de CI's (Comunicações Internas) encaminhou para todas as Superintendências e Gerências exemplares das Normas regulamentadoras incidentes sobre bens patrimoniais desta Companhia.</p> <p>Os bens sem a plaqueta de identificação patrimonial, são aqueles que permanecem em uso por falta de mobiliário e/ou que perderam a plaqueta e o fato não foi oficializado a Divisão de Patrimônio. Cabe ao Detentor da Carga Patrimonial comunicar a ocorrência de tal fato.</p> <p>Precisamos de indicações da Auditoria acerca das especificações confusas nas listagens de bens, para que possamos realizar as correções no que couber.</p> <p>Incube ao detentor da carga cumprir o disposto na Instrução Normativa DIRARH nº 002/2005. Os documentos de Alteração de Carga recebidos na DIVPAT são processados de imediato.</p> <p>Recomendação 002:</p> <p>O problema da diferença entre os valores do balancete 2007 e o Inventário de Bens Patrimoniais, deverá ser solucionado no âmbito da DIRPLA-Diretoria de Planejamento e Finanças, especificamente pela Divisão de Contabilidade (DICONT) com apoio da Divisão de Informática (DINFOR), e da Divisão de Patrimônio (DIVPAT).</p>	

Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	32/2008	4 "b" do Anexo	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Descrição da Recomendação:			
Adotar, tempestivamente, providências com vistas a sanar as impropriedades existentes no Almojarifado.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
DISENG			
Síntese da providência adotada:			
4.1- Ampliação das facilidades de acesso à rede corporativa da CDRJ, independentemente do local onde se situam os postos de trabalho.			
4.2- Implantação de formulários digitais para controle dos itens de estoque e respectiva movimentação			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	32/2008	4 "c" do Anexo	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Descrição da Recomendação:			
Providenciar a imediata elaboração de novo Programa de Prevenção de Riscos Ambientais da Companhia Docas do Rio de Janeiro.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
DICOOP			

Síntese da providência adotada:			
Através da CI DICOOP n.º 19.955/08, de 23/09/08, foram encaminhados o PC/S n.º 19.950/08, bem como o seu respectivo Termo de Referência, para a realização de procedimento licitatório com vistas à contratação dos serviços de atualização do PPRA da CDRJ.			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	32/2008	5 do anexo	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Descrição da Recomendação:			
Apresentar a esta CISET/PR justificativas acerca das despesas incorridas em valores superiores ao da concessão do Adiantamento do Fundo Fixo.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
SUPMAK			
Síntese da providência adotada:			
Encaminhar CI à área Financeira, solicitando providências quanto ao ressarcimento da importância de R\$ 53,00 (cinquenta e três reais), despesa maior do que o valor do adiantamento, gasto por necessidade do serviço.			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	32/2008	5 do Anexo	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Descrição da Recomendação:			
Juntar a todos os processos de concessão de Adiantamento de Fundo Fixo o parecer conclusivo sobre a análise da prestação de contas apresentada pelo beneficiário.			

Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
SUPFIN			
Síntese da providência adotada:			
Foi solicitado o processo 8433/07 e confeccionado o parecer DICONT n° 020/08, bem como efetuado o ressarcimento do valor de R\$ 53,00 ao funcionário Sérgio Roberto de Freitas Mourão, através da APG n° 038/08, referente a despesas incorridas a maior. Informamos que já adotamos a recomendação da Ciset de juntar a todos os processos de concessão de adiantamento o Parecer conclusivo sobre a análise da prestação de contas.			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	32/2008	5.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Descrição da Recomendação:			
Observar e procurar atingir as metas físicas e financeiras planejadas para o exercício de 2008 referentes aos programas governamentais e ações administrativas.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
ASSPRO			
Síntese da providência adotada:			
A Diretoria da CDRJ está ciente quanto às metas físicas e financeiras planejadas para serem atingidas no exercício de 2008 e tem se empenhado para alcançá-las dentro dos prazos estimados.			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	32/2008	5.2	

Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Descrição da Recomendação:			
Elaborar indicadores utilizados que permitam avaliar fidedignamente o desempenho da gestão, com utilização de parâmetros e metas a serem atingidas.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
ASSPRO			
Síntese da providência adotada:			
Implantação do projeto piloto “Sistema de Indicadores de Desempenho da CDRJ”. Para tal, será requerido, a todas as áreas da Companhia, que tomem providências no sentido de fornecer os dados necessários à formulação dos Indicadores de Desempenho o qual têm como base 7 Dimensões de áreas da Companhia que geram 27 Indicadores, todos eles elaborados de acordo com modelo sugerido pela Secretaria Especial de Portos – SEP.			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	32/2008	5.9	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Descrição da Recomendação:			
Adotar medidas para o atendimento tempestivo das recomendações formuladas pela Auditoria Interna, nas decisões que dependerem das ações internas à Companhia.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
GABPRE			
Síntese da providência adotada:			
Foi editada, em 20/05/2008, a Ordem de Serviço DIRPRE N° 017/2008, fixando o prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar do seu recebimento, para que as áreas auditadas atendam às recomendações da Auditoria Interna.			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Unidade Jurisdicionada			

Denominação completa:			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	32/2008	6 do Anexo - 1.1.1.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Descrição da Recomendação:			
Recomendação 002: Apresentar, no Relatório de Gestão, avaliação dos resultados da execução dos programas governamentais e/ou das ações administrativas, levando-se em conta os resultados quantitativos e qualitativos alcançados e a eficácia, eficiência e efetividade no cumprimento dos objetivos e metas (físicas e financeiras) planejados e/ou pactuados, com esclarecimentos, se for o caso, sobre as causas que inviabilizaram o seu pleno cumprimento e as providências adotadas.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
SUPLAN			
Síntese da providência adotada:			
Estaremos incluindo na avaliação física e financeira da execução dos Programas Governamentais/Ações (Orçamento de Investimentos) do ano de 2008 mês de agosto todos os esclarecimentos sobre as causas do não cumprimento pleno das metas previstas para o exercício.			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	32/2008	6 do Anexo - 4.1.2.2	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Descrição da Recomendação:			
Providenciar o registro dos atos de desligamento de pessoal no site TCU/SISACNet.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
SUPREC			
Síntese da providência adotada:			
Manter atualizado o TCU/SISACNet.			

Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	32/2008	6 do Anexo - 1.1.1.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Descrição da Recomendação:			
Definir, no Relatório de Gestão, metas físicas e financeiras que permitam a avaliação dos resultados quantitativos e qualitativos da gestão.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
ASSPRO			
Síntese da providência adotada:			
Com os dados obtidos através da Implantação do projeto piloto “Sistema de Indicadores de Desempenho da CDRJ será possível definir no próximo Relatório de Gestão metas físicas e financeiras que permitam a avaliação dos resultados quantitativos e qualitativos da gestão.			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	32/2008	6 do Anexo - 2.3.1.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Descrição da Recomendação:			
Recomendação 001: Dotar a área jurídica de recursos humanos e materiais necessários e suficientes ao adequado controle dos processos judiciais.			
Recomendação 002: Adotar efetivo controle dos processos judiciais relativos às ações trabalhistas.			
Providências Adotadas			

Setor responsável pela implementação			Código SIORG
SUPJUR			
Síntese da providência adotada:			
<p>No que tange aos empregados da SUPJUR, temos no momento a carência de um advogado, tendo em vista o desligamento recente de um deles. Falta ainda apoio administrativo, necessitaríamos de pelo menos mais dois assistentes administrativos.</p> <p>Ainda enfrentamos a carência de computadores e impressoras, não obstante já termos conseguido desde o início de nossa gestão, mais 3 computadores e uma impressora, mas ainda estamos distantes do ideal. A área jurídica necessita urgentemente da ampliação do quadro de advogados de 8 profissionais para no mínimo 15, tendo em vista a grande demanda principalmente na área de contratos, e ainda para o auxílio na supervisão dos escritórios externos.</p> <p>No tocante à recomendação 002, informo que temos no momento, advogados fiscais dos escritórios externos, mas voltamos a dizer, em número insuficiente, para o controle das aproximadamente 1100 ações trabalhistas ajuizadas em face da CDRJ.</p> <p>Está sendo providenciada a aquisição de sistema de Software Jurídico, através de pregão eletrônico, cujo processo tramita na CDRJ, o que nos possibilitará ter uma base de dados informatizada de todos os processos envolvendo a Companhia.</p>			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	32/2008	6 do Anexo - 3.1.1.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Descrição da Recomendação:			
No caso de desaparecimento de bens, exigir das chefias dos órgãos envolvidos a adoção de providências estabelecidas na Ordem de Serviço DIRPRE n.º 019/96, de 04/04/1996, que disciplina a questão.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
SUPGUA			
Síntese da providência adotada:			
Será enviada para todas as Chefias desta CDRJ, uma circular informando que, nos casos de Avarias ou Perdas de Bens Patrimoniais, a Chefia responsável pelo mesmo, deve reportar de imediato a esta Superintendência, para que sejam adotadas as providencias estabelecidas em conformidade com a ORDEM DE SERVIÇO DIRPRE N.º. 019/1996.			
Síntese dos resultados obtidos			

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

--

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:	Código SIORG
------------------------------	---------------------

Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ	
--	--

Recomendações do OCI**Recomendações expedidas pelo OCI**

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	32/2008	6 do Anexo - 5.2.3.1	

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
--	---------------------

Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ	
--	--

Descrição da Recomendação:

Definir, em processo próprio, quais são os serviços considerados como contínuos no âmbito da CDRJ.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
---	---------------------

GABPRE	
--------	--

Síntese da providência adotada:

Foi editada, em 22/09/2008, a Portaria DIRPRE nº 177/2008, constituindo um Grupo de Trabalho com a finalidade de definir, no prazo de 15 (quinze) dias, quais os serviços existentes na Companhia Docas do Rio de Janeiro que devem ser considerados serviços contínuos.

Síntese dos resultados obtidos

--

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

--

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:	Código SIORG
------------------------------	---------------------

Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ	
--	--

Recomendações do OCI**Recomendações expedidas pelo OCI**

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	32/2008	6 do Anexo - 5.3.1.1	

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
--	---------------------

Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ	
--	--

Descrição da Recomendação:

Recomendação 003: Fixar nos termos de convênio as cláusulas reguladas pelos incisos VI, XI, XII, XIII, XIV e XVIII e do art. 7º da IN STN 01/97.

Recomendação 004: Evitar descrição genérica das metas a serem atingidas no **convênio, em** obediência ao contido no art. 2º, inciso II da IN STN 01/97.

Recomendação 005: Atentar para que a previsão de liberação de recursos, constante do Cronograma de Desembolso, tenha como parâmetro para a definição das parcelas o detalhamento físico expresso no Cronograma de Execução, ambos integrantes do Plano de Trabalho, em conformidade com o art. 21 da IN STN 01/97.

Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
CPL			
Síntese da providência adotada:			
<p>Todos os documentos estão sendo acostados ao Processo nº 16.990/2005, inclusive o resumo de todas as Prestações de Contas. Deve-se atentar que o objeto do CONVÊNIO (C-SUPJUR Nº 079/20050) é a cooperação recíproca, técnica e financeira visando o implemento de ações e intervenções para a remoção, reassentamento e/ou pagamento de indenizações às famílias cujas casas obstruíam o ramal ferroviário – Arará/Jacarezinho – de acesso ao Porto do Rio de Janeiro, firmado com a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, que em razão das dificuldades de se entrar na comunidade houve atraso no andamento do cronograma inicialmente previsto do referido Convênio.</p> <p>A CDRJ está tomando as providências com vistas à devolução do saldo dos recursos bem como os rendimentos auferidos no período.</p> <p>A CDRJ informa que em relação aos novos convênios a serem firmados com outros entes públicos e também em relação aos convênios em andamento, estão sendo tomadas todas as providências recomendadas com vistas ao atendimento à IN STN 01/97.</p>			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	32/2008	6 do Anexo - 5.4.1.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Descrição da Recomendação:			
Incluir no SIASG as informações exigidas pelo art. 21 da Lei n.º 11.439/2006 (LDO 2007).			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
SUPLAN			
Síntese da providência adotada:			
<p>Foi desenvolvido pela Divisão de Informática, Banco de Dados de Transparência Pública contendo as informações que formarão o conteúdo mínimo a ser divulgado na página institucional da CDRJ, que inclui informações a respeito de contratos e convênios para serem transferidos para o Módulo SICON do Sistema SIASG.</p> <p>Foram iniciados a atualização desse banco de dados em janeiro de 2008, com preenchimento pelas áreas responsáveis dos dados do exercício e simultaneamente com dados de exercícios anteriores.</p> <p>Essa base de dados, já composta, será analisada, revisada e adaptada para o padrão XML, que é uma das opções de envio das informações para o módulo SICON (Sistema de Gestão de Contratos) do Sistema SIASG.</p>			

Para se ter acesso ao layout XML do módulo SICON e o envio do arquivo, faz-se necessário o prévio cadastramento do responsável pelas informações desta UG (CDRJ), cadastramento esse, realizado pelo DLSG/SLTI/MP (Diretoria do Departamento de logística e Serviços Gerais), mediante Ofício justificando a solicitação. Está sendo enviada comunicação interna quanto à efetivação do cadastramento desse responsável.

De posse desse material, a base de dados de contratações será convertida aos padrões XML e enviada ao sistema SIASG/SICON, para consulta.

Tão logo seja ultrapassada essa etapa, a transferência estará sendo efetivada, ainda neste exercício.

Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	32/2008	1 b do Anexo	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Descrição da Recomendação:			
Juntar aos autos comprovantes de pesquisa de preços junto ao mercado para a formação de estimativa de custos da licitação.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
SUPMAK			
Síntese da providência adotada:			
Foi juntada ao autos do processo, toda a documentação solicitada pela equipe de Auditoria.			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	32/2008	4 "d" do Anexo	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			-

Descrição da Recomendação:	
Providenciar a criação de um setor que centralize as atividades inerentes à abertura, acompanhamento e arquivamento dos processos licitatórios e contratos.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
SUPJUR	
Síntese da providência adotada:	
Informo que tal projeto ainda não chegou à esta SUPJUR, acho válido, porém necessitaríamos de mais empregados. Ressalto, porém que a criação de tal setor é de atribuição do CONSAD, nos termos do art. 12, VIII do Estatuto Social da CDRJ.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

17. Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.

MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS NOS PORTOS DA CDRJ

O Complexo Portuário sob a gestão da Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, formado pelos Portos Públicos do Rio de Janeiro, Itaguaí, Niterói e Angra dos Reis registrou, em 2010, um volume total de movimentação de cargas da ordem de 63.055.325 toneladas.

A movimentação de cargas no Porto do Rio de Janeiro no cais, atingiu 7.486.811 toneladas, no exercício de 2010, totalizando um acréscimo de 10,6% na movimentação em relação ao ano anterior.

A movimentação de cargas no cais, no Porto de Itaguaí alcançou, no ano de 2010, a marca de 55.349.700 toneladas, representando um acréscimo de 11,2% na movimentação em relação ao ano anterior.

A movimentação no Porto de Angra dos Reis, em 2010, alcançou a marca de 118.332 toneladas, representando acréscimo de 59,7% na movimentação em relação ao ano anterior.

A movimentação no Porto de Niterói, em 2010, alcançou a marca de 100.482 toneladas, representando acréscimo de 28,6% na movimentação em relação ao ano anterior.

Em tonelada

COMPARATIVO DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA – NO CAIS			
PORTO	Ano		Δ %
	2009	2010	
Rio de Janeiro	6.769.028	7.486.811	10,6
Angra dos Reis	74.097	118.332	59,7
Niterói	78.147	100.482	28,6
Itaguaí	49.755.062	55.349.700	11,2
TOTAL	56.676.334	63.055.325	11,3

O histórico de movimentação no cais dos portos administrados pela CDRJ, evidencia o esforço empreendido para atendimento ao desenvolvimento portuário na região de influência da Companhia, sendo assim, a evolução dos quantitativos movimentados quando comparamos os exercícios de 2001 e 2010 foi de 180,0%.

10³ tonelada

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Total	22.517	22.771	27.363	33.016	37.432	38.408	48.021	56.266	56.676	63.055

Perfil por Natureza da Carga

O perfil das cargas movimentadas, a exemplo dos exercícios anteriores, apresentou o Minério de Ferro, a Carga Geral Containerizada, os Produtos Siderúrgicos e o Carvão, como os principais itens movimentados.

Na movimentação de cargas no cais, considerando a natureza de carga “Carga Geral”, o acondicionamento em contêineres representou, em 2010, 80,7% da movimentação fato que demonstra, cada vez mais, a utilização desta modalidade.

Em tonelada

Natureza da Carga	2009	2010	Δ%
Sólidos a granel	47.458.708	52.596.892	10,8
Líquidos a granel	245.150	328.835	34,1
Carga Geral	8.972.476	10.129.598	12,9
Total	56.676.334	63.055.325	11,3

Considerando a movimentação no cais os produtos abaixo apresentaram, em 2010, o seguinte comportamento:

Produto	Movimentação (tonelada)	Participação (%)
Minério de Ferro	47.515.076	75,4
Carga Containerizada	8.170.189	13,0
Carvão Metalúrgico	2.955.112	4,7
Produtos Siderúrgicos	1.422.377	2,3
Trigo	616.955	1,0
Coque da Hulha	381.970	0,6
Veículos	174.034	0,3
Derivados de Petróleo	171.015	0,3
Ferro Gusa	159.994	0,3
Alumina	124.970	0,2
Papel	90.188	0,1

Ressaltamos ainda que a Companhia Docas do Rio de Janeiro, através dos seus portos filiados, apresenta movimentação diversificada, ou seja, opera todas as Naturezas de Carga, quais sejam: Carga geral (onde está inclusa a carga Containerizada), Granel Sólido e Granel Líquido.

Atualmente, o Porto de Niterói e Angra dos Reis operam a modalidade de *Offshore*.

Os estudos técnicos realizados para o desenvolvimento do pré-sal, associados à mobilização de recursos de serviços e equipamentos especializados e de logística, nos permitem garantir o sucesso dessa empreitada. A construção de plataformas e outros projetos já encomendados à indústria naval garantirão a ocupação dos estaleiros nacionais e de boa parte da cadeia de bens e serviços *Offshore* do país.

Porto do Rio de Janeiro

A movimentação de cargas no cais, no Porto do Rio de Janeiro, atingiu no exercício de 2010 o total de 7.486.811 toneladas, representando um crescimento de 10,6% na movimentação em relação ao ano anterior. Este fato deu-se, principalmente, ao crescimento da carga geral acondicionada em contêineres, produtos siderúrgicos (carga geral), aos granéis sólidos (trigo e concentrado de zinco) e, à recuperação da movimentação de granéis líquidos.

PERFIL DA CARGA MOVIMENTADA, considerando a Natureza de Carga (em tonelada)

CARGA GERAL

- Produtos Siderúrgicos: 1.009.375t, representando um acréscimo de 7,4% em relação ao ano anterior.
- Papel: 90.188t, representando um acréscimo de 4,8% em relação ao ano anterior.
- Carga Containerizada: 4.638.818t, representando um acréscimo de 15,4% em relação ao ano anterior.

GRANÉIS SÓLIDOS

- Trigo: 616.955t, representando um acréscimo de 9,1% em relação ao ano anterior.
- Ferro Gusa: 159.994t, representando um decréscimo de 64,1% em relação ao ano anterior.

Cabe esclarecer que alguns navios que transportaram ferro gusa operaram na área de fundeio, mais precisamente no fundeadouro nº 04, sendo a referida carga transportada por chatas.

Tal decréscimo espelha a paralisação de cerca de 35% dos alto-fornos em Minas Gerais, devido à falta de competitividade externa do produto brasileiro. Segundo o Sindicato da Indústria do Ferro a produção brasileira, no exercício de 2010, em grande parte deverá ficar apenas no mercado interno, uma vez que produtores da Ucrânia e Rússia oferecem melhores preços para o mercado externo. Além disso, o Brasil tem um sistema de custeio (custos com impostos e taxas) implantado, ao contrário dos produtores acima mencionados, que comercializam com preço livre.

- Concentrado de Zinco: 214.990t. Não há parâmetro de comparação em relação ao ano passado.

GRANÉIS LÍQUIDOS

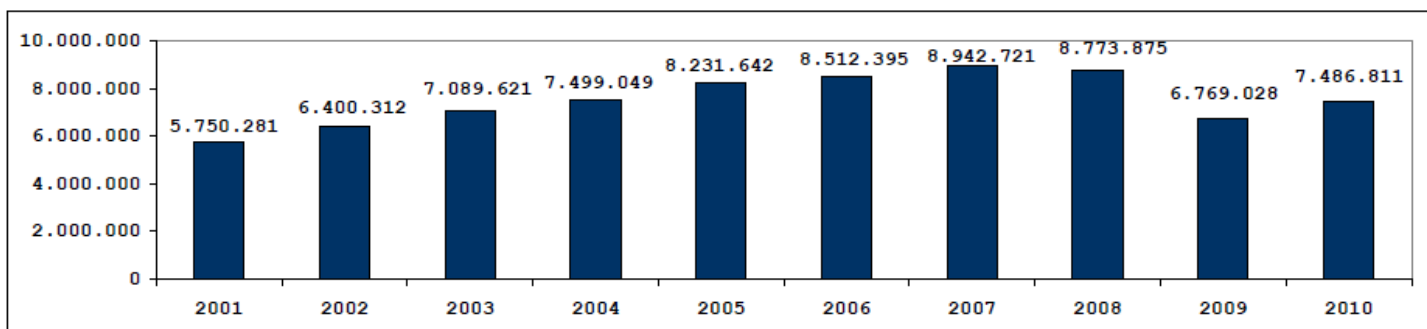
- Derivados: 171.015t, representando um acréscimo de 43,5% em relação ao ano anterior.
- Granéis líquidos – petróleo e outros derivados – com, respectivamente: 8.765t e 149.055t. Não há parâmetro de comparação em relação ao ano passado.

PORTO do RIO de Janeiro

Movimentação de Carga - no cais

em tonelada

discriminação	em tonelada									
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Granel sólido										
Trigo	562.004	598.726	567.100	668.174	822.315	883.164	800.597	658.020	565.377	616.955
Ferro gusa	-	-	-	87.101	729.426	513.990	1.009.966	1.227.071	445.176	159.994
Conc.de zinco	-	-	-	-	-	-	-	-	-	214.990
Outros	70.942	107.171	106.145	73.622	119.972	-	122.875	76.112	74.795	123.785
Granel Líquido										
Petróleo	651.592	685.686	707.596	699.417	231.723	4.303	9.490	1.502	0	8.765
Derivados	90.789	105.644	111.383	129.452	126.480	113.126	157.452	147.804	119.195	171.015
Outros	189.454	257.999	228.657	214.899	264.415	253.917	256.954	226.812	125.955	149.055
Prod.Siderúrgicos	1.203.758	1.539.593	1.836.153	1.510.542	1.931.916	2.261.223	1.658.799	1.131.401	940.160	1.009.375
Papel	88.867	95.097	88.008	91.142	92.422	84.743	81.699	103.344	86.035	90.188
Açúcar	20.473	28.089	0	0	0	0	0	0	0	0
Rô - Rô	99.075	59.663	62.537	102.973	192.586	196.196	196.540	235.431	150.909	174.034
Contêinerizada	2.695.131	2.881.247	3.334.369	3.864.247	3.600.428	3.926.471	4.558.184	4.787.345	4.021.438	4.638.818
Outros	78.196	41.397	47.673	57.480	119.959	160.788	90.165	179.033	239.988	129.837
TOTAL	5.750.281	6.400.312	7.089.621	7.499.049	8.231.642	8.397.921	8.942.721	8.773.875	6.769.028	7.486.811



comparativo 2001 a 2010.xls

Porto de Itaguaí

A movimentação de cargas no Porto de Itaguaí no cais alcançou, em 2010, a casa das 55.349.700 toneladas, representando um crescimento de 11,2% na movimentação em relação ao ano anterior. Podemos citar como principal responsável para este crescimento o granel sólido - minério de ferro.

PERFIL DA CARGA MOVIMENTADA, considerando a Natureza de Carga (em tonelada)

CARGA GERAL

- Produtos Siderúrgicos: 306.379t, evidenciando um decréscimo de 45,8% em relação ao ano anterior. Espelho da crise econômica ocorrida no exercício de 2009.
- Containerizada: 3.531.371t, evidenciando um acréscimo de 26,0% em relação ao ano anterior.

GRANÉIS SÓLIDOS

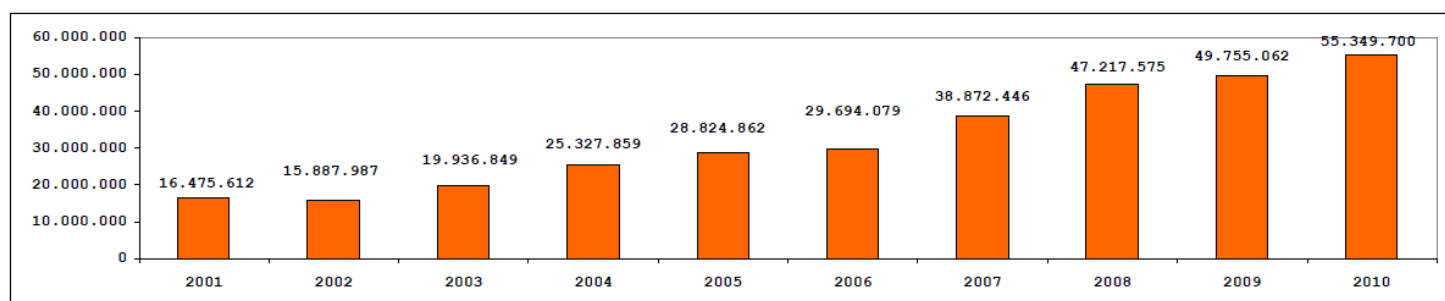
- Minério de Ferro: 47.515.076t, representando acréscimo de 10,4% em relação ao ano anterior.
- Carvão Metalúrgico: 2.955.112t, representando acréscimo de 3,9% em relação ao ano anterior.
- Coque da Hulha: 381.970t, representando acréscimo de 60,8% em relação ao ano anterior.
- Alumina: 124.970t, representando decréscimo 27,8% em relação ao ano anterior.

Porto de Itaguai

Movimentação de Carga - no cais

em tonelada

discriminação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Gruel sólido										
Minério de Ferro	11.074.823	9.578.921	13.338.043	16.834.954	20.871.259	21.775.166	30.893.761	38.765.019	43.029.328	47.515.076
Carvão Metalúrgico	3.063.147	3.009.695	3.198.874	3.291.085	3.045.839	2.268.754	3.379.154	2.807.502	2.844.527	2.955.112
Coque de Petróleo	957.709	834.152	685.442	728.462	609.856	37.527	106.542	83.319	5.001	0
Enxofre	0	0	228.246	311.538	252.365	208.459	32.993	0	0	0
Alumina	171.776	184.449	161.844	193.921	199.517	156.310	169.111	251.960	173.003	124.970
Concentrado de Zinco	184.300	255.386	139.734	279.251	240.576	210.019	182.149	213.847	0	0
Coque da Hulha	189.832	249.365	608.005	865.045	253.989	195.072	230.716	379.491	237.568	381.970
Outros	114.586	500.802	130.529	341.418	320.918	64.637	252.439	560.771	83.933	504.040
Carga geral										
Produtos Siderúrgicos	478.117	1.015.850	1.104.100	1.099.779	975.613	1.643.831	721.283	527.308	565.373	306.379
Conteinerizada	172.255	204.270	311.385	1.368.554	2.053.238	3.134.304	2.898.853	3.597.003	2.802.105	3.531.371
Equipamentos	22.469	0	26.615	3.737	0	0	0	0	0	0
Autos	39.274	9.770	4.032	8.980	0	0	0	0	0	0
Outros	7.324	45.327	0	1.135	1.692	0	5.445	31.355	14.224	30.782
TOTAL	16.475.612	15.887.987	19.936.849	25.327.859	28.824.862	29.694.079	38.872.446	47.217.575	49.755.062	55.349.700



comparativo 2001 a 2010.xls

Porto de Angra dos Reis

A movimentação de cargas no Porto de Angra dos Reis no cais alcançou, em 2010, a casa de 118.332 toneladas, representando um acréscimo de 59,7% na movimentação, em relação ao ano anterior. Este porto trabalha na modalidade de operação *Offshore*.

PERFIL DA CARGA MOVIMENTADA, considerando a Natureza de Carga (em tonelada)

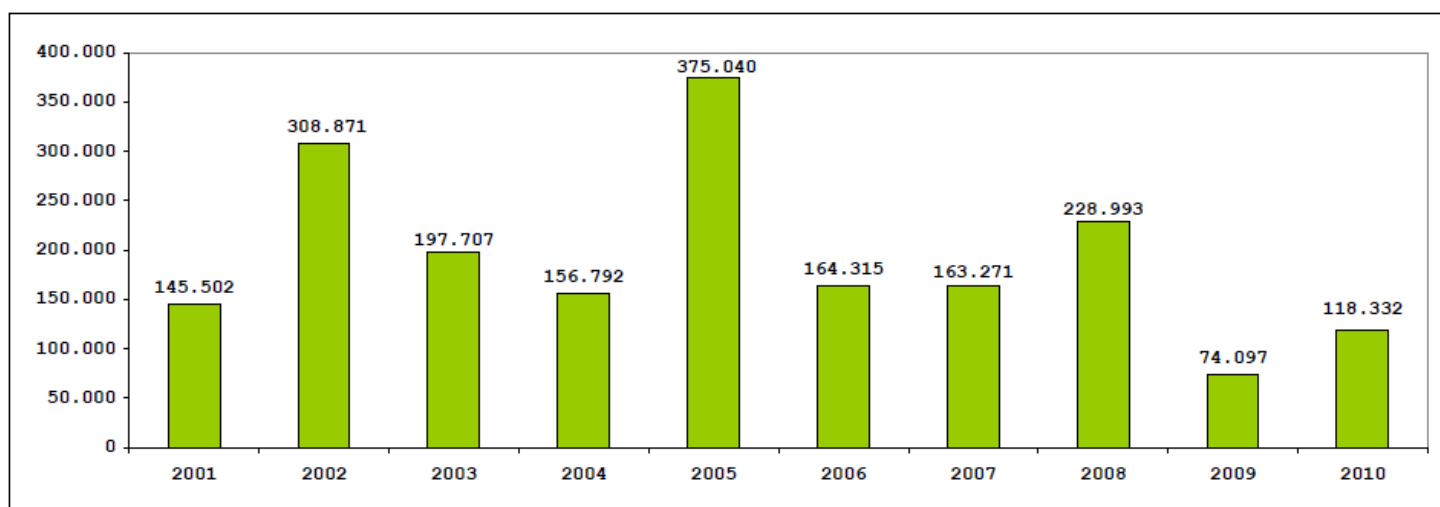
CARGA GERAL

- Produtos Siderúrgicos: 106.623t, evidenciando um acréscimo de 46,4% em relação ao ano anterior.

Porto de Angra dos Reis
Movimentação de Carga - no cais

em tonelada

discriminação	em tonelada									
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Granel sólido										
Trigo	71.683	37.301	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	46.699	134.133	0	33.306	0	0	0	0	0
Carga Geral										
Produtos Siderúrgicos	71.910	224.866	62.648	156.569	341.734	158.165	162.076	219.211	72.832	109.156
Outros	1.909	5	926	223	0	6.150	1.195	9.782	1.265	9.176
TOTAL	145.502	308.871	197.707	156.792	375.040	164.315	163.271	228.993	74.097	118.332



Comparativo 2001 a 2010

Porto de Niterói

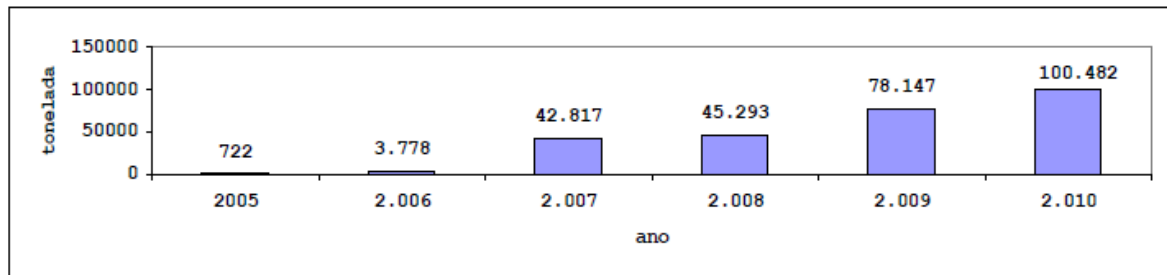
O Porto de Niterói, por meio dos terminais arrendados *NITPORT* e *NITSHORE*, recebeu neste exercício 100.482 toneladas, apresentando um acréscimo de 28,9%, com relação ao exercício anterior. Este porto trabalha na modalidade de operação *Offshore*.

Porto de Niterói

Movimentação de Carga - no cais

em tonelada

discriminação	em tonelada									
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Granel sólido										
Trigo	143.865	173.230	138.829	67.722	0	0	0	0	0	0
Carga geral										
Máquinas e Equip.Divs	0	466	0	0	722	3.778	42.817	45.293	78.147	100.482
Outros	900	371	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	144.765	174.067	138.829	67.722	722	3.778	42.817	45.293	78.147	100.482



comparativo 2001 a 2010.xls

MOVIMENTAÇÃO DE PASSAGEIROS

Neste exercício o quantitativo de passageiros apresentou um acréscimo de 34,6% na movimentação em relação ao ano anterior.

Evidenciamos um crescimento de 179,5%, quando levamos em consideração o exercício de 2003.

Ano	Quantidade de Navio	Quantidade de Passageiros			
		Embarcado	Desembarcado	Trânsito	Total
2003	83	22.110	21.069	47.893	91.072
2004	79	26.534	26.646	54.020	107.200
2005	88	34.585	32.122	77.540	144.247
2006	132	48.212	48.491	118.824	215.527
2007	150	59.179	56.483	148.511	264.173
2008	139	76.290	71.712	155.110	303.112
2009	177	113.192	106.709	190.697	410.598
2010	232	142.608	140.974	268.897	552.479

MOVIMENTAÇÃO DE VEÍCULOS – sistema Roll-on / Roll-off

Neste exercício houve, na importação, um acréscimo de 12,0% na movimentação e, na exportação, uma leve inclinação positiva de 0,4% na movimentação em relação ao exercício anterior.

Em unidade								
SENTIDO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Importação	9.388	12.186	21.324	32.988	37.470	67.589	70.045	78.440
Exportação	33.814	66.513	139.393	123.330	111.759	93.663	38.424	38.571
Total	43.202	78.699	160.717	156.318	149.229	161.252	108.469	117.011

MOVIMENTAÇÃO DE CONTÊINERES

A movimentação em unidades e em TEU, considerando os exercícios de 2006 a 2010, apresentou o seguinte comportamento:

Porto	2010		2009		2008		2007		2006		Δ % 2010/2006	
	unidade	TEU	unidade	TEU	unidade	TEU	unidade	TEU	unidade	TEU	unidade	TEU
Rio de Janeiro	288.268	425.422	238.653	350.295	289.059	428.191	274.187	387.809	242.223	335.145	19,0	26,9
Itaguaí	179.531	265.609	143.867	206.667	195.589	281.451	162.794	229.742	177.286	259.891	1,3	2,2
CDRJ	467.799	691.031	382.520	556.962	484.648	709.642	436.981	617.551	419.509	595.036	11,5	16,1

Cabe ressaltar que a Companhia ainda não tem acesso a um Banco Único sistematizado que permita a visualização e a operacionalidade das cargas que estão em contêineres como, por exemplo, café, granito e produtos químicos.

A CDRJ, sob o comando de sua Diretoria Executiva, em estrita consonância com os planos e programas do Governo Federal, consubstanciados nas metas estratégicas estabelecidas pela Secretaria de Portos – SEP/PR deu continuidade ao processo de revisão de procedimentos administrativos e gerenciais objetivando o saneamento econômico-financeiro da Companhia.

Deve-se destacar a realização de Concurso Público com a contratação de 71 novos empregados; a modernização do parque computacional e recuperação das instalações prediais das áreas técnico-administrativas. A Diretoria de Planejamento e Relações Comerciais foi reestruturada com o intuito de trazer para a CDRJ o conceito de gestão baseada em processos, a partir do desenvolvimento do Planejamento Estratégico Institucional e Organizacional e da competitividade dos portos administrados pela Companhia por meio do desenvolvimento da área de relações comerciais e de novos negócios.

O foco nos resultados da organização e nos macro processos para o desenvolvimento e gestão dos Contratos de Arrendamentos, o estabelecimento de estratégias para os novos negócios e o próprio Planejamento Estratégico, com o Sistema de Desempenho e Avaliação, tornaram-se imperativos. Desenvolver e modernizar os portos, a exemplo do que vem acontecendo no Porto do Rio, é atentar

para as oportunidades de novos negócios, tendo como base o estabelecimento de instrumentos de comando e controle para fortalecer a relação Porto-Cidade.

O Porto do Rio de Janeiro, que completou 100 anos em 2010, passou por importantes transformações ao longo do tempo e hoje se prepara para o futuro, com projetos de melhoria de sua infraestrutura e de expansão. O objetivo é atender a crescente demanda por maior capacidade de movimentação de mercadorias e de passageiros de cruzeiros marítimos.

Até 2014, ano da realização da Copa do Mundo no Brasil, o Porto do Rio deverá receber investimentos de cerca de R\$ 1,6 bilhão. Considerada uma obra estratégica, a dragagem aumentará a profundidade dos acessos marítimos e permitirá que navios de maiores calados e porte atraiquem no Porto do Rio.

O projeto de construção da nova área de atracação de navios de passageiros no Terminal da Gamboa prevê a construção de três píeres com 30 metros de largura, formando uma estrutura na forma de um “Y”, de modo a possibilitar a acostagem de 6 navios simultaneamente. Os píeres estarão dispostos para possibilitar espaço de manobra para os rebocadores em atendimento a uma embarcação de cada lado. A estrutura será parcialmente pré-moldada, em concreto armado, constituída por vigas transversais, apoiadas sobre estacas, permitindo o fluxo natural das marés.

Para garantir o desenvolvimento portuário, além da conclusão de obras internas de infraestrutura nos portos, uma inédita parceria entre os governos Federal, Estadual e Municipal está empenhada em melhorar as vias de acesso, tanto rodoviário como ferroviário e marítimo.

Anexo II à Decisão Normativa TCU N° 107, de 27 de outubro de 2010.

PARTE B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

3) Demonstrações Contábeis previstas na Lei nº 6404/76, incluindo as notas explicativas.

Balanco Patrimonial
(Em milhares de Reais)

	31/12/2010	31/12/2009
<u>ATIVO</u>		
Circulante		
Caixa e bancos	23.624	41.643
Contas a receber de clientes	19.153	18.127
Impostos a recuperar	4.210	3.258
Adiantamentos	910	921
Depósitos judiciais	5.043	4.774
Estoques	862	3.965
Outros valores a receber	13.820	8.672
	<u>67.622</u>	<u>81.360</u>
Não Circulante		
Contas a receber de clientes	126.168	111.440
Provisão para devedores duvidosos	(126.168)	(111.440)
	<u>0</u>	<u>0</u>
Recursos bloqueados – RSD	6.771	6.731
Títulos a receber	168	168
	<u>6.939</u>	<u>6.899</u>

Investimentos	592	584
Imobilizado	978.597	967.934
Diferido	-	1.455
	<hr/> 979.189	<hr/> 969.973
Total do Ativo	<hr/> 1.053.750 <hr/>	<hr/> 1.058.232 <hr/>
	31/12/2010	31/12/2009
<u>PASSIVO</u>		
Circulante		
Financiamentos externos	1.046	1.098
Fornecedores	13.225	8.935
Obrigações fiscais, trabalhistas e contratuais	740.756	608.280
Provisão para contingências	45.000	40.000
Provisão de férias e encargos	5.615	4.854
	<hr/> 805.642 <hr/>	<hr/> 663.167 <hr/>
Não Circulante		
Arrendamento mercantil	102.582	176.948
Financiamentos externos	10.632	12.187
Obrigações fiscais, trabalhistas e contratuais	294.448	290.353
Adiantamentos de clientes	0	17.093
Arrendamentos	106.708	116.070
	<hr/> 514.370 <hr/>	<hr/> 612.651 <hr/>
Patrimônio Líquido		
Capital social	1.753.628	1.753.628
Créditos da União para aumento de capital	121.901	7.821

Prejuízos acumulados	(2.141.791)	(1.979.035)
	(266.262)	(217.586)
Total do Passivo	1.053.750	1.058.232

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de Dezembro

(Em milhares de Reais)

	31/12/2010	31/12/2009
Receita operacional bruta		
Atividades portuárias	64.544	171.259
Arrendamentos	179.104	47.242
Atividades de pesquisas		
	243.648	218.501
Deduções da receita bruta		
Atividades portuárias	(2.788)	(13.280)
	(2.788)	(13.280)
Receita operacional líquida	240.860	205.221
Custos da operação		
Serviços portuários	(64.865)	(30.476)
Depreciação (serviços portuários)	(7.152)	(7.299)
Serviços de pesquisas	(12.339)	(10.593)
Depreciação (serviços de pesquisa)	(60)	(55)
	(84.416)	(48.423)

Resultado operacional bruto		
Atividades portuárias	168.843	167.446
Atividades de pesquisas	(12.399)	(10.648)
	<u>156.444</u>	<u>156.798</u>
Outras receitas operacionais		
Receita patrimonial	33.240	8.094
Despesas operacionais complementares		
Despesas gerais e administrativas	(230.230)	(150.076)
Depreciação	(2.323)	(1.514)
Despesas financeiras líquidas	(92.340)	(158.679)
Constituição de provisões	(63.068)	(103.050)
	<u>(387.961)</u>	<u>(413.319)</u>
Resultado operacional antes dos efeitos inflacionários	(198.277)	(248.427)
Variações monetárias		
Variações monetárias ativas	62.067	124.572
Variações monetárias passivas	(46.341)	(14.474)
	<u>15.726</u>	<u>110.098</u>
Resultado operacional líquido	(182.551)	(138.329)
Receitas (Despesas) não operacionais		
Reversão de provisões	12.536	715
Receitas não operacionais	6.699	3.310
Despesas não operacionais	(1.591)	(41)
	<u>17.644</u>	<u>3.984</u>

Resultado do exercício	(164.907)	(134.345)
Quantidade de ações	<u>873.248.657</u>	<u>873.248.657</u>
Prejuízo por ação do capital social – em Reais	<u>(0,19)</u>	<u>(0,15)</u>

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de Dezembro

(em milhares de reais)

	2010	2009
FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(9.694)	191.033
Fluxo da Atividade Principal	(127.449)	(30.132)
Lucro Líquido	(164.907)	(134.345)
(+) Ajuste de exercício anterior	2.151	9.005
(+) Depreciação e amortização	9.475	8.868
(+) Variação monetárias de longo prazo	3.887	5.681
(+) Provisão pdd	16.010	58.994
(-) Receita reversão pdd	(1.281)	0
(+) Diferido	1.455	582
(+) Provisão para Férias e 13o.	761	1.083
(+) Provisão para contingências	5.000	20.000
Variação da Necessidade de Capital de Giro	117.755	221.165
Fornecedores	4.289	(1.270)
Impostos e taxas	132.475	181.888
Recebíveis	(1.026)	1.209

Cobranças Contenciosas	(14.728)	(6.549)
Impostos a recuperar	(952)	46.030
Adiantamentos	11	(92)
Depósitos Judiciais	(269)	(277)
Estoques	3.103	(489)
Outros valores a receber	(5.148)	715
Despesas antecipadas	0	0
FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(20.185)	(9.097)
Varição do Realizável de Longo Prazo	(39)	(59)
Recursos bloqueados RSD	(39)	(59)
Varição do Ativo Permanente	(20.146)	(9.038)
Investimento	(8)	(8)
Imobilizado	(20.138)	(9.030)
FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	11.860	(223.303)
Varição do Passivo		
Financeiro	(98.333)	(231.094)
Empréstimo	(52)	(819)
Financiamentos em moeda nacional	(74.366)	(162.463)
Financiamentos em moeda estrangeira	(1.556)	(5.375)
Obrigações Previdenciárias e tributárias	4.095	(7.850)
Adiantamento de clientes	(17.093)	(11.226)
Arrendamento	(9.361)	(43.361)

Varição do Patrimônio Líquido	110.193	7.791
Aumento de Capital		
Créditos da União	110.193	7.791
FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	(18.019)	(41.367)
SALDO INICIAL	41.643	83.010
SALDO FINAL	23.624	41.643

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)
(Em milhares de R\$)

Descrição	Capital Social	Créditos da União para aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2009	1.619.242	128.735	(1.853.695)	(105.718)
Aumento de capital - AGE de 18/12/2009	134.386	(134.386)		0
Crédito da União para aumento de capital		7.791		7.791
Atualização dos créditos para aumento de capital		5.681		5.681
Realização da reserva de reavaliação				
Ajustes de exercícios anteriores			9.005	9.005
Prejuízo do exercício			(134.345)	(134.345)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	1.753.628	7.821	(1.979.035)	(217.586)
Ajustes de exercícios anteriores			2.151	2.151
Atualização dos créditos para aumento de capital		3.887		3.887
Créditos da União para aumento de capital		110.193		110.193
Aumento de capital - AGE de				0
Resultado do exercício			(164.907)	(164.907)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	1.753.628	121.901	(2.141.791)	(266.262)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ, tem por objetivo social realizar, em harmonia com os planos e programas da Secretaria de Portos - SEP, a administração e exploração comercial dos portos organizados e demais instalações portuárias no Estado do Rio de Janeiro, bem como o ensino portuário.

Com o advento da Lei nº 8.630/93 a Companhia passou a ser Autoridade Portuária, arrendando áreas e instalações portuárias, trazendo o setor privado como parceiro, visando a eficiência e eficácia dos portos por ela administrados, com reflexos diretos na redução do ‘Custo Brasil’

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ, foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e alterações introduzidas pela Lei 11.638/2007 e Lei 11.941/2009, consoante as práticas contábeis descritas na nota 3.

NOTA 3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência entre exercícios.

3.2 Ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados os valores de realização ou de exigibilidade, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, respectivamente, até a data do balanço.

Os valores realizáveis ou exigíveis no curso do exercício subsequente estão classificados como ativos e passivos não circulantes.

NOTA 4 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

As Contas a Receber de Clientes referem-se aos recebíveis do Ativo Circulante e não Circulante, são registrados pelo valor nominal. A provisão de Liquidação Duvidosa foi constituída com base em 100% das contas a receber de clientes do Ativo não Circulante, montante julgado suficiente pela administração da Companhia para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

Neste exercício ocorreu mudança de critério de classificação contábil da receita operacional, ocasionando variação das atividades portuárias e arrendamentos no DRE, em relação ao exercício de 2009.

NOTA 5 - ESTOQUES

A variação apresentada nesta rubrica foi resultante da movimentação de bens duráveis adquiridos em 2009, distribuídos no presente exercício, para atender à demanda em consequência de novas contratações de pessoal e à política de modernização da empresa.

Os estoques referem-se a materiais de consumo e estão avaliados ao custo médio de aquisição.

NOTA 6 – RECURSOS BLOQUEADOS - RSD

O valor de R\$ 6.771 mil (R\$ 6.731 mil em 2009), registrado nesta conta, refere-se ao Reembolso de Serviço de Dragagem – RSD, depositado no BNDES como garantia aos contratos de “leasing” da extinta Empresa de Portos do Brasil – PORTOBRÁS. Tais recursos encontram-se bloqueados em Juízo na 3ª Vara Federal do Rio de Janeiro, por força de ação judicial movida pelos agentes financeiros contra a extinta PORTOBRÁS, e estão registrados no Ativo não Circulante por se tratar de recursos sem expectativa de liberação no exercício seguinte.

NOTA 7 – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

O ativo imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

A depreciação é calculada segundo o método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil-econômica estimada para cada classe de bens e não ultrapassam os índices de dedutibilidade admitidos pela legislação fiscal.

Discriminação	Em milhares de Reais			
	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Líquido 2010	Líquido 2009
Bens móveis	194.025	(162.779)	31.246	28.401
Bens imóveis	735.578	(110.603)	624.975	626.593
Imobilizado a classificar	6.651	(617)	6.034	6.058
Imobilizado em andamento	316.342		316.342	306.882
	1.252.596	(273.999)	978.597	967.934

NOTA 8 – FINANCIAMENTOS EXTERNOS

Os financiamentos, em 31 de dezembro de 2010, no montante de R\$11.678 mil (R\$ 13.285 mil em 2009), em moeda estrangeira, com aval da União Federal, estão sendo pagos em conformidade com o acordo de Reestruturação da Dívida Externa de Médio e Longo Prazo do setor público junto aos credores do setor privado, ajustado à taxa cambial vigente na data do balanço e acrescidos de juros variáveis, segundo as flutuações nas taxas interbancárias do mercado externo, pactuados em contratos.

Discriminação	Em milhares de Reais	
	31/12/2010	31/12/2009
Circulante	1.046	1.098
Não circulante	10.632	12.187
	11.678	13.285

NOTA 9 – ARRENDAMENTO MERCANTIL

Trata-se de contratos de leasing de equipamentos portuários transferidos da extinta Empresa de Portos do Brasil – PORTOBRÁS para a Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ, tendo sido registrados no Ativo e Passivo não Circulantes.

No exercício de 2010 não houve pagamentos aos agentes financeiros, tendo em vista que tais contratos estão sendo analisados pela Advocacia Geral da União quanto à sua validade e encontram-se ajuizados na 3ª Vara Federal.

Em 03 de janeiro de 2006, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro decidiu pelo bloqueio de 40% da receita bruta da CDRJ, até o valor de R\$ 135.686 mil, para garantia do processo judicial que lhe é movido pela Companhia Inter Atlântico de Arrendamento Mercantil – CIAM, em cumprimento ao mandado de intimação expedido pela 11ª Vara Cível, em 16 de dezembro de 2005.

Em 21/09/2010, foi expedida Intimação Via Postal pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, determinando o bloqueio de 20% da receita devida pelos arrendatários, para garantia do processo judicial nº 0102697-82.2009.8.19.000, da 19ª Vara Cível, movido pela Companhia Brooklin Empreendimentos S/A (Comind Leasing Arrendamento Mercantil S.A.). O total bloqueado em 31/12/2010 monta em R\$ 219.637 mil, (R\$ 140.117 em 2009), sendo R\$ 5.512 mil em favor da Companhia Brooklin Empreendimentos S.A. e R\$ 214.125 mil da Companhia Inter-Atlântico de Arrendamento Mercantil.

Os contratos estão registrados no passivo não circulante, apresentando a seguinte composição:

	Em milhares de Reais	
	31/12/2010	31/12/2009
Cia. Inter-Atlântico	91.968	90.427
Bloqueio Cia. Inter-Atlântico	(214.125)	(140.117)
Unibanco Leasing S/A	41.484	40.814
Comind Leasing S/A	10.531	10.377
Bloqueio Comind Leasing S/A	(5.512)	0
Manufactures Hannover	178.236	175.447
	<u>102.582</u>	<u>176.948</u>

NOTA 10 – OBRIGAÇÕES FISCAIS, TRABALHISTAS E CONTRATUAIS

As obrigações fiscais, trabalhistas e contratuais foram atualizadas, quando aplicável, até a data do balanço, cujos valores de maior expressão são o Imposto Sobre Serviços – ISS com a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro e as parcelas a pagar ao PORTUS – Instituto de Seguridade Social, decorrentes dos termos de confissão de dívida. Essas obrigações têm a seguinte composição:

Discriminação	Em milhares de Reais			
	Circulante		Não-Circulante	
	2010	2009	2010	2009
INSS	74.260	46.470		
FGTS	1.057	698		
PORTUS – Instituto de Seg. Social	242.471	193.991	84.447	75.956
COFINS/PASEP	22.138	17.024	2.040	2.321
Adicional de tarifa portuária	6.820	6.820		
ISS	41.732	37.127	163.971	162.555
Salário educação	1.002	1.250		
Depósito em garantia de serviços	7.197	6.075		
Retenções contratuais	1.398	1.619		
Remunerações/honorários	5.479	3.786		
PGFN	219.957	219.582	43.990	49.521
Contrato Libra/Tecon	101.837	67.640		
Adiantamento CSN	6.566			
Outros	8.842	6.198		
	740.756	608.280	294.448	290.353

O montante a pagar ao PORTUS é de R\$ 326.918 mil (R\$ 269.947 mil em 2009), tendo sido reconhecido no exercício R\$ 114.417 mil, referente a diferença de contribuições patronais e contribuições de assistidos/pensionistas, conforme trabalho apresentado pelo Instituto e autorizado na 1914ª, reunião da DIREXE (nota 16), tendo como base de atualização o INPC-IBGE acrescido de juros de 1% a.m. Em setembro de 2005, foi registrada uma parcela adicional de R\$ 37.933 mil, referente à Reserva de Tempo de Serviço Anterior – RTSA, que é uma contribuição que foi reconhecida pelas patrocinadoras, decorrente de ingressos de funcionários em seus quadros com tempo de serviço anterior ao de sua admissão, que se aposentaram com direito aos benefícios do PORTUS.

No presente exercício foi repassado diretamente ao Instituto, pela UNIÃO, o montante de R\$ 103.700 mil (R\$ 90.000 mil em 2009), já deduzido do total a pagar.

A dívida com o ISS é objeto de cobrança judicial e as respectivas ações estão em fase de execução, tendo sido liquidado em 2010, o montante de R\$ 1.170 mil, (R\$ 5.835 mil em 2009), com recursos próprios, mediante bloqueio do percentual de 5% sobre o faturamento da companhia.

A dívida com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN refere-se ao parcelamento Excepcional- PAEX, autorizado pela MP 303/2006, relativa à taxa de foro e de ocupações incidentes sobre os imóveis constituídos por terrenos de Marinha ,integrantes do Patrimônio desta CDRJ (domínio útil), acrescido do PASEP e COFINS. No exercício de 2009 a Companhia aderiu ao REFIS 4 (Lei 11649/2009), para parcelamento de dívidas previdenciárias, PASEP e COFINS, constituídas até 30/10/2008.

NOTA 11 – ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

A rubrica 'adiantamentos de clientes' corresponde a valores recebidos da CSN – Companhia Siderúrgica Nacional, para liquidação a partir de janeiro de 2007, mediante compensação de 18% do faturamento de arrendamento do terminal de carvão do Porto de Sepetiba, estando registrada no Passivo Circulante no montante de R\$ 6.566 mil, (R\$ 17.093 mil em 2009), sendo atualizada pelo IGP-M, conforme contratado.

NOTA 12 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia Docas do Rio de Janeiro, no curso normal de suas atividades, está envolvida em processos legais, de natureza cíveis e trabalhistas. A CDRJ constituiu provisões para processos legais a valores considerados pela Superintendência Jurídica como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis.

A provisão para contingências, em 31 de dezembro de 2010, no montante de R\$ 45.000 mil (R\$ 40.000 mil em 2009), registrada no passivo circulante, foi constituída segundo a avaliação da assessoria jurídica desta Companhia, conforme estatística dos dispêndios de exercícios anteriores.

Neste exercício, as baixas constituídas em função de liquidação de processos, totalizaram o montante de R\$ 30.042 mil (R\$ 22.552 mil, em 2009)

NOTA 13 – ARRENDAMENTOS

A conta de arrendamentos registrada no passivo não circulante refere-se a receitas recebidas antecipadamente dos contratos de arrendamento e vem sendo diferidas atendendo aos prazos contratuais.

NOTA 14 – CAPITAL SOCIAL

Os recursos aportados pela UNIÃO destinam-se a programas de investimentos na Companhia, com a contrapartida de Crédito para aumento de Capital. Os valores não capitalizados sofrem a incidência de encargos financeiros com base na variação da Taxa SELIC, conf. Decreto 2673/1998.

No presente exercício foi autorizado pela AGE de 08 de novembro a integralização do Capital na ordem de R\$ 8.031 mil, não realizada, encontrando-se o registro da homologação em processo de aprovação na JUCERJA, ficando os créditos disponíveis para aumento de Capital no exercício seguinte.

Em 31 de dezembro de 2010, o capital social no valor de R\$ 1.753.628 mil está representado por 873.248.657 ações, totalmente integralizadas e assim distribuídas:

Quantidade de ações			
Acionistas	Ordinárias	Preferenciais	Total
União	436.560.794	436.560.793	873.121.587
Governo do Rio de Janeiro	63.498	63.497	126.995
Outros	38	37	75
	436.624.330	436.624.327	873.248.657

NOTA 15 – CUSTOS DA OPERAÇÃO, DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

a) O custo das operações portuárias apresentou no presente exercício variação de 112,9%, (R\$ 64.885 mil em 2010 e R\$ 30.476 mil em 2009). Esta variação deve-se, basicamente ao reconhecimento de despesas com IPTU (R\$ 24.899 mil em 2010 e R\$ 167 mil em 2009), conforme Nota Explicativa nº 20 e, despesas com Pessoal e Encargos (R\$ 27.966 mil em 2010 e R\$ 22.161 mil em 2009) em consequência da implantação do Plano de Cargos, Empregos e Salários - PCES, e contratações de novos funcionários.

Em milhares de Reais

Serviços Portuários	2010	2009
Manutenção	1.440	1.635
IPTU	24.899	167
Pessoal e Encargos	27.966	22.161
Serviços de Terceiros	10.560	6.513
Total	64.865	30.476

b) O grupo das despesas administrativas apresenta a seguinte composição:

Em milhares de Reais

Discriminação	2010	2009
Pessoal e Encargos	197.957	68.300
Serviços de Terceiros	11.155	8.621
Despesas Contrato Libra/Tecon	10.775	14.138
Despesas Tributárias	3.578	52.262
Outras	6.765	6.754
Total	230.230	150.075

Esse grupo foi aumentado de R\$ 150.075 mil, em 2009 para R\$ 230.230 mil em 2010, basicamente pelo reconhecimento no item pessoal e encargos, da diferença de contribuições patronais e contribuições de assistidos/pensionistas do Instituto de Seguridade Social - PORTUS, no montante de R\$ 114.417 mil.

A redução no item despesas tributárias deu-se pelo fato de que no exercício de 2009 houve reconhecimento de tributos indeferidos pela Receita Federal do Brasil.

NOTA 16- DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

As despesas financeiras líquidas, no montante de R\$ 92.340 mil (R\$ 158.679 mil em 2009), têm como maior expressão as despesas de juros sobre encargos Tributários e Trabalhistas relativa à atualização dos contratos de Cessão de Créditos da Libra, atualização da dívida do PORTUS e Tributos Federais.

NOTA 17- PLANO DE PENSÃO – INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL - PORTUS

A Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ mantém, em conjunto com as demais Companhias Docas, um fundo para suplementação de aposentadoria de seus empregados e beneficiários. Este fundo multipatrocinado, do tipo “benefício definido”, assegura aos participantes uma complementação do benefício concedido pela Previdência Social. É administrado pelo PORTUS – Instituto de Seguridade Social, uma entidade jurídica sem fins lucrativos.

Na qualidade de uma das patrocinadoras, a CDRJ, atendendo ao disposto no artigo 1º da Emenda Constitucional nº 20/98, que altera o artigo 202 da Constituição Federal, contribui com uma parcela mensal sobre a massa de salários de empregados participantes, paritária aos valores por eles recolhidos.

Foi constituído em 2003 um grupo de trabalho paritário com a finalidade de equacionar a situação patrimonial do PORTUS e apurar seu déficit atuarial.

O referido grupo, assessorado pela empresa Globalprev contratada pelo PORTUS, apresentou propostas sugerindo medidas a serem implementadas pelas patrocinadoras com a devida anuência do Governo Federal. Dentre as medidas sugeridas encontra-se a liquidação do atual plano de benefícios e a criação de um novo plano.

Em novo relatório apresentado pela CESAT-CONSULTORIA ESTATÍSTICA ATUARIAL, o déficit atuarial da CDRJ em 31/12/2008, monta em R\$ 484.853.640,83, devendo esse valor ser objeto de estudo pelas Patrocinadoras e participantes, incluindo a União.

No exercício de 2009 foi contratada pelas patrocinadoras, através da ABEPH – Associação Brasileira de Entidades Portuárias e Hidroviárias, atendendo determinação da Secretaria Especial dos Portos – SEP, a firma MERCER para nova apuração do déficit do PORTUS e soluções a serem implementadas. O resultado apurado pela MERCER está sendo alvo de análise pelas autoridades competentes.

Durante o exercício de 2010, foram repassadas ao PORTUS, contribuições de empregados e contribuição patronal, nos montantes de R\$ 4.370 mil e R\$ 3.740 mil, respectivamente (R\$ 3.044 mil e R\$ 2.674 mil, em 2009).

NOTA 18 – REMUNERAÇÕES

Na forma do artigo 43º § 1º do Estatuto Social da CDRJ, foram as seguintes remunerações pagas pela CDRJ a empregados e administradores (base dezembro de 2010):

Categoria	Em Reais		
	Menor	Maior	Média
Administradores	23.500,00	26.700,00	24.300,00
Empregados	830,70	21.493,99	6.660,61

NOTA 19 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Neste exercício, a CDRJ creditou à conta de “prejuízos acumulados” o montante de R\$ 2.151 mil, (crédito R\$ 9.005 mil em 2009), correspondente ao líquido de despesas e receitas de competência dos exercícios anteriores.

NOTA 20 – REESTRUTURAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

Neste exercício, a Companhia apurou prejuízo de R\$ 164.907 mil (R\$ 134.345 mil em 2009). Apesar das dificuldades enfrentadas no período, a CDRJ foi bem-sucedida ao implementar seu plano de recuperação econômico-financeira. A consolidação do processo de parcelamento junto à Secretaria da Receita Federal, possibilitará, no próximo exercício os alongamentos das dívidas fiscal e previdenciária, compatível com a capacidade de pagamento da Companhia. As obrigações contratuais assumidas junto ao Instituto de Seguridade Social – PORTUS, mediante repasses de recursos oriundos do acionista majoritário foram efetivados regularmente, contribuindo substancialmente com a redução da dívida perante aquele Instituto. O equacionamento das penhoras relativas às operações de leasing, herdadas da extinta.

PORTOBRÁS, continuam em processo de discussão judicial. O montante à disposição da justiça já ultrapassou o valor da condenação, são grandes as expectativas para solução do assunto no decorrer de 2011, o que resultará na readequação do fluxo de recursos, direcionando-os para novos compromissos assumidos pela CDRJ.

Foi assinado o Contrato C-SUPJUR 004/10, entre a CDRJ e a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, que tem como objeto o Direito Real de Uso da área do Píer Mauá pela Prefeitura, em prol do interesse público para o Projeto Porto Maravilha, consubstanciado no Ofício GP 023/2010, do MRJ, e em contraprestação, a compensação através de ajuste de contas, de débitos da CDRJ de impostos inscritos na Dívida Ativa Municipal.

A parceria entre CDRJ e o Município do Rio de Janeiro é uma realidade que se consolidou em 2010, através do Termo de Ajuste de Contas e Quitação proporcionando a redução do débito na dívida ativa municipal da ordem de R\$ 25 milhões.

NOTA 21 – AJUSTES PARA ATENDER A LEI 11.638/2007

Além das modificações que foram realizadas nos exercícios anteriores, tais como: a elaboração do fluxo de caixa, encerramento da reserva de reavaliação, reformulação do Plano de Contas e transferência do resultado de exercícios futuros para o passivo não circulante, a CDRJ vem buscando adaptar-se às modificações introduzidas sob a forma da Lei 11.638/2007 e MP 449/2008, com estudos para implantação do novo sistema corporativo, bem como a capacitação de pessoal no conhecimento das constantes modificações da Lei.

NOTA 22 – RENEGOCIAÇÃO FISCAL COM BASE NA LEI 11.941/2009

Com o objetivo de buscar o saneamento fiscal, a CDRJ obteve deferimento da adesão à renegociação junto à Secretaria da Receita Federal, dos impostos Previdenciários e demais débitos tributários, estando no aguardo da consolidação dos débitos.

NOTA 23 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 28 de dezembro de 2010 foi aberto um crédito extraordinário no Orçamento Fiscal da União em favor da CDRJ, através da Medida Provisória nº 515/2010, para quitar parcela do acordo judicial, impetrado pelo PORTUS, homologado na 26ª Vara Cível do Estado do Rio de Janeiro, no valor de R\$ 31.500 mil.

JORGE LUIZ DE MELLO

ELIANE PINTO BARBOSA

HELIO SZMAJSER

DIRETOR - PRESIDENTE

DIRETORA

DIRETOR

CPF Nº 510.709.017-68

CPF Nº 372.049.127-72

CPF Nº 553.615.367-68

AILTON FERNANDO DIAS

MARA CELIA DA SILVA MELO

DIRETOR

CONTADOR CRC – RJ 44.416/O-7

CPF Nº 509.330.436-00

CPF Nº 733.408.557-49

4) Informações sobre a composição acionária do capital social, indicando os principais acionistas e respectivos percentuais de participação, assim como a posição da UJ como detentora de investimento permanente em outras sociedades (investidora).

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL			
(CAPITAL REALIZADO EM FUNÇÃO DA PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA - AGE DE 18/ 12/ 2009)			
REF: Instrução Normativa/TCU nº 57 de 27 de Agosto de 2008			
ACIONISTAS E TIPOS DE AÇÃO	CAPITAL INTEGRALIZADO		PARTICIPAÇÃO (%)
	QUANTIDADE AÇÕES	VALOR EM R\$	
1 - UNIÃO	873.121.587	1.752.365.438,80	99,98544859%
ORDINÁRIAS	436.560.794	876.182.720,40	
PREFERENCIAIS	436.560.793	876.182.718,40	
2 - GOVERNO DO RIO DE JANEIRO	126.995	1.262.576,68	0,01454282%
ORDINÁRIAS	63.498	631.289,34	
PREFERENCIAIS	63.497	631.287,34	
3 - ACIONISTAS MINORITÁRIOS	75	399,91	0,00002281%
ORDINÁRIAS	38	201,90	
PREFERENCIAIS	37	198,01	
TOTAL	873.248.657	1.753.628.415,39	100%

5) Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis, quando a legislação dispuser a respeito.



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

À
DD. PRESIDENTE DO
COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
Rua Acre, nº 21. Centro. Rio de Janeiro/RJ

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil Leis nº 4.320/64 e 6.404/76, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgação apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da entidade para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias.



MACIEL

www.macielaudidores.com.br

AUDITORES & CONSULTORES

Fone: (51) 3037.5034

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião com ressalva

- A provisão para contingências registrada no passivo circulante do balanço patrimonial por R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais) foi constituída segundo a avaliação da assessoria jurídica da CDRJ, conforme estatística dos dispêndios de exercícios anteriores.

Devido às incertezas que rodeiam o valor a ser reconhecido como provisão por falta de estimativa confiável dos valores das ações classificadas como prováveis por alguns escritórios de advocacia prestadores de serviço à CDRJ, não foi possível emitirmos parecer conclusivo sobre a provisão para as contingências passivas trabalhistas, cíveis e fiscais da entidade, conforme disposto no item 14 da NBC T 19.7

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, em 31/Dez.2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro/RJ, 15 de março de 2010.

NAIRO TADEU DE OLIVEIRA SANTOS
Contador CRC 79.883/O-2 - "S" - RJ
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
Contador CRC 71.505/O-3 - "S" - RJ
MACIEL AUDITORES E CONSULTORES S/S LTDA - ME
CRC/RJ "S" 4.773


ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
Responsável Técnico

Anexo II à Decisão Normativa TCU N° 107, de 27 de outubro de 2010.

PARTE C – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS

12) Informações sobre a remuneração paga aos administradores da unidade jurisdicionada, membros da diretoria estatutária, do conselho de administração e do conselho fiscal, no formato definido na portaria prevista no art. 4º, § 3º desta DN.

Quadro C.12.1-Remuneração dos Conselhos de Administrativos e Fiscal.

Conselho Fiscal		CONFIS												
Nome	Período	jan/10	fev/10	mar/10	abr/10	mai/10	jun/10	jul/10	ago/10	set/10	out/10	nov/10	dez/10	TOTAL
PEDRO DA COSTA CARVALHO	30/04/10 a 30/04/11	-	1.963,21	1.963,21	1.963,21	4.860,00	-	2.430,00	2.430,00	4.860,00	-	-	4.860,00	25.329,63
RICARDO DE ALMEIDA MAIA	08/2010(suplente)	-	-	-	-	-	-	-	2.430,00	4.860,00	-	2.430,00	4.860,00	14.580,00
JORGE FERNANDES DA CUNHA FILHO	30/04/10 a 30/04/11	-	1.963,21	1.963,21	1.963,21	4.860,00	-	2.430,00	2.430,00	2.430,00	-	2.430,00	4.860,00	25.329,63
VINICIUS MENDONÇA NEIVA	30/04/10 a 30/04/11	-	1.963,21	1.963,21	1.963,21	4.860,00	-	2.430,00	2.430,00	4.860,00	-	2.430,00	4.860,00	27.759,63
KARLA ANDREA RODRIGUES DOS SANTOS	30/04/10 a 30/04/11	-	1.963,21	1.963,21	1.963,21	4.860,00	-	2.430,00	-	-	-	-	-	13.179,63
Conselho de Administração		CONSAD												
Nome	Período	jan/10	fev/10	mar/10	abr/10	mai/10	jun/10	jul/10	ago/10	set/10	out/10	nov/10	dez/10	TOTAL
ANA LUCIA RIBEIRO DA SILVA	05/05/08 a 05/05/11	-	3.926,42	-	4.393,21	2.430,00	-	2.430,00	2.430,00	4.860,00	-	2.430,00	4.860,00	27.759,63
JORGE LUIZ DE MELLO	05/05/08 a 05/05/11	-	3.926,42	-	4.393,21	2.430,00	-	2.430,00	2.430,00	4.860,00	-	2.430,00	4.860,00	27.759,63
JULIO CÉSAR CARMO BUENO	05/05/08 a 05/05/11	-	3.926,42	-	4.393,21	2.430,00	-	2.430,00	2.430,00	4.860,00	-	2.430,00	2.430,00	25.329,63
SERGIO MAGALHAES GIANNETTO	05/05/08 a 05/05/11	-	3.926,42	-	4.393,21	2.430,00	-	2.430,00	2.430,00	4.860,00	-	2.430,00	4.860,00	27.759,63
NILZA EMY YAMASAKI	26/04/10 a 05/05/11	-	-	-	2.430,00	2.430,00	-	2.430,00	2.430,00	4.860,00	-	2.430,00	4.860,00	21.870,00
MILTON FERREIRA TITO	28/07/08 a 05/05/11	-	3.926,42	-	4.393,21	2.430,00	-	2.430,00	2.430,00	4.860,00	-	2.430,00	4.860,00	27.759,63
FERNANDO VICTOR CASTANHEIRA DE CARVALHO	29/09/08 a 05/05/11	-	3.426,42	-	2.430,00	2.430,00	-	2.430,00	2.430,00	4.860,00	-	2.430,00	4.860,00	25.296,42
ALUISIO AUGUSTO DE QUEIROZ BRAGA	29/09/08 a 05/05/11	-	3.926,42	-	1.963,21	-	-	-	-	-	-	-	-	5.889,63

No que tange às informações sobre a política de remuneração vigente no exercício de 2010, conforme registro na Ata da Assembléia Geral Ordinária da CDRJ, de 05/04/2010, informamos que para definir a remuneração dos Administradores (DIREXE) é fixado, em Assembléia Geral, um valor global a ser distribuído. Os honorários mensais dos membros do CONSAD e CONFIS são definidos em: um décimo da remuneração média mensal dos membros da DIREXE, excluídos os valores relativos à adicional de férias, abono pecuniário de férias, auxílio alimentação e auxílio moradia.

Quadro C.12.2-Síntese da remuneração dos administradores.

Diretoria	2010
Número de Membros: 4	
Remuneração Fixa (a)+(b)	1.300.831,60
(a) Salário ou pró-labore	1.102.031,60
(b) Benefícios diretos e indiretos	198.800,00
Consenho administração	2010
Número de Membros: 5	
Remuneração Fixa (a)+(b)	106.178,52
(a) Salário ou pró-labore	106.178,52
(b) Benefícios diretos e indiretos	0,00
Consenho Fiscal	2010
Número de Membros: 8	
Remuneração Fixa (a)+(b)	189.424,20
(a) Salário ou pró-labore	189.424,20
(b) Benefícios diretos e indiretos	0,00

36) Unidades Jurisdicionadas patrocinadoras de entidade fechada de previdência complementar.

I. Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas, em especial quanto à correta aplicação dos recursos repassados e à conformidade com a legislação pertinente e com os objetivos a que se destinarem, demonstrando ainda o seguinte:

a / b) Nome / Razão Social: PORTUS – Instituto de Seguridade Social

c) CNPJ: 29.994.266/0001-89

d) Demonstrativo Anual:

1. Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes;

R\$ 46.352.149,31

2. Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes;

Contribuições pagas	R\$ 3.633.058,77
Empréstimos pagos	R\$ 477.199,62
TOTAL	R\$ 4.110.258,39

3. Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora;

R\$ 3.633.058,77 (Pagamento ao PORTUS pela patrocinadora pela paridade)

4. Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora;

R\$ 103,7 milhões.

5. Discriminação da razão ou motivo do repasse de recursos que não sejam contribuições;

Foi pago pela CDRJ o valor de R\$ 103,7 milhões (1ª parcela, em 03/09/2010, no valor de R\$ 80 milhões e 2ª parcela, em 01/10/2010, no valor de R\$ 23.7 milhões) ao PORTUS – Instituto de Seguridade Social relativos à quitação de parcelas do acordo judicial firmado em 01/09/2010 e homologado na 26ª Vara Cível do Estado do Rio de Janeiro, em 02/09/2010, nos autos do processo nº 0022472-95.1997.8.19.0001 (1997.001.021166-1).

6. Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal;

SEGMENTOS	Dez 2009			Dez 2010			FUNDAMENTAÇÃO Res. CMN nº 3792	LIMITES
	VALORES (R\$) Mil	ALOCAÇÃO	RENTABILIDADE	VALORES (R\$) Mil	ALOCAÇÃO	RENTABILIDADE		
RENDA FIXA	101.157	38,31%	11,36%	202.053	52,10%	13,06%	Art. 35	até 100%
RENDA VARIÁVEL	83.209	31,50%	52,58%	95.593	24,65%	-0,14%	Art. 36	até 70%
IMÓVEIS	60.042	22,74%	12,42%	82.032	21,15%	72,04%	Art. 39	até 8%
EMPRÉSTIMOS/FINANC.	11.158	4,23%	16,35%	13.260	3,42%	35,83%	Art. 40	até 15%
OUTROS ATIVOS / PASSIVOS	8.516	3,22%		(5.124)	-1,32%			
TOTAL	264.082	100,00%	20,08%	387.815	100,00%	17,44%		

Além dos aspectos gerais sobre a rentabilidade dos investimentos apresentados acima, destacamos abaixo alguns tópicos sobre a gestão de cada segmento, o que certamente contribuiu para o desempenho final.

Renda Fixa: Optou-se por alocar os recursos em fundos de renda fixa geridos por grandes bancos (BB, Bradesco, Itaú e HSBC) com liquidez imediata e grande segurança, porém com rentabilidade atrelada ao CDI.

Renda Variável: Em outubro, após a confirmação do recebimento dos recursos de R\$ 160 milhões pelo Portus, foi retomada a bem sucedida estratégia de alocação dos recursos no mercado de renda variável em operações protegidas com o lançamento de opções de compra, no sentido de obtenção de rentabilidade adicional ou minimização de perdas para a carteira de ações.

Imóveis: A gestão desta carteira pelo Portus tem apresentado excelentes resultados, seja pela renegociação de contratos de locação com índices bem superiores ao anteriormente pactuados, seja pela venda de imóveis por preços superiores ao contabilizado na condição à vista. Tais vendas são necessárias para a obtenção do enquadramento, exigido pela legislação vigente.

Seguem nos quadros abaixo, os imóveis alienados em 2010, bem como os contratos de locação renegociados no período.

ANO 2010 – Imóveis vendidos	VALOR TOTAL (R\$)
Sala localizada no Ed. Coliseu – Porto Alegre/RS	41.000,00
Av. Rio Branco RB1 - 13º pavimento - Rio de Janeiro/RJ	12.000.000,00

Imóveis com contratos de locação renovados em 2010	Valor anterior	Valor atual	% elevação de aluguel
Barra Trade II - sala 204	R\$ 1.260,45	R\$ 2.025,00	60,66%
Barra Trade II - sala 208	R\$ 1.390,40	R\$ 2.025,00	45,64%
Ed. Argentina - 3º - pavimento *	R\$ 105.182,02	R\$ 150.000,00	42,61%
RB1 - 14º - ala B/C	R\$ 42.199,06	R\$ 51.343,20	21,67%
Ed. São Bento Oito - 6º andar	USO PRÓPRIO	R\$ 37.000,00	—
Vagas de Garagem São Bento (renovação das 5 vagas)	R\$ 185,00	R\$ 250,00	35,14%

* Obs.: Valor repactuado para vigorar a partir de março/11

Empréstimos e Financiamentos: As regras de concessão dos empréstimos foram reformuladas no sentido de proporcionar maior segurança e transparência ao Portus e aos participantes, de forma que a rentabilidade do segmento permaneça elevada, mas de forma menos arriscada.

7. Manifestação da Secretaria de Providência Complementar;

Quadro Resumo das Ocorrências Verificadas

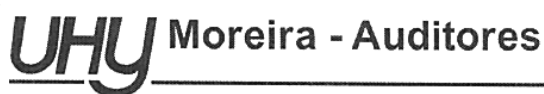
ITEM	ESCOPO	DESCRIÇÃO
3.1	Plano de Custeio	Os patrocinadores do Plano de Benefícios Portus 1 continuam não cumprindo as obrigações previstas no regulamento do aludido plano, especificamente em relação ao disposto no Capítulo IV. O recorrente descumprimento da íntegra do plano de custeio vigente por esses patrocinadores vem aumentando o déficit atuarial do PBP1, tendo alcançado, em setembro de 2010, o valor de R\$1,8 bilhão. O desrespeito reiterado do regulamento do plano de benefícios justifica a aplicação dos regimes previstos no Capítulo VI da Lei Complementar nº 109/2001, máxime quando o plano apresenta insolvência e precária liquidez.
3.2	Equilíbrio Técnico	A insuficiente cobertura das reservas técnicas, provisões e fundos por ativos garantidores, a situação econômico-financeira insuficiente à preservação da liquidez e solvência do plano de benefícios, bem como a situação atuarial desequilibrada do plano de benefícios justificam a aplicação dos regimes previstos no Capítulo VI da Lei Complementar nº 109/2001.
3.3	Dívidas e Provisões Matemáticas a Constituir	O elevado valor das dívidas em atraso e das contratadas, frente ao baixo valor do ativo líquido, juntamente com o inadimplemento das patrocinadoras justificam a aplicação dos regimes previstos no Capítulo VI da Lei Complementar nº 109/2001.
3.4	Investimentos – Controle de Rentabilidade	Verificou-se que a Entidade possui controle da rentabilidade dos investimentos do PBP1.

8. Avaliação da política de investimentos de entidade fechada de previdência complementar, evidenciando o retorno das aplicações, bem como sua conformidade com a Resolução 3792/2009, do Conselho Monetário Nacional;

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	40%	0%	100%
Renda Variável	70%	35%	0%	70%
Investimentos Estruturados	20%	10%	0%	20%
Investimentos no Exterior	10%	3%	0%	3%
Imóveis	8%	8%	0%	8%
Operações com Participantes	15%	7%	0%	15%

A elevação da inflação em 2010 gerou intensos desafios para a indústria dos fundos de pensão no sentido de se atingir as respectivas metas atuariais, as quais são definidas por um índice inflacionário mais um percentual de juro real, normalmente 6% a.a. Em relação ao Portus, a meta atuarial de INPC + 6% a.a. atingiu variação de 12,85% em 2010, índice bem superior a variação dos juros básicos da economia (tx. SELIC) definidos pelo BACEN, que apresentaram variação acumulada de 9,77% no mesmo período. Pelo fato do Portus necessitar manter a maior parte dos seus recursos em aplicações de liquidez imediata e com baixo grau de risco, devido ao crônico déficit de caixa, foi prejudicado pelo fato de que tais aplicações são atreladas a variação do índice SELIC, o que comprometeu a rentabilidade de todo o segmento de renda fixa e conseqüentemente dos investimentos de forma geral. Por outro lado, o segmento de renda variável não apresentou boa rentabilidade devido a instabilidade econômica verificada na economia internacional, notadamente na Europa, e ao processo de elevação dos juros iniciado no Brasil. Diante deste cenário, o Portus procurou gerir seus recursos de forma a maximizar as oportunidades de curto prazo, buscando rentabilidade e liquidez. O mercado imobiliário foi o grande destaque do ano, pois o Portus obteve sucesso em três áreas: renegociação de locações, alienações por valores superiores às avaliações e valorização do estoque a preços de mercado. Como os imóveis corporativos de alto padrão no Brasil apresentaram valorização expressiva nos últimos dois anos, as novas reavaliações captaram toda esta valorização. Em 2010, de forma acumulada, a carteira de investimentos do Portus apresentou rentabilidade de 17,44% contra 12,85% da meta atuarial. Dando prosseguimento a política de aumento da segurança e transparência das operações financeiras, o Portus contratou a empresa RiskOffice para realizar consultoria de risco dos investimentos do Portus. Com relação aos investimentos em títulos, o Portus realizou aplicações e resgates somente através de plataformas eletrônicas. Não foi adquirido nenhum título considerado como médio/alto risco de crédito. Com relação aos imóveis, foi adotada a modalidade de seguro ou carta de fiança bancária como garantia dos contratos, em substituição a modalidade de fiador ou depósito caução de três meses de aluguel.

e) Conclusões contidas no parecer da auditoria independente;



AOS
PARTICIPANTES, PATROCINADORES, CONSELHEIROS E DIRETORES DO
PORTUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL
RIO DE JANEIRO - RJ

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Examinamos as demonstrações contábeis do PORTUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das obrigações atuariais para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração do PORTUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores, e pareceres do atuário responsável pelos cálculos das provisões matemáticas e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do PORTUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do PORTUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

As Provisões Matemáticas a Constituir, no montante de R\$ 186.782 mil, relacionadas às Patrocinadoras que possuem contrato de dívidas com o PORTUS, não foram objeto de análise atuarial pelo profissional especializado, sendo de responsabilidade do PORTUS a exatidão quanto a informação de seu valor.

O déficit atuarial no montante de R\$ 1.857.751 mil, apurado no confronto do Ativo Líquido de R\$ 472.249 mil, com as Provisões Matemáticas de R\$ 2.321.219 mil, reflete possíveis alterações que poderão advir das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos, caso sejam, procedidas revisões dos benefícios em virtude de que nos cálculos das Suplementações de Aposentadorias não está sendo considerado o cálculo do INSS nos termos da legislação vigente (Fator Previdenciário e média dos Salários de Contribuição a partir de julho de 1994) devido a instituição do Fundo Previdencial de Revisão de Benefícios na Avaliação Atuarial de 2008.

Os estudos atuariais realizados por profissional especializado, para verificar a adequação do Plano PBP1 à Emenda Constitucional nº 20/1998, constatou que a referida adaptação não foi efetuada de forma apropriada, tendo sido realizada com base em Ativo Patrimonial, sujeitos aos eventuais ajustes, além das bases técnicas defasadas em relação aos sinistros ocorridos.

As Reservas do Tempo de Serviço Anterior, reconhecidas como dívida pelas patrocinadoras, no Contrato de Integralização de Reserva, ratificado no Memorando de Entendimentos, ambos celebrados em períodos passados, possui valores discrepantes àquelas atualmente adotados, fato derivado especialmente de bases técnicas defasadas em relação aos sinistros ocorridos e divergências no perfil e composição da massa de segurados.

Foram apresentadas cartas dos advogados responsáveis pela assessoria jurídica da entidade, na grande maioria em que o PORTUS é a autora e somente uma em que é a ré, por este motivo, não foi possível avaliar o montante das contingências.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos nos parágrafos Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis, essas demonstrações contábeis quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do PORTUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL em 31 de dezembro de 2010 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Parágrafos de ênfase

Em conexão com o exame das demonstrações contábeis efetuamos a revisão do cumprimento das disposições da Resolução CMN nº 3.792 em vigor desde 24 de setembro de 2009, que revogou a Resolução CMN nº 3.456, de 01 de junho de 2007, no que concerne ao enquadramento da Entidade nos limites e condições estabelecidos, quanto à pertinência dos procedimentos técnicos operacionais e de controle de seus investimentos, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. O segmento imobiliário apresenta uma alocação de 20%, superior ao limite oficial de 8%. O Instituto vem mantendo esforços na adequação do enquadramento, através do Plano de Ação de Desmobilização, executado sob a orientação do Comitê de Investimento. Em 2010 o crédito de direitos alienáveis, no montante de R\$ 29.901 mil está ajustado, por uma Provisão para Créditos Duvidosos no valor de R\$ 17.430 mil, o valor líquido de R\$ 12.471 mil, corresponde a aproximadamente 15,20% do total da carteira.

O Plano de Custeio deixou de ser cumprido, devido ao descumprimento, por parte de algumas patrocinadoras, da efetivação dos recolhimentos de suas contribuições, em atraso, financiadas em períodos anteriores, no montante de R\$ 127.749 mil, ajustadas pela constituição da provisão para créditos duvidosos, no montante de R\$ 26.800 mil, bem como dos créditos vencidos junto à extinta Portobrás, no montante de R\$ 222.598 mil, ajustados no valor integral, conforme provisão constituída para créditos de liquidação duvidosos, ressaltamos a existência de um processo de cobrança judicial à União. A escassez desses recursos reduziu a capacidade de gerir rendimentos (receitas e ganhos), propiciados pelas aplicações financeiras, contribuindo para geração do desequilíbrio atuarial do Plano PBP1.

Os estudos atuariais, elaborados por profissional especializado, para se proceder à adaptação do Plano de Custeio e restaurar o equilíbrio do Plano PBP1, observou que é necessário a cobrança e o pagamento das contribuições em atraso pelas Patrocinadoras. O valor da dívida dos patrocinadores não afetarão o resultado e a mutação do patrimônio do PORTUS, os acréscimos serão anulados, consoante à constituição da Provisão para Créditos Duvidosos, além disso, os valores cobrados deverão ser reconhecidos pelos devedores.

O Plano de Benefícios PBP-1 continua apresentando desequilíbrio atuarial, decorrente da não concretização de premissas atuariais adotadas no passado, combinada com a descapitalização de recursos, provenientes do descumprimento do Plano de Custeio, necessário para o equilíbrio atuarial. O atual Plano de Custeio não sustentará as obrigações futuras da Entidade, assumidas junto aos participantes e respectivos beneficiários, para a continuidade do fluxo de pagamento desses compromissos será necessário reajustar as taxas de contribuição, ou aguardar a aprovação e autorização dos órgãos oficiais sobre o saldamento do Plano, tais medidas dificilmente conseguirão ser suportadas pelos participantes e assistidos. Antecipando-se da solução definitiva, situação de insolvência poderá ser atenuada, com a recuperação dos créditos provisionados da extinta Portobrás, no montante de R\$ 222.598 mil, e a viabilização da remodelagem das operações contratadas de longo prazo para curto prazo, aporte da dívida em atraso e o cumprimento contínuo da arrecadação dos recursos, para a manutenção do fluxo de caixa e cobertura dos benefícios.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2011.

UHY MOREIRA – AUDITORES



CRC RS 3717 S RJ
HERALDO S.S. DE BARCELLOS
Contador CRC RS 11609 S RJ
Responsável Técnico



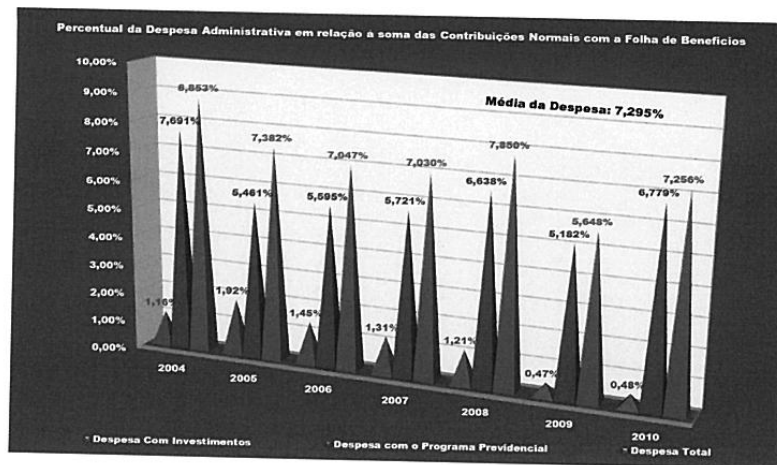
ELIANE TÂNIA RESMINI
Contadora CRC RS 59765 S RJ
Auditora

f) Conclusões do último estudo atuarial;

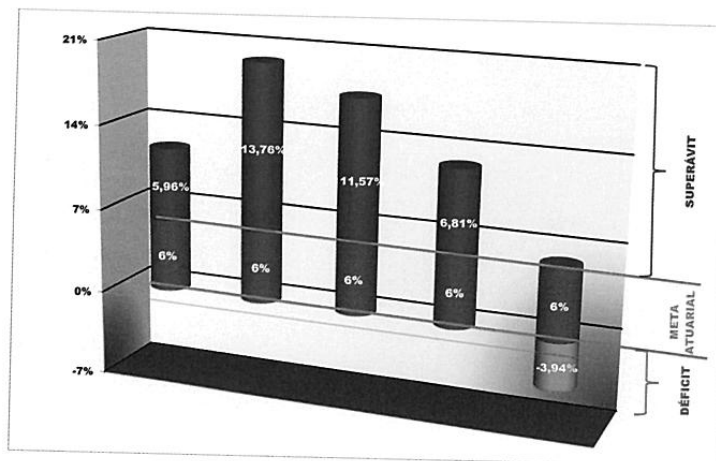
**PARECER ATUARIAL EM 31/12/2010 DO
PLANO DE BENEFÍCIO PORTUS 1 – PBP1**

Parecer Atuarial em 31/12/2010 do Plano de Benefício PORTUS 1 – PBP1

Fis. 2



- 5.3. sendo as Despesas Administrativas com o Programa de Investimento custeadas pelas Receitas Administrativas, verifica-se que, durante o exercício de 2010, o Ativo Líquido do PBP1 obteve a Rentabilidade Nominal de 8,02% em face da Meta Atuarial desejada de 12,85% (INPC+6%) acarretando o déficit de 3,94%; analisando-se a série de índices de rentabilidade do PBP1 nos últimos anos (vide gráfico a seguir), pode-se depreender que esse déficit é ocasional devido a adversidades do mercado financeiro no ano de 2010; todavia, caso verifique-se a real redução das taxas de rentabilidade, a hipótese de taxa de juros adotada nos estudos atuariais do PBP1 deverá ser reduzida:



6. Ainda em relação aos registros contábeis, verifica-se elevado valor de dívidas de contribuições em atraso, destacando-se que, com base em informações prestadas pelo PORTUS, o Plano de Custeio adotado para o exercício de 2010 não foi seguido na íntegra pelas patrocinadoras CODOMAR, CODERN, CODEBA, CDRJ, PORTO DE RECIFE S/A, DOCAS PB, CODESA, CODESP, SPI e SNPH.

[Assinatura]

io de
social
sobre
)

por
ação
das

uais
idos
uais;
o a
e o

na
ado
10,
esa
á à
iPC

de

o is
o is
R\$

te
le
:o
a
s
-

7. Para determinação dos resultados da Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2010 do PBP1 foram considerados os regimes, métodos e hipóteses atuariais descritos na Nota Técnica Atuarial, cuja definição, em síntese, ocorreu a partir de:
- 7.1. observância às determinações da Resolução MPAS/CGPC nº 08/2006;
 - 7.2. estudos demográficos a partir da experiência quanto às sinistralidades do Plano no período de 01/01/1999 a 31/12/2010;
 - 7.3. indicações de hipóteses financeiras pelos Patrocinadores do PBP1;
 - 7.4. necessidades de capitalização do PBP1;
 - 7.5. pressuposto de que o Plano de Custeio adotado no exercício de 2010 seja mantido nos próximos exercícios.
8. Ressalte-se que as Provisões Matemáticas a Constituir, bem como seu financiamento, não foram objetos de análise atuarial pela CESAT, sendo de responsabilidade do PORTUS a exatidão quanto à informação de seu valor.
9. Os resultados da Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2010 do PBP1 indicaram as seguintes Provisões Matemáticas em 31/12/2010:

PROVISÕES MATEMÁTICAS	R\$ 2.321.219.242,55
Benefícios Concedidos	R\$ 1.508.472.066,13
Benefícios a Conceder	R\$ 999.528.882,30
Provisões Matemáticas a Constituir	(R\$ 186.781.705,88)

10. Além das supramencionadas Provisões Matemáticas, indicamos a atualização para 31/12/2010 do Fundo Previdenciário, constituído em 2008 objetivando a cobertura de elevação das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos em razão de possível revisão de benefícios, em R\$ 8.781.361,45 (oito milhões, setecentos e oitenta e um mil, trezentos e sessenta e um reais e quarenta e cinco centavos). Ressalte-se que, embora não ocasione grandes influências, esse Fundo não foi reavaliado neste estudo atuarial em virtude da ausência das informações necessárias, tendo sido apenas atualizado monetariamente.
11. Do confronto do Ativo Líquido do PBP1 com essas Provisões Matemáticas, acrescidas do Fundo Previdencial, **verifica-se o substancial déficit no montante de R\$ 1.857.751.266,58** (um bilhão, oitocentos e cinquenta e sete milhões, setecentos e cinquenta e um mil, duzentos e sessenta e seis reais e cinquenta e oito centavos), demonstrando a grave situação econômico-atuarial do PBP1, e, conseqüentemente, de acordo com as normas técnicas atuariais adequadas e o disposto na Legislação quanto à obrigatoriedade de imediata regularização de insuficiências atuariais, **indica ser imperativo o urgente saneamento atuarial do PBP1.**

12. Para a realização desse saneamento, de início, há que se observar que, historicamente, **as patrocinadoras do PBP1 não cumprem na íntegra o Plano de Custeio do PBP1** (devidamente aprovado e pactuado pelas patrocinadoras, conforme legislação aplicável, e mantido desde 15/12/2000), deixando de efetuar as suas contribuições, e, algumas vezes, apesar de descontar as contribuições de seus empregados participantes, não as repassam para o PBP1.
13. Consoante já mencionado, da análise do Balanço de 31/12/2010, verifica-se que a dívida de contribuições normais de patrocinadoras atinge o significativo montante de R\$ 1.093.107.896,42 (um bilhão, noventa e três milhões, cento e sete mil, oitocentos e noventa e seis reais e quarenta e dois centavos), ou seja, quase o triplo do Ativo Patrimonial do PBP1.
14. Essa **inadimplência das patrocinadoras quanto ao pagamento das contribuições devidas ao PBP1 foi reconhecido pelo Órgão previsto no artigo 5º da Lei nº 109/2001** (responsável pela normatização, coordenação, supervisão, fiscalização e controle das atividades das entidades de previdência complementar), sendo consagrada nos seus Relatórios de Fiscalização nº 37/2009/ESRJ e nº 24/2010/ERRJ/PREVIC.
15. Outro fato importante a ser destacado, também aludido nos supracitados relatórios, é que, por ocasião da liquidação da ex-patrocinadora PORTOBRAS, não foram pagas as **contribuições de retirada de patrocínio** previstas no Regulamento do PBP1, as quais foram **reconhecidas como devidas pela Comissão de Retirada de Patrocínio da então Secretaria de Previdência Complementar, Órgão Governamental responsável àquela ocasião pela emissão de Parecer sobre a matéria de Retirada de Patrocínio.**
16. Isto posto, o PORTUS está em processo de cobrança judicial à UNIÃO, a qual tem a qualidade de sucessora daquela empresa; elucide-se que, de acordo com as folhas de pagamento de benefícios, **estima-se que, no período de 03/1990 (data da extinção da PORTOBRAS) até 12/2010, o PORTUS já desembolso cerca de R\$ 570 milhões com pagamento de benefícios somente a participantes da extinta PORTOBRAS, sem que tenha auferido até a presente data as receitas necessárias.**
17. Portanto, **é evidente que um dos grandes e principais motivos da insolvência do PBP1 é a falta de pagamento das contribuições normais devidas pelas patrocinadoras ou sua sucessora**, nos termos dos Convênios de Adesão por elas firmados com o PORTUS, que, na medida que fossem pagas, por si só, praticamente eliminariam o déficit do Plano.
18. Além dessa situação, através de Contrato de Integralização de Reserva assinado em 14/12/2000, com a devida anuência do Ministério dos Transportes e do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (Ofício DEST/CGS nº 306/2000, de 04/12/2000), as Reservas de Tempo de Serviço Anterior (RTSA), avaliadas conforme a avaliação atuarial de 2000, foram assumidas exclusivamente pelos Patrocinadores, sendo previsto naquele Contrato a sua auditoria e a sua revisão sempre que ocorrerem alterações nos encargos do PBP1: “O valor contratado será revisto sempre que ocorrerem eventos determinantes de alterações nos encargos do PORTUS. Os impactos decorrentes destas alterações serão mensurados pelo atuário responsável pelo plano de benefícios e verificados por atuário contratado pelas Patrocinadoras, utilizando-se, ambos, das mesmas bases técnicas.”



19. Tal compromisso foi ratificado em 16/01/2002 no item 6 do Memorando de Entendimentos formulado pelos Patrocinadores: "item 6 - Admitem e atestam as PATROCINADORAS que os valores correspondentes à dívida global estão relacionados diretamente ao equilíbrio, solvabilidade e liquidez do plano de benefícios do PORTUS."
20. Conforme informações obtidas pelo PORTUS, o valor revisto da RTSA indicado no Relatório da Avaliação Atuarial do PBP1 de encerramento do Exercício de 2008, o qual foi confirmado nas avaliações de 2009 e de 2010, nos termos do Contrato citado no item 18 deste Parecer, foi auditado e validado pela empresa de consultoria atuarial MERCER, de renome internacional, contratada pelas Patrocinadoras do PBP1 através de sua Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias - ABEPH, sendo por elas analisado e aprovado na Ata de Reunião da ABEPH de 10/12/2009.
21. Assim, uma vez atestadas as RTSA pelo Atuário do PBP1 e validadas por Atuário independente escolhido pelas suas patrocinadoras, parecem satisfeitas as cláusulas do Contrato de Integralização de Reserva, restando as providências necessárias para a formalização e pagamento dos valores revistos.
22. Por todo o exposto, levando-se em conta as orientações emanadas pelo Instituto Brasileiro de Atuária, as normas atuariais adequadas e internacionalmente aceitas, e o cumprimento *ipsis litteris* do que determina a Legislação Brasileira pertinente, bem como os Convênios de Adesão e Contratos firmados entre o PORTUS e os patrocinadores do PBP1, somos da opinião de que, para restaurar o equilíbrio econômico-atuarial do PBP1, não há necessidade de revisão das Contribuições Normais, mas imprescindíveis a cobrança e o pagamento das contribuições em atraso pelas patrocinadoras e o ajuste das Reservas de Tempo de Serviço Anterior, as quais, essas últimas, poderão ser reduzidas em caso de êxito da Ação Judicial contra a UNIÃO em face da cobrança de contribuição de retirada de patrocínio da PORTOBRAS.

É o Parecer.

Rio de Janeiro (RJ), 03 de março de 2011.

CESAT – CONSULTORIA ESTATÍSTICO-ATUARIAL LTDA

André Luiz Guimarães Gálheiros
Atuário – MIBA Nº 1.658

II. Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício com base no disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001, demonstrando o tipo de fiscalização efetuada, a data em que ocorreu, as principais constatações e as providências adotadas para sanear as irregularidades verificadas.

Informamos que no exercício de 2010 esta patrocinadora não procedeu com nenhuma ação de fiscalização junto ao PORTUS conforme expressa o artigo 25 da Lei Complementar nº 108/2001.



Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ

RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010, e da Portaria nº 33, de 16/12/2010 – CISET/CC/PR.

Atenciosamente,

HELIO SZMAJSER
Diretor-Presidente
Substituto

